

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

JULIANA BEREZOSCHI

“Eu continuo (sobre)vivendo, mas é isso?”: análise psicossocial da formação de um coletivo transfeminista da cidade de Blumenau-SC.

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

JULIANA BEREZOSCHI

“Eu continuo (sobre)vivendo, mas é isso?”: análise psicossocial da formação de um coletivo transfeminista da cidade de Blumenau-SC.

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, sob orientação da Profa. Bader Burihan Sawaia.

SÃO PAULO

2019

Banca Examinadora

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
pela bolsa que contribuiu para a realização desta pesquisa.

*Dedico aos meus pais, Rosita e Waldir e à minha irmã Ellen,
por me ensinarem a ter coragem e não desistir.
E às maravilhosas Ághata, Rihanna e Ashley,
por mostrarem que o caminho é feito agora.*

AGRADECIMENTOS

São tantos encontros que me fizeram chegar até aqui, talvez, eu seja incapaz de recordá-los, mas agradeço a cada um deles que de alguma forma possibilitaram a construção dessa dissertação. Portanto, tentarei, nessas linhas, traduzir em palavras o que vai muito além disso. Agradeço:

Aos meus pais, Rosita e Waldir, por me incentivarem nos estudos, por acreditarem em mim em todos os momentos e por nunca desistirem, assim como eu, dos nossos sonhos. Pela liberdade e pelo amor que me ensinaram aprendi a desejar, conhecer e perceber que o mundo é maior do que o que está ao nosso redor. Obrigada por me permitirem chegar até aqui, amo muito vocês.

À minha irmã Ellen, minha parceira de vida, apesar da distância, nossos corações sempre estão em sintonia, obrigada por me mostrar que juntas somos mais fortes. E agradeço também pelo esforço de tornar esse trabalho possível, pelo esmero nessa escrita.

À Ághata, Rihanna e Ashley, por todos os momentos compartilhados, por aceitarem esse desafio, por me acolherem e pelas belas risadas. Agradeço por me mostrarem as inúmeras possibilidades de lutar por quem somos, o que tornou essa dissertação possível. Obrigada meninas!

À Professora Bader, por me aceitar como orientanda, por me fazer compreender como se faz uma pesquisa e mostrar que a psicologia social além de crítica, pode ser transformadora da realidade em que vivemos. Obrigada por me escutar, refletir junto e me guiar nos momentos difíceis, tanto nas orientações, como nessa escrita. Por mostrar que a afetividade nos constitui enquanto seres humanos.

À querida Professora Lorena, por me mostrar os caminhos do conhecimento e da prática em psicologia social, por ter me incentivado e apoiado na continuação dos meus estudos, por me inspirar a refletir sobre as coisas.

À querida Marlene, pelas nossas conversas, pelo suporte e apoio sempre que necessário. Por me auxiliar em vários momentos e estar sempre disponível a ajudar! Obrigada!

Ao aconchego do NEXIN, por me acolherem, por potencializarem os momentos no escritório, por fazerem críticas e me auxiliarem em vários momentos da pesquisa. Agradeço à Elisa, que sempre esteve disposta e que me recebeu tão bem, obrigada amiga! À Aline

Pereira, pelas trocas e pelo companheirismo nas aulas, à Dilson e Eugênia pelas conversas e pelos momentos de reflexão.

Não poderia deixar de agradecer à Flávia, grande parceira da vida, obrigada amiga por dividirmos tantos momentos de Blumenau a São Paulo. Por mostrar que mesmo com as dificuldades, podemos fazer mudanças significativas. Nossa amizade me alegrou o coração!

Aos amigos da PUC, em especial Edu por sua imensa atenção e carinho, ao Marcus pelas longas conversas, obrigada!

Às amigadas de Santa Catarina que também fizeram parte dessa caminhada, em especial à Bruna, por me apoiar e me incentivar constantemente na minha vinda para São Paulo, pelo nosso encontro desde a graduação e pelos conselhos que você sempre me deu. Você me fortaleceu em vários momentos. Ao meu querido Amadeo, por dividirmos as angústias e belezas da vida e ao Ruan por todos os momentos poéticos compartilhados. Aos meus amigos Cristiane e Chico, grandes parceiros durante minhas idas à Blumenau, um grande abraço. Ao parceiro e amigo Alan, que a vida nos colocou juntos entre cafés e risadas.

À Leila, minha mãe de São Paulo, que me acolheu e fez meus dias muito alegres, às meninas que vivem comigo, em especial Catalina, grande amiga que as terras paraguaias me deram e ficou no coração, à Valéria que traz as recordações do sul e à Viviane pela atenção e carinho.

A todos do rolezinBF por alegrarem as minhas sextas-feiras quando parecia impossível isso acontecer.

Ao Vitor Teixeira e Paula por serem minha família logo quando cheguei a essa cidade, por dividirem e compartilharem tanto conhecimento, obrigada!

Enfim, a todos que de alguma forma me fortaleceram para a realização dessa pesquisa, muito obrigada!

Ladainha da destrava

Ó trava que persiste em permanecer
Que trava os caminhos das meninas
 Desde tão novatas e puras
 Na descoberta dos prazeres
 Dos mais naturais humanos
Ó corpo são que queres reinar
 Tende liberdade em nós
Dai-nos a autonomia do sim e do não
 Dai-nos a plenitude dos sentidos
Dai-nos a glória das descobertas sem
 medo
Dai-nos a intensidade dos sentimentos
 Atendei-nos vozes impiedosas
Não julgueis quando quisermos amar sem
 fim
 Não reprimais os nossos instintos de
 carne
Não limitais os nossos sentimentos a um
 físico
 Quando sentimento quisermos ter
 Não limitais o nosso físico a um valor
 Quando carnes profanas quisermos ser
 Vós que sois soberbos de imposições
Não moldeis a outrem como convém a vós

Ó corpo são que queres reinar
 Tende liberdade em nós
 Ouçais-nos vozes internas
 Vozes que ecoam em nosso íntimo
Não caias na tentação da amargura sem
 fim da insegurança
Não reprovais os nossos desejos secretos
 Não nos cobrais dos impulsos falsos
 passados
Não persistais nas repetições das faltas
Dai-nos a força de ser e simplesmente
 ser

Ó corpo são que queres reinar
 Tende liberdade em nós
 Tende vida
 Tende gana
 Tende sede
Tende suspiros perdidos
 Tende mãos
 Tende coxas
 Tende pés
 Tende peitos
 Tende línguas
 Tende ares
 Tende uivos
 Tende gozo
Tende encontros e desencontros em nós
 Porque tu, natureza, és grandiosa
 E reinará
(Angélica Ripari, 2018)

BEREZOSCHI, Juliana. “Eu continuo (sobre)vivendo, mas é isso?”: análise psicossocial da formação de um coletivo transfeminista da cidade de Blumenau-SC. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMO

A pesquisa acompanha um coletivo transfeminista da cidade de Blumenau/SC - Damas D’Paus - com o objetivo de analisar sua formação e desenvolvimento na interface com a história de vida de suas integrantes e com o território. O método adotado foi da pesquisa ação-participante, portanto, foi desenvolvida com as integrantes do coletivo: Ághata, Rihanna e Ashley, as quais junto com a pesquisadora, interferiram no processo, visando o fortalecimento do coletivo. Todos os passos da pesquisa foram registrados em um diário de campo, complementado por depoimentos e entrevistas das três integrantes do coletivo. Os pressupostos teórico-metodológicos são os da psicologia sócio-histórica, com base nas reflexões de Vigotski, Silvia Lane e Sawaia sobre afetos, subjetividade e a proposta da dialética exclusão/inclusão social e sofrimento ético-político desenvolvidos por essa última. A apresentação da pesquisa foi dividida em duas partes: Itinerários do Coletivo Transfeminista Damas D’Paus, que apresenta as atividades das integrantes no território, seus interlocutores, avanços e obstáculos, com ênfase tanto no coletivo como em suas integrantes. E a outra parte busca analisar o sofrimento ético-político que marca as vivências trans e travestis do coletivo em questão. Um dos pontos altos do itinerário foi a criação do projeto Cidadania T, visando desenvolver ações de inclusão social realizadas pelas próprias integrantes, e a candidatura à deputada estadual de uma das integrantes na eleição passada. A metodologia da pesquisa ação-participante apareceu como uma alternativa para a prática em psicologia social com coletivos de pessoas transexuais e travestis para romper com as essencializações de corpos femininos e masculinos e seu papel de subalternidade a conhecimentos extemporâneos. No presente caso, ela colaborou tanto para o fortalecimento do coletivo e da potência de cada uma de suas participantes na luta contra as ideias e ações inadequadas que são perpetradas socialmente, demonstrando que uma não ocorre sem a outra. Como resultado pode-se apontar para a importância do coletivo (do sentimento e da materialidade do comum que o constitui) e do papel da universidade no fortalecimento da emancipação do destino que a sociedade lhes reserva: a prostituição, e no rompimento com os padrões estéticos impostos a partir da heteronormatividade, utilizando da performance social como estratégia em busca da potencialização de vida. No entanto, cabe ressaltar que a pesquisa mostrou também que o fator da desigualdade social e econômica atravessa a passabilidade cis para a conquista de um emprego.

Palavras-chaves: Coletivo transfeminista, travestis, Psicologia Social, afeto, sofrimento ético-político.

BEREZOSCHI, Juliana. **“I keep on surviving, but is this it?”: a psychosocial analysis about the construction of a trans feminist collective in the city of Blumenau-SC.** Dissertation (Masters in Social Psychology) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

ABSTRACT

The research accompanies a transfeminist collective from the city of Blumenau / SC - Damas D`Paus - with the objective of analyzing its formation and development in the interface with the life history of its members and with the territory. The method adopted was the action-participant research, therefore, it was developed with the members of the collective: Ághata, Rihanna and Ashley, who, along with the researcher, interfered in the process, aiming at strengthening the collective. All the steps of the research were recorded in a field diary, complemented by testimonies and interviews of the three members of the collective. The theoretical-methodological assumptions are those of socio-historical psychology, based on the reflections of Vygotsky, Silvia Lane and Sawaia on affections, subjectivity and the proposal of the dialectic of social exclusion / inclusion and the ethical-political suffering developed by Sawaia. The presentation of the research was divided into two parts: Itineraries of the Damas D`Paus Transfeminist Collective, which presents the activities of the members in the territory, their interlocutors, advances and obstacles, with emphasis on both the collective and its members. And the other part seeks to analyze the ethical-political suffering that marks the trans and transvestite experiences of the collective in question. One of the highlights of the itinerary was the creation of the Citizenship T project, aimed at developing social inclusion actions carried out by the members themselves, and the candidacy to the state deputy of one of the members in the last election. The methodology of action-participant research appeared as an alternative to practice in social psychology with collectives of transsexuals and transvestites to break with the essentialization of female and male bodies and their role of subalternity to extemporaneous knowledge. In the present case, it has collaborated both to strengthen the collective and the power of each of its participants in the struggle against inappropriate ideas and actions that are perpetrated socially, demonstrating that one does not occur without the other. As a result one can point to the importance of the collective (the feeling and the materiality of the common that constitutes it) and the role of the university in strengthening the emancipation from the destiny that society reserves for them: prostitution, and breaking with aesthetic standards imposed, based on heteronormativity, using social performance as a strategy in search of life potential. However, it should be emphasized that the research also showed that the factor of social and economic inequality crosses cis passability to conquer a job.

Key-words: trans feminist collective, transvestite, Social Psychology, affection, ethical-political suffering.

Lista de Abreviaturas e Siglas

- ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis
- ADEH – Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade
- ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
- AEGLBTS-SC – Associação dos Empreendedores GLBTS de Santa Catarina
- AG – Ambulatório Geral
- AGADH – Associação Grupo Amigos de Hoje
- AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais
- APROSVI – Associação dos Profissionais do Sexo do Vale do Itajaí
- ASTRAL – Associação das Travestis e Liberados no Rio de Janeiro
- ASTTAL – Associação das Travestis e Transexuais de Alagoas
- ATBC – Associação de Transgêneros de Balneário Camboriú
- BR – Rodovia Federal
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CAPSI – Centro Acadêmico de Psicologia Silvia Lane
- CEDAP – Centro Especializado em Diagnóstico e Prevenção
- CFH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
- CFP – Conselho Federal de Psicologia
- CMJ – Conselho Municipal da Juventude
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça
- COLMEIA – Coletivo Laboral Multicultural de Experimentações e Intervenções Artísticas
- CRD – Centro de Referência e defesa da Diversidade
- DST – Doença Sexualmente Transmissível
- EBGL – Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas
- ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra a AIDS
- FITUB – Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau

FURB – Universidade Regional de Blumenau
GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS
GATA – Grupo Associação das Transgêneros da Amurel
GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transsexuais
GLTTB – Movimento de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
IFC – Instituto Federal Catarinense
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais e Travestis
MS – Ministério da Saúde
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não Governamental
PAP – Pesquisa ação participante
PMB – Prefeitura Municipal de Blumenau
PME – Plano Municipal de Educação
PNDH 3 – Programa Nacional de Direitos Humanos
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SAP – Semana Acadêmica da Psicologia
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizado Industrial
SUS – Sistema Único de Saúde
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRANSBLU – Grupo de Transgêneros de Blumenau
TRANSOESTE – Grupo de Transgêneros do Oeste
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO OU “ABRINDO OS TRABALHOS”	14
1. SOBRE O REFERENCIAL TEÓRICO	20
1.1. Pressupostos.....	20
1.2. Sobre a sexualidade e gênero.....	23
2. SOBRE A PESQUISA	33
2.1. Pesquisa Ação-Participante (PAP)	34
3. MOVIMENTO TRANS: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	39
3.1. Transfeminismo e ciberativismo.....	44
4. BLUMENAU: DEBAIXO DA BANDEIRA PRETA, VERMELHA E AMARELA TEM UM ARCO-ÍRIS	50
5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	57
5.1. As integrantes da pesquisa.....	57
6. ITINERÁRIOS DO COLETIVO TRANSFEMINISTA DAMAS D’ PAUS	63
6.1. Coletivo Transfeminista Damas D’Paus.....	67
7. ANÁLISE DO SINGULAR OU AS VIVÊNCIAS DO COLETIVO	94
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU “NOVOS BABADOS”	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
APÊNDICE	142

INTRODUÇÃO OU “ABRINDO OS TRABALHOS”

Esta pesquisa trata de mulheres travestis, mais precisamente, da trajetória de atuação de um coletivo transfeminista na região sul do Brasil (Blumenau/SC). “*Tá pensando que travesti é bagunça?*” foi uma das retóricas que mais ouvi durante essa pesquisa. Entre cafés e planejamentos somados ao acompanhamento das rotinas de Ághata, Rihanna e Ashley, foi necessário me adaptar à velocidade de suas atividades. A iminência em modificar a condição de suas vidas parecia reger a todo instante o movimento dessas mulheres pelos lugares que percorriam, na tentativa de vislumbrar uma possibilidade de futuro que permitisse ultrapassar os “35 anos”¹, com justiça e respeito social.

O interesse em estudar a vivência travesti foi surgindo no decorrer da pesquisa do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação. Quanto mais me aproximava das pessoas e de leituras do universo LGBT², mais relevante se tornava essa questão (vivência de travestis e transexuais), que se apresentava de diferentes modos a mim. Um deles, foi minha aproximação do coletivo “LGBT Liberdade” de Blumenau³, que se tornou o primeiro foco da pesquisa de mestrado, compondo o objetivo de analisar sua trajetória e como seus integrantes experimentam a participação do coletivo na cidade de Blumenau, de fortes tradições alemãs, local onde realizei meu curso de graduação. Por conhecer alguns dos integrantes do coletivo, iniciei contato para entender um pouco mais da organização interna do movimento e me aproximar de outros integrantes. A partir disso, passei a acompanhar as atividades do grupo, tanto presencialmente, como também pelas redes sociais e grupo de *Whatsapp* (nos períodos que estava em São Paulo), participei de reuniões, atos e eventos culturais desenvolvidos na cidade catarinense desde 2015.

Em um desses momentos em que participei de uma reunião com o coletivo LGBT, intrigou-me a inquietação de duas integrantes travestis que, calorosas em suas falas,

¹ Expectativa de vida de Travestis e Transexuais conforme Mapa de Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017 (ANTRA, 2018).

² Neste trabalho será adotada esta sigla conforme as Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, porém compreende-se que as experiências de sexualidade não se delimitam somente a essas siglas.

³ O coletivo LGBT Liberdade foi criado em 2008, porém iniciou suas ações a partir de 2015, mesmo período no qual realizou a 1ª Semana de Luta Contra a Homofobia e momento este, em que eu estava na graduação do curso de Psicologia da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Nesse mesmo ano, foi realizada a Semana Acadêmica do referido curso, em que participei como secretária de comunicação e organizadora do evento por parte do Centro Acadêmico de Psicologia Silvia Lane (CAPSI) e em certo momento o evento contou com a participação de dois integrantes do coletivo, dentre eles, um dos líderes e uma mulher Trans.

esbravejavam a urgência em ajudar uma travesti que havia sido detida pela polícia por furto, porém os esforços do coletivo continuaram centralizados na organização da parada LGBT.

Apesar do suporte feito pelo coletivo àquela que foi detida num primeiro momento, precisavam verificar como ficaria sua situação no presídio, já que teria sido encaminhada para uma cela da ala masculina. Essa pauta não estava na reunião, mas exigia certa urgência, portanto, o coletivo se propôs realizar outra reunião para pensar questões referentes a essa e outras demandas das Travestis e Transexuais na cidade.

As prioridades entre os integrantes do coletivo naquele momento divergiam e tal situação me fez perceber como há um abismo entre as demandas dos representantes de cada letra da sigla, ou como diria Ághata, ao se referir ao movimento LGBT: “As do *L, G e B* estão no módulo 6, nós (trans e travestis) estamos no módulo 1, ainda, em termos de inclusão social”. Tal constatação alterou o rumo da pesquisa que estava pautada na ideia de um coletivo coeso ou lutando por sua coesão. Comecei a ficar atenta às diferenças entre cada uma das letras, às críticas, queixas e sofrimento das participantes Trans como, por exemplo, o uso do nome social em espaços de saúde. Foi então que entrei em contato com o coletivo Damas D’Paus, explicado por Ághata: “*a gente, junto com a Rihanna, criou o coletivo Damas D’Paus, que é um coletivo que trabalha mais nas especificidades das pessoas trans mesmo, necessidade de inclusão de trabalho, na questão do transfeminismo também*”. Rihanna e Ágatha⁴, precursoras do Damas D’Paus, sentiram a necessidade de fazer ações mais específicas voltadas para a letra T, até então esquecida naquela cidade alemã – afinal para a cidade, as pessoas Trans, ou não existiam ou circulavam apenas a noite, nos guetos e na BR⁵.

A cidade de Blumenau, reconhecida nacionalmente como a capital do chopp, possui tradições germânicas que são reproduzidas nas festas de janeiro, a *Sommerfest*, e de outubro, a *Oktoberfest*. Nos desfiles que ocorrem na rua central da cidade, é possível observar as características alemãs nos detalhes dos trajes típicos de homens (*fritz*) e de mulheres (*frida*) loiros de olhos azuis que carregam com orgulho o “mito da capacidade do trabalhador blumenauense”, centrado na ideia de que o povo blumenauense é diferente dos demais, pois

⁴ Nomes fictícios escolhidos pelas pesquisadoras informantes.

⁵ Brasil Rodovia.

possui um modo de agir único, característico do alemão pós Segunda Guerra Mundial⁶ (FROTSCHER, 1998 e 2003).

Dessa forma iniciei a outra jornada da pesquisa, acompanhando as “andanças” das integrantes do Damas D’Paus nas ruas da cidade de Blumenau, nos serviços de saúde, no cartório para fazer a alteração de nome e gênero em seus documentos, nas festas, no teatro, na universidade e, também as mudanças singulares em cada uma delas, inclusive culminando com a candidatura de uma de suas integrantes às eleições estaduais, da qual fui a coordenadora de campanha.

É preciso salientar que, ao longo dessa escrita, foram usados os termos “vivências Trans”, “pessoas transexuais” e “Transgêneros” – compreendidos aqui como termos guarda-chuvas que abordam as diferentes identidades de gênero sendo elas de homens e mulheres transexuais, travestis e até os que não se identificam nem com o feminino e nem com o masculino. Alguns autores e autoras ainda acrescentam ao termo trans o *(trans*) referindo-se às pessoas que não se identificam nem com masculino e nem com feminino e outros utilizam o “@” ou “x” para indicar todos ou nenhum deles (COACCI, 2014; KAAS, 2015).

Embora o coletivo seja formado somente por mulheres transexuais e travestis, a intenção do mesmo é ampliar a participação para homens transexuais e outras pessoas que não se identificam com a cisnormatividade⁷ de gênero. Vale ressaltar que, por considerar a autoidentificação das participantes dessa pesquisa, serão utilizados os conceitos mulheres transexuais e travestis ao falar das participantes-militantes que a integram, estabelecendo o foco da escrita, em grande parte, no gênero feminino. Em outros momentos também será utilizado o termo “pessoas trans” referindo-se a homens e mulheres trans como sustenta Ághata *“utilizar o termo pessoas trans é necessário, pois humaniza”*. Apesar disso, compreende-se que as vivências trans não se resumem somente à identidade de gênero, pois há outros aspectos para além desse que constituem suas singularidades.

⁶ “Através das enchentes, construiu-se uma representação que associa o caráter ‘operoso, bravo e forte’ do blumenauense às origens alemãs. Este fato justificava as constantes referências à Alemanha. [...] Àquela conjuntura de catástrofe, fazia-se referência à Alemanha do Pós-Guerra, isto é, a uma conjuntura a qual Blumenau estava completamente alheia, para se celebrar a “superioridade do trabalho alemão”. Mesmo sendo uma relação desistoricizada, a prefeitura municipal lançou mão daquele fato ocorrido na Alemanha contemporânea, para alçá-lo como exemplo de persistência e trabalho” (FROTSCHER, 1998, p. 19).

⁷ O prefixo Cis refere-se às pessoas não Trans, ou seja, pessoas que se identificam com o sexo que lhes foi atribuído ao nascerem, portanto, a normatividade cis de gênero é referida aos modos de comportamentos e formas de se vesti de homens e mulheres cis.

Todavia, as singularidades que compõem o coletivo em questão ressaltam também algumas semelhanças no que se refere à busca por direitos, cidadania e visibilidade. Mesmo com os poucos avanços em termos de saúde e educação (como a adoção do nome social por determinadas instâncias governamentais por meio de regulamentações), essa busca ainda é presente nas lutas dessas pessoas, tanto no movimento LGBT como também no movimento feminista, sendo prioritário o reconhecimento de suas identidades.

Nesse processo, a pesquisa foi alterando seu objetivo e sujeitos, de LGBT para Trans e não mais a primazia ao coletivo ou à vivência singular, mas ao entrelaçamento entre ambos, com destaque ao papel do coletivo em suas vidas e os sentidos que tem para elas a participação no mesmo. Mas a pergunta inicial se manteve: O que explica a formação e o empenho em sustentar um coletivo? Pergunta que remete à relevância social da minha ação como Psicóloga Social.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral refletir sobre a formação do coletivo na interface com a história de vida de suas integrantes e o com o território. Para tanto, define como objetivos específicos: a) identificar e compreender as necessidades e o sofrimento que emergem nesse processo; as transformações que ocorrem no coletivo; b) compreender o papel da candidatura de uma de suas integrantes às eleições estaduais para o coletivo; c) subsidiar o aperfeiçoamento da participação comunitária do coletivo em seu território.

Partindo desses objetivos, foi buscado na literatura pesquisas realizadas sobre travestilidade e transexualidade, sendo encontrados trabalhos em áreas da antropologia, ciências sociais, medicina, direito e psicologia. As pesquisas sobre as vivências de mulheres transexuais e travestis tem sido objeto de grandes estudos etnográficos, principalmente no Brasil nos últimos anos (MOTT & ASSUNÇÃO, 1987; SILVA, 1993; OLIVEIRA, 1994; OLIVEIRA, 1997; FLORENTINO, 1998; PERES, 2005; BENTO, 2006; PELÚCIO, 2007; BENEDETTI, 2005; JAYME, 2001; PATRÍCIO, 2002; PELÚCIO, 2007; KULICK, 2008; DUQUE, 2009). As travestis participantes dessas etnografias, em sua maioria, são profissionais do sexo de baixa renda e vivem em moradias coletivas, os chamados pensionatos, onde dividem com outras mulheres travestis. Essas pesquisas têm suscitado questionamentos tanto políticos como teóricos relacionados à vivência da prostituição e ao universo da travestilidade (CARDOZO, 2009).

Em contrapartida, há trabalhos recentes que abordam outras questões relacionadas às vivências trans como o de Mário Felipe de Lima Carvalho (2015) sobre o conceito de visibilidade e o reconhecimento do ativismo trans com o título: “ ‘Muito prazer, eu existo!’ Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil”; o de Gabriela Costa Araújo (2018) sobre a linguagem bajubá : “(RE) Encontrando o Diálogo das Bonecas: O Bajubá em uma Perspectiva Antropológica” e o de Michelle Barbosa Agnoleti (2010) na área de direitos humanos intitulado “Travestis: Percursos e Percalços para a Conquista da Cidadania”.

No campo da Psicologia, o amplo trabalho realizado por Pacheco (2017), com dados coletados entre 1997 a 2015, destaca que a temática da transexualidade ainda é recente e aponta que a maioria dos casos é vinculado à pesquisa de mestrado com poucos pesquisadores nesse campo. Ainda que sejam poucas produções, o que foi identificado pela autora é um discurso da transexualidade a partir de uma perspectiva de doença, na qual os profissionais da psicologia foram convidados a atuar. Apesar dos trabalhos terem um viés de diagnóstico/tratamentos da transexualidade, muitos deles defendem a despatologização, porém são poucos os que apontam para os direitos sociais e para as lutas por visibilidade e sociabilidade dessa população.

Com relação aos trabalhos realizados na psicologia com mulheres travestis, destaca-se a pesquisa de Rita Martins Godoy Rocha (2011) sobre o sentido da amizade entre as travestis: “Entre o estranho e o afeto: as construções de sentidos sobre as relações de amizade entre as travestis”; a pesquisa de Marília dos Santos Amaral (2017) sobre homens que assumem relacionamentos com travestis e mulheres trans: “Te desafio a me amar: Desejo, afeto e a coragem da verdade na experiência dos homens que assumem relacionamentos com as travestis e mulheres trans” e o de Carolina Cavalcante Lins Silva (2016) sobre a luta de uma Associação de mulheres transexuais e travestis em busca de cidadania: “Da luta pela vida a busca pela cidadania: o ativismo político de travestis e transexuais na cidade de Maceió-AL”

Além dos trabalhos anteriores, foi feito um levantamento de literatura na base de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelos assuntos “psicologia” e “travesti” sendo encontrados 126 trabalhos, entre 1987 e 2018. Entre estes 118 artigos, 2 deles são dicionários, uma enciclopédia e 3 são livros. Ao buscar pelos assuntos “psicologia”, “coletivo” e “transfeminista”, foi encontrado

o artigo de Jaqueline Gomes de Jesus de 2016 com o título “Operadores do direito no atendimento às pessoas trans”. Ao trocar os assuntos por “psicologia” e “transfeminismo”, o resultado da busca foi o mesmo artigo. Para refinar a busca acerca da cidade, foram colocados os assuntos “Blumenau”, “coletivo” e “transfeminista”, porém não foi encontrado nenhum trabalho.

Essa revisão mostra como os trabalhos desenvolvidos sobre travestis na psicologia são escassos, sendo a maior parte deles de outras áreas do conhecimento como Antropologia, Sociologia e Direito, fazendo com que essa pesquisa busque um diálogo interdisciplinar com essas áreas. Porém ao trocar os assuntos para “coletivo” e “transfeminista”, conforme a identificação do coletivo em questão, não foram encontrados trabalhos com essa temática na psicologia, apesar de que existem trabalhos sobre direitos, cidadania e visibilidade em outras áreas como já foi citado anteriormente.

Desta forma, a dissertação está dividida da seguinte maneira: no primeiro capítulo, apresento o referencial teórico que orienta essa pesquisa e uma breve discussão acerca da sexualidade e do gênero, a partir de teorias da segunda onda do feminismo e finalizo este capítulo com uma perspectiva dessa discussão a partir da Psicologia Sócio-Histórica. No segundo capítulo, exponho o método da pesquisa ação-participante proposto por Lane (2012), os procedimentos adotados para a coleta de dados e os caminhos, aqui descritos como itinerários do coletivo que compuseram o caminho percorrido. No terceiro capítulo, realizo uma breve contextualização do movimento Trans no Brasil e do transfeminismo; já no quarto capítulo, descrevo a cidade de Blumenau e o conservadorismo com a interface do movimento LGBT da cidade. No quinto capítulo, apresento as integrantes da pesquisa (Ághata, Rihanna e Ashley) e no sexto capítulo intitulado “Itinerário do Coletivo Transfeminista Damas D’Paus” descrevo como foi a criação do coletivo, os itinerários da pesquisa, trazendo a primeira parte das análises. Em seguida, o sétimo capítulo é composto pelas análises das vivências das integrantes em interface com o coletivo Damas D’Paus. E, por último, faço as considerações finais.

1. SOBRE O REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. Pressupostos

Esta pesquisa parte de pressupostos epistemológicos baseados no materialismo histórico e dialético. Isso significa entender que a subjetividade é histórica e o ser humano é produto e produtor da história ao mesmo tempo em que a história se modifica pelas ações humanas, ou seja, conforme o movimento humano sobre a materialidade. Portanto, o conhecimento produzido por ele deve atender às soluções de seu tempo, na medida em que avança o seu conhecimento sobre si e sobre o mundo material.

O ser humano não é mero reflexo da sociedade, mas atua sobre ela ao mesmo tempo em que é determinado e determinante por ela e pela cultura. No entanto, Sawaia (2008) alerta sobre o perigo do culturalismo se tornar outra forma de naturalização ao eliminar das análises psicossociais o universal, por não haver singularidade fora da sociedade. Apesar das determinações sociais e culturais, o ser humano possui capacidade de criar e transformar sua realidade, essa capacidade dependerá do grau de autonomia e de iniciativa que alcançar (LANE, 2012).

Ao compreender o indivíduo concreto como manifestação de uma totalidade histórico-social, Lane (2012) explicita que esse é o ponto de partida da psicologia social para construir um conhecimento que atenda a uma realidade social, permitindo uma intervenção efetiva na rede de relações sociais de cada indivíduo. Essa análise implica em partir da realidade vivida pelo sujeito na sua inter-relação com os outros, com o meio e suas ações concretas, pois, para a psicologia sócio-histórica, o indivíduo se singulariza por meio das intersubjetividades, em que razão e emoção são indissociáveis.

Superar as dicotomias razão/emoção e mente/corpo foi uma das preocupações de Vigotski que o levou a buscar na teoria das emoções do filósofo Baruch de Espinosa (1632-1677) bases para pensar uma nova psicologia, que explicasse a singularidade e a criação do sujeito apesar da determinação social (VELOSO, 2015). Segundo Espinosa (2013), elas são da mesma substância, elencar as emoções nas análises psicológicas subsidia uma nova concepção de sujeito sem desmembrá-lo em mente e corpo, pelo contrário, considera-o por

inteiro, composto da mesma substância, que Sawaia inspirada na filosofia espinosana descreve:

Corpo e alma são da mesma substância; as idéias da alma são afecções do corpo, que se constituem em mente. As afecções dizem respeito à potência e ao conatus, ambos conceitos centrais na explicação do sujeito. Conatus representa a, força que constitui o desejo e está presente em todas as coisas. É o impulso vital, esforço de resistência, de apropriação e afirmação, que leva as coisas a perseverarem no próprio ser. É polivalente, assumindo diferentes formas, como vontade quando na mente; como apetite, no corpo e desejo, quando consciente. (SAWAIA, 1998, p.123)

Contemplando essa ideia, a autora demonstra que a concepção de sujeito de Espinosa é oposta à ideia de corpo encarnado pelo espírito, ou ainda, de que alma seja ligada ao corpo por um órgão. Pelo contrário, menciona que em Espinosa o indivíduo “é um grau de potência, ao qual corresponde um certo poder de ser afetado (...) e esse poder de ser afetado é necessariamente precedido pelas afecções do corpo nos encontros” (SAWAIA, 1998, p.123). Espinosa distingue duas dimensões do afeto: *affection* e *affectus*. *Affection* representa a experiência do encontro, a mudança que ocorre em nosso corpo e mente nos encontros que partilhamos dia a dia. *Affectus* é a forma como sentimos essas mudanças, que podem ser de duas direções: aumento ou diminuição da autonomia (SAWAIA, 2009).

A principal contribuição espinosana à psicologia é a sua concepção ético-política dos afetos, ao apresentá-los como representantes da qualidade de vida que a sociedade oferece (SAWAIA, 2009).

Ao introduzir as emoções como questão ético-política, obrigam-se as ciências humanas em geral e a Psicologia Social em especial a incorporar o corpo do sujeito, até então desencarnado e abstrato, nas análises econômicas e políticas (SAWAIA, 2014, p. 102).

Diante disso, considerar a dimensão afetiva, na psicologia e nas ciências humanas, não é julgá-la como boa ou má, ou ainda antagônica à razão, mas compreendê-la como inerente ao pensamento e à ação, nas palavras de Sawaia (2009, p. 367), “os afetos não são estados psicológicos ou construtos linguísticos, mas condição e fundamento do ser e existir, portanto, da ética”.

Vigotski (2009) irá dizer que o pensamento em si não é a última instância de todo o processo, ele não nasce de outro pensamento, mas da base afetivo volitiva a qual irá responder ao último porque na análise, o pensamento é gerado a partir das necessidades,

motivações, afetos e emoções. Porém esse subtexto não é, por sua vez, exclusivamente psicológico, surge no social.

Sob essa perspectiva, Sawaia (2014) buscou integrar a dimensão da afetividade em seus estudos sobre a exclusão social, por meio do conceito de sofrimento ético-político para indicar o sofrimento “do homem em situação de pobreza que, amedrontado, fraco e muitas vezes deslumbrado com a vida de luxo, vive a ilusão de liberdade e espera recompensas, ou mesmo remete a possibilidade de felicidade e liberdade sempre ao futuro” (SAWAIA, 2009, p. 370).

É necessário compreender a dimensão ética do sofrimento não como produção individual do sujeito, mas é nele que se expressa as formas de exclusão vividas dentro da configuração capitalista atual. Este processo se configura no campo das relações intersubjetivas que resultam no sofrimento que é ético e político (engloba a afetividade e a exclusão) derivado da injustiça social; é sentido pelo sujeito excluído como um impeditivo à vida, ao ir e vir, ao acesso às coisas tanto da ordem material como da ordem social. Os excluídos precisam se sentir incluídos, essas duas faces fazem parte da mesma unidade que se funda na desigualdade social e para mantê-la, é preciso reconfigurá-la sob novos moldes de adaptação incluindo perversamente e desta forma reproduzindo novas nuances de sofrimento ético-político (SAWAIA, 2014).

Sawaia (2003), ao indagar qual é a real necessidade dos excluídos, nos leva a pensar em outras necessidades que não são somente materiais. Para além das necessidades biológicas, existem outras que não se reduzem à sobrevivência. O desejo de ser gente, se sentir humano, diferente de todos, porém semelhante a eles. A felicidade, a alegria e a liberdade são inerentes ao processo de humanização e não estão presas aos aspectos estritamente fisiológicos.

O corpo vivo é mais do que a capacidade de se manter em pé e em movimento, é o corpo/mente com potência de ação para perseverar na autonomia e lutar contra tudo que nega a liberdade e felicidade de cada um e do coletivo. Negar as necessidades básicas do ser humano – potência de liberdade e felicidade, que podem ser traduzidas por reconhecimento, carinho, (com)paixão, ter em quem confiar –, é negar sua humanidade e gerar um profundo sofrimento que pode ser qualificado de ético-político. (SAWAIA, 2003, p.56)

Outra reflexão teórica importante a presente pesquisa é a distinção que Vigotski (1896-1934) faz de sentido e significado. As expressões do afeto se materializam na linguagem, portanto, é por meio dela que o sujeito manifesta o sentido das afetações. Este

psicólogo e advogado russo, crítico dos estudos da psicologia de sua época, destacou a função da linguagem no psiquismo humano. Segundo ele, a linguagem como atividade psicológica, tem função de intercâmbio social sendo um sistema simbólico de representação da realidade da qual as pessoas manifestam pensamentos, sentimentos, vontades entre outros (VIGOTSKI, 2009) e também é o instrumento de transmissão e perpetuação dos significados. A linguagem não é estática: “A própria palavra, que representa uma unidade viva de som e significado e que, como célula viva, contém na forma mais simples todas as propriedades básicas do conjunto do pensamento discursivo” (VIGOTSKI, 2009, p. 7) desprovida de significado, sobra um som vazio, sendo que o significado tem duas dimensões: a do sentido e do significado.

O significado se refere ao sistema das relações objetivas formado no processo de desenvolvimento da palavra, é compartilhado por mais pessoas, sendo mais estável que os sentidos, sofre variações em diferentes contextos culturais e históricos. Já o sentido da palavra se modifica de pessoa para pessoa e na mesma pessoa, sendo “sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa e que tem várias zonas de estabilidade variada” (VIGOTSKI, 2009, p. 465). O sentido, por suscitar os acontecimentos psicológicos, vai depender da vivência pessoal de cada sujeito. A palavra em si não abrange a totalidade do que diz o sujeito apesar de seu significado.

1.2. Sobre a sexualidade e gênero

Considerando as reflexões anteriores, pode-se dizer que a perspectiva da psicologia sócio histórica vigotskiana que orienta a presente pesquisa compreende que a sexualidade humana abrange características que ultrapassam os fatores biológicos do organismo. Ela é da ordem do sentido e do significado. Assim como estes ela deve ser compreendida, em sua totalidade, como um fenômeno sócio histórico e cultural, mas ao mesmo tempo ela se desenvolve conforme as vivências do indivíduo. Este, por sua vez deve ser compreendido como um ser inacabado, sempre em transformação. Isso significa dizer que a sexualidade também vai se modificando conforme as ações humanas realizadas no decorrer da história, ou seja, conforme o seu movimento sobre a materialidade, que por sua vez incide nas ações humanas.

Portanto, para a compreensão das vivências de ser travesti e transexual, é necessário compreender como se constitui as noções de sujeitos homens e sujeitas mulheres a partir do grupo social no qual o indivíduo está inserido e como este mesmo grupo interpreta essas noções relacionadas aos corpos e aos significados atribuídos socialmente conforme os comportamentos expressos por esses grupos. De modo que, esses significados, mediados por signos, dadas as condições históricas e materiais, vão se transformando de acordo com o conhecimento já acumulado pela humanidade sobre a materialidade (LANE, 2012).

Historicamente, as concepções de homem e mulher sofreram várias alterações de significados atrelados às diferenças físicas e biológicas do corpo. Os impactos dessas alternâncias de significados se constituíram na forma material de vivência entre mulheres e homens, o que por sua vez gerou diferenças sociais entre esses grupos. A ideia de masculinidade e feminilidade a partir de perspectivas evolucionistas considera que os aspectos sociais e psicológicos são decorrentes estritamente das funções orgânicas, ou seja, baseadas em argumentos que naturalizam modos de ser mulher e homem. Sendo as mulheres como mais sensíveis e possuidoras de instintos para cuidar de crianças e homens como mais fortes fisicamente, que não sentem dor e nem choram, entre outras características (FÁVERO, 2010).

Tais aspectos implicam em exigências sociais diferentes para homens e mulheres produzindo e reiterando a heteronormatividade⁸ compulsória na sociedade. O que por sua vez, cria a ilusão da verdade universal ao se pressupor a naturalização de uma linearidade e coerência em relação ao sexo, gênero, prática sexual e desejo, tal concepção de “normalidade dos gêneros” é denominado por Butler (2003) como gêneros “inteligíveis”. Ou seja, a partir do órgão reprodutor de homens e mulheres instauram-se normas de compreensão para os gêneros, as quais aparentam serem naturais. Os que escapam a essa norma, são vistos como anormais e/ou patológicos, a exemplo das pessoas transexuais e das travestis que são denominados de corpos abjetos (BUTLER, 2003).

As vivências trans e travestis são consideradas como transgressoras dos limites entre feminino e masculino, marcadas por uma identificação com o que é considerado pela sociedade como gênero oposto, rompem com a lógica da matriz de gênero reconhecida no

⁸ “O conceito de heteronormatividade surge na literatura dos estudos LGBT através do artigo de Morin (1977) e começa por ser descrito como um enviesamento heterossexual, um sistema normativo de crenças que considera a heterossexualidade como mais “natural” e superior à homossexualidade.” (OLIVEIRA, 2013).

social. Por isso, são vistas como patológicas, por não coincidirem com tais identificações, sendo alvos de estudos da medicina e da psicologia.

Ressalte-se que a vivência transexual/travesti não é algo recente, há estudos que relatam personagens que se travestiam e viviam de acordo com o gênero compreendido por elas, desde a mitologia grega (CECARELLI, 2013). Mas é a partir do século XIX que essas vivências foram estudadas enquanto patologias e aberrações.

Os estudos de Magnus Hirschfeld (1868-1935) sobre pessoas que se vestiam com roupas consideradas de outro gênero e, mais tarde, os estudos desenvolvidos por Harry Benjamin (1885-1986) médico endocrinologista, John Money (1921-2006) psicólogo e Robert Stoller (1924-1991) psiquiatra e psicanalista vão contribuir para a construção do que esta ciência moderna denominou de “transexual” e “travesti” como apontado pelo vasto trabalho de Jorge Leite Júnior (2008). O grande problema para esses cientistas foi a tentativa de identificar o que seria de fato “um transexual” e “um travesti” com base nos comportamentos observados para cada gênero, de modo que, esta área do conhecimento contribuiu para o entendimento de que a pessoa transexual teria repulsa do seu órgão sexual e necessitaria de cirurgias para adequar seu corpo ao gênero com o qual se identifica. Já para uma travesti, não haveria a necessidade em realizar a cirurgia para retirada do órgão. Essa é uma compreensão equivocada que ainda ressoa atualmente.

Com a criação do conceito “identidade de gênero”, Robert Stoller (1968) defende que a mistura da masculinidade e da feminilidade pode ser encontrada em um único indivíduo, existentes em diferentes graus e formas, essas características são identificadas em todas as pessoas. O que para este autor não significa que tais características são atreladas a ser homem ou ser mulher biologicamente, mas é um comportamento psicológico motivado, no qual sexo e gênero não estão relacionados de maneira direta (LEITE, 2008).

A partir dos estudos feministas da segunda onda, por volta da década de 1960, os conceitos de gênero e identidade de gênero, apontados pelas feministas, ampliam a forma como se percebe e se constrói a feminilidade e a masculinidade, assim como questionam as concepções de ser mulher e de ser homem. Entre as correntes apresentadas pelas ciências humanas não há uma visão uniforme sobre esse conceito, que é debatido em diversas perspectivas teóricas.

Entre outras antropólogas, destaca-se Gayle Rubin (1975) que ao conceituar gênero a partir do sistema sexo/gênero apoiou-se na base dicotômica natureza X cultura. O sexo, como nós o conhecemos, segundo a autora, é um produto social organizado pelas relações de gênero, esse sistema tem uma determinada autonomia que não necessariamente está relacionada ao sistema econômico, de modo que, o surgimento da opressão das mulheres não começa com o início do capitalismo, mas muito antes desse período. Sua compreensão sobre a opressão das mulheres é fundada a partir das leituras de Levis Strauss sobre a circulação das mulheres nas estruturas de parentesco, a qual entende ser fundante das diferenças sexuais, que se fortalecem no plano da cultura.

Distintamente de Rubin, Joan Scott (1995), de orientação marxista, descreve gênero como categoria de análise histórica, útil para se pensar em uma análise social profunda aplicável em toda sociedade. Aparece como um sinônimo do termo mulheres e foi mais utilizado para descrever o momento histórico em que as mulheres se encontravam, sem explicação ou causalidade a respeito de sua existência. O termo também foi utilizado para explicar os fenômenos nos quais as mulheres faziam parte, compreendendo e esclarecendo a sua existência nestes momentos. Ao se referir a gênero, a autora defende que além de se tratar das mulheres, o termo refere-se também aos homens, pois o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens. Sintetizando, Scott (1995) defende que “gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”, além de oferecer “um meio de distinguir a prática social dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens” (SCOTT, 1995, p.75).

Em suma, para Scott, gênero seria tanto uma maneira de pensar a história (categoria analítica), como um instrumento para entender a história por meio das hierarquias sociais e suas relações de poder, e também um meio de intervenção social. Mas as postulações de Scott foram amplamente questionadas por estudiosos que se interessavam por aqueles indivíduos que não se adequavam as normas sócio-sexuais (gays, lésbicas, travestis etc.) ou que rompiam drasticamente com a suposição de uma real diferença sexual biológica (transexuais e transgêneros, entre outros), isto é, indivíduos que relatavam uma não adequação entre sexo biológico e orientação sexual conforme preconizavam as teorias clássicas – e que questionavam a existência da própria diferença sexual (TILIO, 2014, p. 135).

Diferentemente do pensamento de Scott, as concepções psicanalíticas têm contribuições para se pensar o gênero a partir dos estudos de Freud. Há uma polêmica no que tange aos estudos psicanalíticos sobre a sexualidade e as questões de gênero que não serão aprofundadas por hora, porém não podemos deixar de citar que esta corrente de

pensamento também influenciou as projeções relacionadas às feminilidades e masculinidades. Por um lado, Freud ao introduzir a sexualidade na teoria psicanalítica corroborou para se pensar a mesma como constitutiva do ser humano e como pulsão, sendo a sexualidade o pilar dessa teoria. Alguns autores, ainda, defendem que sua teoria corroborou tanto para a patologização das identidades Trans quanto para naturalizar concepções de feminilidade e masculinidade.

A naturalização dos eixos gênero/sexo foi uma das problematizações relatadas por Butler (2003), que defende que há uma ordem compulsória de sexo, gênero e desejo, que vigoram nos paradigmas de corpo masculino para homens e corpo feminino para mulheres, ou seja, sexo masculino/homens e sexo feminino/mulheres.

O gênero não é mera interpretação cultural de sexo, ele é pré-discursivo, é produzido anteriormente à cultura, pela superfície politicamente neutra, o que garante a ação da cultura: “a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre o sexo e o gênero revela-se absolutamente nenhuma” (Butler, 2003, p. 25). Essa afirmação serve de sustentáculo para assegurar a divisão estrutural binária do sexo, sendo ela o próprio aparelho para a construção cultural de gênero.

Nesta mesma direção, Bento (2008, p. 37) correlaciona sexo como um “qualificador de humanidade à matéria corpórea” e o gênero como resultado de tecnologias que produzem tal corpo sexuado, deste modo os corpos de pessoas trans e mulheres travestis, quando estes se compreendem desta forma, são corpos isentos de humanidade.

Tanto para Butler (2003) como para Bento (2008) não há gênero feminino e masculino que sejam originais, mas sim, a reprodução de cópias a partir de uma ideia de gênero original, do qual se espera certos comportamentos e atributos físicos, os quais corporificam o gênero. É a partir desse arranjo que tanto mulheres e homens cis e trans e travestis se adequam ao performarem os gêneros. “Tentar reproduzir uma natureza em ato faz com que se tenha de estar interpretando as normas, o que é feito a partir de suposições, da parte do sujeito, e de expectativas, por parte do outro” (BENTO, 2006, p. 93).

Por outro lado, a inteligibilidade dos gêneros é questionável, pois apesar das possibilidades das determinações socioculturais, há condições físicas que delimitam o ser humano em questão, do que ele pode ou não fazer sobre sua própria condição física sexual.

Ao mesmo tempo, por perceber as possibilidades geradas pela ampliação da cultura, é permitido ao indivíduo realizar muitas outras coisas inclusive relacionadas às questões da sexualidade (práticas sexuais) e às modificações corporais, como por exemplo, utilização de vestimentas e adereços como no caso de pessoas trans e mulheres travestis (JACEWICZ, 2011).

Há também estudos feministas realizados por francesas que não utilizaram a categoria gênero, mas a de relações sociais do sexo. As cientistas sociais francesas preferiram relações sociais do sexo ao gênero por este último fazer pouco sentido na língua francesa e por destacar a cultura implicando em uma modelização da vida (HEILBORN, SORJ, 1999).

Françoise Héritier (1933-2017), antropóloga francesa, categorizou a “valência diferencial dos sexos” – que incide numa dominação de mulheres por homens – como fundante das relações sociais entre homens e mulheres. Seguidora de Claude Lévi-Strauss, Héritier concebeu seus estudos sobre homem e mulher a partir das estruturas de parentesco em sociedades primitivas. Ela defende que há uma apropriação por parte dos homens sobre a fecundidade da mulher, sendo esta um privilégio da mulher, que deve ser dominado pelos homens por meio do casamento (KOVALESKI; TORTATO, 2016).

Nicole Claude-Mathieu (1937-2014) demonstra em seus estudos a necessidade de estudar as duas categorias sociais, homens e mulheres, de maneira relacional, dialética. Utiliza o conceito de *rappports* sociais do sexo que para ela está relacionado às relações, ligações estruturais da sociedade em nível macro, entre a maioria (homens) e a minoria (mulheres), afirmando que os sexos são uma construção social. A economia do sexo e a do gênero estão intrinsecamente ligadas e o poder faz parte dessa relação, trazendo o corpo como um construto social modificável e modificado que serve como resistência, não somente simbólica, mas concreta e direta (FALQUET, 2014).

O conceito de relações sociais do sexo criado pelas feministas francesas tem por base a divisão sexual do trabalho e se restringe a um papel da mulher enquanto reprodução da vida familiar.

No ponto de partida da análise das relações homens/ mulheres, em termos de relações sociais de sexo, encontra-se o postulado do antagonismo. De um ponto de vista teórico, uma relação social supõe o antagonismo entre os dois grupos, as duas classes que ela opõe. Sem divergência radical, sem oposição dos interesses

respectivos dessas duas classes, simplesmente não há espaço para se falar em relação social (DEVREUX, 2005, p. 577).

De outro lado, os estudos sobre relações sociais do sexo completados com recortes de raça e classe introduzem as concepções de interseccionalidades e consubstancialidades na epistemologia feminista. Com base no feminismo negro norte-americano, a interseccionalidade se caracteriza por pensar em sexo e raça como interfaces estruturais que modelam a violência entre as mulheres. Já a consubstancialidade compreende o sexo e a classe como sendo norteadores das diferenças entre as mulheres, porém ambas negam a hierarquização das formas de opressão (HIRATA, 2014, p. 63).

Danièle Kergoat (2010) compreende, de maneira não mecânica, a consubstancialidade e coextensividade das práticas sociais entre homens e mulheres diante da divisão social do trabalho em três dimensões, sendo classe, gênero e origem (de acordo com os hemisférios Norte e Sul). Para esta autora, as relações sociais entre homens e mulheres giram em torno de uma disputa, sendo consubstanciais, pois,

[...] elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e 'raça' se reproduzem e se co-produzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 94).

Consubstancialidade implica em um “entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (KERGOAT, 2010, p. 100).

Essas compreensões de interseccionalidade e consubstancialidade, Cinzia Arruzza (2015, p. 36) denominou de “Teorias dos sistemas duplos ou triplos”. Nessa perspectiva, tanto gênero, como relações sexuais e relações raciais, constituem em si um sistema autônomo que combinados ao capitalismo reformulam as relações de classe e, ao mesmo tempo, são modificadas pelo capitalismo por um processo de interação recíproca. Portanto, são sistemas de opressão diferentes, sendo que quando relacionadas ao patriarcado ou ao sistema de relação racial dominante, adquirem um caráter extra econômico. Outra perspectiva a respeito dessas teorias refere-se às relações de gênero como um sistema de relações ideológicas e culturais derivadas dos antigos modos de produção e formas sociais independentes do capitalismo. E quando inter-relacionadas com as relações sociais capitalistas, configura-se esta com uma dimensão de gênero.

A grande questão para autora é compreender qual o princípio organizativo e a lógica para se entender as interseccionalidades dos sistemas de opressão e quais as causas dessas intersecções, pois se não há uma explicação para essas, esse sistema se torna mais descritivo do que explicativo. Isto não quer dizer que se nega o sistema de opressão de gênero e de raças, mas que explicá-las da forma como se apresentam na realidade, ou seja, de forma imediata, não diz sobre a causa que gerou essas intersecções. Por isso, o sistema patriarcal torna-se central para essas teorias, porém não há um consenso sobre seu entendimento. Apesar disso, a autora destaca que o sistema patriarcal é:

[...] entendido como um sistema de relações, tanto materiais como culturais, de dominação e exploração de mulheres por homens. Este é um sistema com sua própria lógica, que é ao mesmo tempo maleável a mudanças históricas, em uma relação de continuidade com o capitalismo (ARRUZZA, 2015, p. 39).

Para a autora, é necessário compreender que se o patriarcado é um sistema de exploração, há uma relação de explorador-explorado, nesse sentido, uma classe é expropriadora e outra expropriada. E, portanto, deve-se conhecer quem são os grupos que compõem essas classes. De um lado, do ponto de vista da esfera privada, pode-se dizer que homens (explorador/expropriador) e mulheres (explorado/expropriado) compõem essas classes, por outro lado, na esfera pública, o estado é o expropriador e explorador. Porém, não há como negar que independente das classes, mesmo as mais baixas, há relações de dominação e de hierarquia social em que homens se beneficiem de tais relações na esfera privada (ARRUZZA, 2015).

Tendo em vista que as relações de dominação de gênero permaneceram, elas não seguiram uma lógica autônoma, mas se modificaram conforme a transformação da família, “de uma unidade de produção a um lugar privado fora da produção de mercadorias e do mercado.”(ARRUZZA, 2015, p. 46). E sofreram significativas transformações a exemplo:

[...] uma destas transformações está ligada a uma conexão direta entre orientação sexual, reificada em identidade, e gênero. Porque é certamente verdadeiro que a opressão de gênero tenha existido bem antes do advento do capitalismo, isso não significa que as formas que assumiu tenham sido sempre as mesmas (ARRUZZA,2015, p. 46).

E sobre essas relações múltiplas de poder e de dominação estas

[...] aparecem como expressões concretas de uma unidade contraditória e articulada que é a sociedade capitalista. Esse processo não deve ser entendido de forma automática ou mecanicista. Como já foi notado, não devemos esquecer a dimensão da práxis humana: o capitalismo não é uma máquina ou um autômato, mas uma relação social, e como tal, é sujeita a contingências, acidentes, e conflitos. No entanto, contingências e conflitos não excluem a existência de uma lógica – nominalmente, a acumulação capitalista – que impõe limites objetivos não apenas à nossa práxis ou experiência vivida, mas também à nossa habilidade de produzir e articular relações com outros, nosso lugar no mundo, e nossas relações com nossas condições de existência. Isso é exatamente o que a “teoria unitária” tenta alcançar: ser capaz de interpretar as relações de poder baseadas no gênero ou orientação sexual como momentos concretos daquela totalidade articulada, complexa e contraditória que é o capitalismo contemporâneo. (ARRUZZA, 2015, p.56)

Portanto, a análise dessas manifestações concretas deve ser feita com ferramentas teóricas específicas, ao mesmo tempo em que essas ferramentas também fazem parte da totalidade e mantém uma relação com o processo de reprodução social que segue a lógica de acumulação capitalista. Deste ponto de vista, tanto a opressão de gênero como a opressão racial não são dois sistemas autônomos que possuem suas causas particulares, mas passaram a ser parte do capitalismo, integrando a complexidade das relações que se dissolveram nas formas sociais ao longo de processos históricos (ARRUZZA, 2015).

Assim, compreender essas formações sociais como meros resíduos de outras formas de relações passadas que continuam a existir na sociedade capitalista, puramente ancoradas à psique humana ou somente como classes sexuadas seria um erro. O que não significa subestimar a dimensão psicológica do gênero e das opressões sexuais, mas é imprescindível detectar as condições sociais providas das relações de classe que atuam e influem nos modos como nos relacionamos e nos percebemos, por meio das nossas condutas e atitudes. (ARRUZZA, 2015).

Diante disso, a vivência da identidade travesti e transexual não é única ou universal. Com as transformações que realizam no corpo, experimentam novas possibilidades de ser e de viver, nesse sentido a experiência de construção da sua própria identidade de gênero se dá no individual. Portanto, é na história individual de cada sujeito que a sexualidade e a constituição de gênero deve ser compreendida, pois é neste nível que o indivíduo manifestará a síntese da totalidade, entre o que é esperado como ideal para seu gênero e como ele mesmo assim o entende. É nesse processo dialético que o indivíduo irá constituir sua sexualidade e sua identidade de gênero.

Partindo das contribuições de Arruzza (2015) compreendemos que a sexualidade é mais ampla do que suas bases corporais, ela está relacionada ao patriarcado, que é imprescindível detectar as condições sociais providas das relações de classe que atuam, reproduzem e influenciam tanto as percepções sobre nós mesmos como de nossas relações com os outros, e também sobre nossos comportamentos. A sexualidade se desenvolve conforme as vivências do indivíduo, ou seja, se manifesta na sua singularidade, mesmo com as determinações histórico-culturais.

Dito de outra forma, a sexualidade humana não se refere somente ao aspecto físico, mas esse aspecto é representado em um determinado grupo social e a forma como este a interpreta, por meios simbólicos, e os correlaciona com comportamentos e expressões que se configuram nos gêneros masculino e feminino. Por fim, trata-se de entender que a sexualidade é desenvolvida na história individual, atravessada pela história social. O indivíduo constitui-se em uma síntese entre o que é identificado e esperado para seu gênero pelo social e como ele se entende. A sexualidade não é inata, mas se constitui em processo que envolve as relações de poder do capitalismo e da cultura, apesar de que essas determinações sociais não são soberanas na constituição do sujeito, nem elimina sua singularidade.

Vigotski (2009) afirma que, a despeito das determinações sociais, a singularidade se configura por meio das mediações – sendo que, a desigualdade social é uma dessas dimensões no caso das travestis. As determinações sociais postas pela desigualdade são vividas pelos sujeitos como necessidade, vergonha, humilhação, sentimentos do eu, dentre outros e, nessa condição, orientam suas ações (SAWAIA, 1998).

2. SOBRE A PESQUISA

É com base nessas premissas da psicologia sócio-histórica que a presente pesquisa adota a posição de busca pelo conhecimento que possa auxiliar o processo de transformação social da realidade pesquisada (SAWAIA, 1998).

A atividade humana se concretiza e se desenvolve com o conhecimento que o sujeito vai elaborando a partir de sua prática, na medida em que, desenvolvendo essa prática, vai captando cada vez mais as leis objetivas da realidade, apropriando-se delas como base, para sua prática seguinte. Assim, as leis e formas do pensamento refletem as leis do ser. Quanto mais o pensamento através da prática humana captar tais leis, mais o sujeito capta o movimento da realidade e pode, com base nessas leis, transformar a realidade (OLIVEIRA, 2005, p. 11).

Como visto anteriormente, o significado é compartilhado. Portanto, o pensamento é mediado pelas intersubjetividades, por meio dos signos, sendo a linguagem sua forma mais relevante. Linguagem e atividade são indissociáveis (assim como não há dicotomia entre subjetividade e objetividade), sendo que medeiam a configuração histórica do psiquismo.

A linguagem oral é, portanto, um instrumento de comunicação e transformação da realidade, é, também, definidora de identidades e expositora do pensamento e das emoções. O pajubá ou bajubá é uma forma de linguagem comumente utilizada pelas Travestis, a qual é combinada com a experiência de vida dessas pessoas. De origem africana, da língua iorubá-nagô, o pajubá tem “indicativo da relação entre a comunidade e as religiões afro-brasileiras, baseado no léxico da língua portuguesa, com diferentes arranjos e significados” (ARAÚJO, 2018, p.14). Portanto, nesta pesquisa, compreender as nuances do pajubá no cotidiano que atravessa essas experiências é fundamental.

É com base no exposto que este trabalho se orienta, de maneira que o fascínio do vivido não é registrado somente pelas narrativas das pesquisadas, mas também pela convivência e pelos encontros, de modo que, opta-se pelo método da pesquisa ação participante.

2.1. Pesquisa Ação-Participante (PAP)

A pesquisa ação-participante é definida como:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLENT, 1986, p.14).

Adotá-la como método exige reacender a memória do vivido, do sentido e do realizado. Os caminhos trilhados para essa escrita não tiveram um roteiro fechado, mas foram traçados conforme a ocorrência das mudanças advindas da convivência e do diálogo com as sujeitas dessa pesquisa. Tratou-se de uma construção conjunta, de acordo com o movimento do coletivo, considerando que os objetivos da pesquisa foram se modificando, na medida em que ela foi se realizando, nos encontros.

A produção desta dissertação não traz um conhecimento neutro acerca das sujeitas envolvidas, o que é impossível, mas apresenta um conhecimento tecido rigorosamente com elas em nossos encontros. De modo que, como pesquisadora, sentimentos e emoções fazem parte dessas linhas assim como fizeram parte das atividades desenvolvidas em conjunto com as participantes. O rigor se manifesta na exposição clara dos passos da pesquisa, na exposição das ideias e do referencial analítico. Os caminhos escolhidos são expostos, tendo em vista o cuidado necessário tanto com os objetivos, como com os procedimentos ao levar em consideração a todo o momento a participação das pesquisadas durante o processo. Por isso, a ideia de itinerários foi trazida para essa escrita, pois estes descrevem cada lugar em que estivemos juntas, e não somente de corpo físico, mas também nos momentos em que mantínhamos o contato via *whatsapp*. Entre idas e vindas, de São Paulo à Blumenau, foram vários encontros que não se encerram nesta pesquisa e que possibilitaram o registro da experiência vivida juntamente com as pesquisadas.

Retomar esse processo na forma da escrita é, portanto, refazer os caminhos e colocar de certa forma, aquilo que essas mulheres me confiaram de suas vidas. Assim

reconheço que parto do lugar de pesquisadora e mulher cisgênera⁹, mas que busca romper com a visão do saber ciscentralizado.

A pesquisa em si é uma prática social onde pesquisador e pesquisado se apresentam enquanto subjetividades que se materializam nas relações desenvolvidas, e onde os papéis se confundem e se alternam, ambos objetos de análises e portanto descritos empiricamente. (LANE, 2012, p.18).

A PAP tem a ética como princípio orientador, exigindo uma reflexão desde o início sobre os riscos que a pesquisa representa às pessoas envolvidas, uma vez que considera que as relações sociais, definidas entre pesquisador e pesquisado, podem ser tanto reprodutoras como transformadoras das próprias condições sociais no meio em que estão inseridos, mas que, de qualquer modo, a pesquisa necessariamente implica em intervenção (LANE, 2012):

Nesta perspectiva não é possível dissociá-lo pois ele também é material da realidade em estudo, e quando sua atuação, a sua presença é analisada não o é em termos de evitar 'vieses' ou de se atingir uma objetividade, mas sim de captar a não-neutralidade como manifestação de um processo que se está procurando compreender em toda a sua extensão (LANE, 2012, p. 46).

Ressalta-se que a intervenção tem sempre o caráter de compromisso com a realidade pesquisada, sendo todo o processo planejado e executado juntamente com as participantes. A pesquisa ação-participante permite observar de modo real o que ocorre no dia a dia das pessoas que estão participando e seus resultados podem proporcionar possíveis soluções para os problemas acerca da comunidade ou do grupo que está participando da pesquisa (THIOLLENT, 1986).

A partir de um enfoque fundamentalmente interdisciplinar, o pesquisador-produto-histórico parte de uma visão de mundo e do homem necessariamente comprometida e neste sentido não há possibilidade de se gerar um conhecimento "neutro", nem um conhecimento do outro que não interfira na sua existência (LANE, 2012, p.18).

Assim, esta proporciona um fazer social e eticamente comprometido com a realidade dos sujeitos envolvidos. Isso quer dizer que essa prática permite ao psicólogo social observar a realidade e juntamente com as participantes, planejar ações, executá-las, revê-las e alterá-las conforme o desenvolvimento da pesquisa. Com a compreensão de que não há conhecimento neutro, nesta pesquisa buscou-se sempre refletir sobre o tipo de conhecimento

⁹ Refere-se ao oposto de transgênera, ou seja, uma pessoa não trans que se identifica com o sexo atribuído ao seu nascimento.

produzido, se é alienante, autoritário, normatizador e opressor ou aquele que contribui para a busca pela nossa liberdade (SAWAIA, 1998).

Mesmo assim, este trabalho respondeu às exigências do Comitê de ética – as mulheres travestis envolvidas participaram por vontade própria sem nenhum tipo de obrigação. Foi apresentado e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, explanado todas e quaisquer dúvidas e foi explicado que, qualquer questão seria esclarecida durante o processo da pesquisa, sempre que houvesse necessidade. Desta forma, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP e a Plataforma Brasil, mas a questão ética não se restringe a esse documento.

Fazer pesquisa com mulheres travestis, sendo a pesquisadora uma mulher cisgênera branca, é, antes de tudo, repensar sobre nossos corpos e quais lugares eles ocupam. É repensar o conhecimento produzido pelas Ciências Humanas que diz respeito a esses corpos. É repensar as formas com as quais nos relacionamos sem reproduzir padrões que nos segregam e acima de tudo que nos (des)humanizam. Nesse sentido, esta pesquisa busca se despir dos estigmas sobre a vivência de mulheres travestis que, muitas vezes, são colocadas como imorais, promíscuas, pervertidas entre tantos outros adjetivos pejorativos, os quais são veiculados nas grandes mídias de circulação nacional (KULICK, 2008).

É necessário destacar que o vínculo pré-existente entre pesquisadora e pesquisadas, se intensificou no decorrer dos encontros, assim, a afetividade também fez parte desses momentos, impossível de negá-la, pelo contrário, sendo necessário considerar as afecções (sentimentos e emoções) no fazer pesquisa “de forma que o que acontece com um, afeta o outro” (SAWAIA, 2009, p. 365).

Superar a neutralidade do pesquisador não é anular seus conhecimentos, mas recuperar o afeto, na sua positividade, excluído da pesquisa, até da pesquisa-ação participante, com medo de que ela promova o inviesamento da pesquisa (VELOSO, 2015, p. 45).

O afeto é categoria central da pesquisa, é na base afetivo-volitiva que os sentidos produzidos são detectados (VIGOTSKI, 2009). Portanto, para compreender os sentidos produzidos pelos significados do que emerge a partir dos encontros entre pesquisadora e Travestis, faz-se necessário: 1) o entendimento da linguagem pajubá, considerando que esta como uma forma de manifestação dos significados entre esse grupo de pessoas é comumente

utilizada e 2) eleger procedimentos que representassem bons encontros: longas conversas na casa de duas participantes da pesquisa sempre acompanhados de fartas refeições para as quais eu colaborava e que serviam também para preparar os passos da pesquisa; momentos como a viagem junto a elas para Florianópolis e também os dias em que estivemos vendendo bebidas no Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau (FITUB); participação minha como coordenadora na campanha de uma delas à candidatura de deputada estadual; entrevista para levantar a história oral e também a observação constante durante as atividades planejadas ou não, no decorrer da pesquisa, todas com registros em um diário de campo. As anotações no diário de campo serviram de base para a composição dos Itinerários do Coletivo Transfeminista Damas D’Paus.

O uso das redes sociais ajudou muito, nos períodos em que estive em São Paulo – nossas conversas por *whatsapp* e as ligações via *skype* foram dois recursos utilizados para mantermos o contato. O *Whatsapp*, sendo um aplicativo que permite a troca de informações instantâneas, ligações e compartilhamentos, foi utilizado como instrumento para facilitar a comunicação no processo. Por meio do grupo criado no *whatsapp*, a interação com Ághata, Ashley e Rihanna estreitou a relação e a comunicação, viabilizou a troca de fotos e de informações, permitindo a tomada de decisões quanto ao andamento da pesquisa, como por exemplo, quando participaram de um evento realizado pela FURB sobre violência de gênero. Em outros momentos, esta ferramenta de comunicação possibilitou o apoio e o suporte entre pesquisadora e pesquisadas, como por exemplo, quando Ághata me informou sobre sua decisão de se candidatar como deputada estadual e me pediu apoio, além de sugestões para o material da campanha.

Como procedimento, é possível citar ainda as minhas participações em eventos, são elas: 1) Casa 1¹⁰ em São Paulo, participando de uma roda de conversa sobre a vivência LGBT, em que pude conhecer um dos organizadores do espaço, Iran Giusti; 2) Centro de Referência e defesa da Diversidade (CRD) em São Paulo, onde fui ouvinte do evento de comemoração de 10 (dez) anos do espaço e 3) Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH) em Florianópolis, a qual visitei junto com Ághata, Ashley e Rihanna. Além disso, participei de eventos, rodas de conversas e debates sobre diversos temas relacionados às vivências Trans em São Paulo. Esses momentos também

¹⁰ Casa de acolhimento de pessoas LGBTs em situação de vulnerabilidade social.

compuseram minhas reflexões para pensar em atividades que, mais tarde, foram incorporadas no projeto Cidadania T e também me afetaram enquanto pesquisadora, pois pude experimentar as diferenças entre as cidades de Florianópolis, São Paulo e Blumenau.

Os caminhos percorridos nesta pesquisa não foram elaborados a priori, mas decorreram das conversas com as pesquisadas e ocorreram conforme planejávamos juntas. As decisões foram definidas coletivamente, adotando as sugestões das participantes durante todo o processo. Ao final de cada atividade, fazíamos uma avaliação e conversávamos sobre a eficácia de cada ação, bem como o que poderia ser alterado.

Vale salientar que a campanha eleitoral de uma das participantes não estava no roteiro dessa pesquisa a priori, mas foi incorporado à mesma assim que ela registrou sua pré-candidatura à deputada estadual. Ao receber o seu convite para auxiliá-la neste processo junto às outras duas participantes em um formato de candidatura coletiva, compreendi que esse momento poderia fortalecer tanto a pesquisa acerca de verificar as forças e tensões durante o período pré e eleitoral, como o coletivo. Assim decidimos que seria necessário acompanhar, apoiar e registrar essa campanha por dois motivos: o primeiro, por ela ser a primeira candidata Trans da região do Vale do Itajaí a concorrer esse pleito e, o segundo, por uma questão metodológica, própria da pesquisa, em registrar o que esse momento provocou de mudanças no próprio coletivo, já que sua candidatura foi significativa para o movimento LGBT e, antes de tudo, para o coletivo Trans.

3. MOVIMENTO TRANS: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O movimento da população Trans tem se tornado visível nos últimos anos por meio do ativismo tanto em manifestações públicas como nas redes sociais. O ativismo desse movimento tem reivindicado principalmente a despatologização das identidades Trans e a adoção do nome social, mas já com repercussão do plano jurídico.

No que tange a adoção do nome social, apesar de seu uso não ser respeitado em muitos ambientes públicos, este tem sido um avanço para romper os preconceitos e a discriminação contra as pessoas Trans e mulheres travestis, sendo uma das dimensões asseguradas em um primeiro momento pelo próprio SUS sob a portaria MS nº 1.820 de treze de agosto de 2009. E, mais tarde, em algumas instâncias do governo federal, o uso do nome social foi deferido em atos normativos e decretos, como no caso da portaria que regula o uso do nome social nos âmbitos a nível nacional na administração pública federal (Portaria nº 233 de 18-05-2010), na saúde (PRT MS/GM 1820/2009, Art. 4º, Parágrafo Único, I) e, mais recentemente, o decreto nº 8.727/2016 que dispõe uso do nome social e da identidade de gênero na administração pública federal, autárquica e fundacional. Isso se estendeu também para a área da educação, com o parecer nacional [CNE/CP nº 14/2017, aprovando em 12 de setembro de 2017](#), o uso do nome social na educação básica e com a resolução [CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018](#), que define o uso do nome social nos registros escolares.

Recentemente, em 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou as regras para a averbação da alteração de nome e gênero nas certidões de casamento e de nascimento de travestis e transexuais por meio do provimento nº 73/2018, o que proporcionou a alteração dos documentos de muitas pessoas transexuais, porém para fazer essa mudança é necessária a apresentação de uma série de documentos que nem sempre todas as pessoas Trans e travestis possuem.

No Brasil, em termos de políticas públicas destaca-se a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, criada em 2011¹¹, a qual buscou promover o acesso à saúde para as pessoas LGBTs, compreendidas como população em condição de vulnerabilidade, com base nas diretrizes constituintes do Sistema Único de Saúde (SUS), em consonância com as diretrizes descritas no Programa Brasil sem

¹¹ Sob a Portaria nº 2.836 em 1º de dezembro de 2011.

Homofobia (2004) – programa criado pelo governo e pela sociedade civil para combater a discriminação e o preconceito – o qual compõe o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3). Apesar da criação dessa política referente à saúde da população LGBT, foi necessária a elaboração da cartilha “Atenção Integral à Saúde da População Trans”¹² para a redução da discriminação e para a ampliação do acesso à informação pelos profissionais da saúde.

Paralelamente a esses decretos, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou a Resolução 01/2018 que trata das normas de atuação dos profissionais da área em relação às pessoas transexuais e travestis, em evento de comemoração ao dia nacional da visibilidade Trans (29/01/2018). De modo geral, a norma estabelece aos profissionais orientações que colaboram para uma prática despatologizante e isenta de estigmas e preconceitos frente a esta população.

No ano de 2018, a Organização Mundial da Saúde deixou de considerar a transexualidade como transtorno mental, porém ainda é mantida como um transtorno de identidade de gênero com classificação específica no compartimento de comportamentos sexuais. Essa medida foi tomada devido à pressão de entidades LGBTs para que as pessoas transexuais pudessem ter auxílio médico caso desejassem, já que em muitos países, as pessoas que passam por alguns procedimentos cirúrgicos, por exemplo, não conseguem receber reembolso, caso o diagnóstico não esteja na lista para a efetivação do tratamento.

Essas demandas têm proporcionado discussões, ainda que restritas, ao meio acadêmico e em páginas da internet sobre as questões relacionadas ao transfeminismo e lutas por direitos que envolvem a própria militância dessas pessoas (JESUS; ALVES, 2012).

Apesar das diferenças, no Brasil, as mulheres trans e travestis, enquanto categoria identitária e movimento social, iniciaram sua jornada na luta por um espaço junto ao movimento de homossexuais, ainda no final da década de 1970, combatendo a violência policial nas ruas e com políticas de enfrentamento à epidemia da AIDS. Dentro do movimento de homossexuais a dicotomia “bicha” e “bofe” aparecia como um complementando o outro, sendo que esses dois termos eram compreendidos conforme uma relação heterossexual, na qual o passivo era identificado com a mulher e o feminino. O uso

¹² A cartilha trata de assuntos como o processo transexualizador e também sobre as distinções entre orientação sexual e identidade de gênero.

da identificação travesti, surgiu pelo fato de que as bichas realizavam concursos e festas nas quais apareciam com roupas femininas ou “em travesti”. Somente após a nova categoria identitária denominada pelos homossexuais de “entendidos” – surge para denominar homens que se relacionavam sexualmente com outros homens – é que a dicotomia “bicha” e “bofe” é eliminada pelo movimento homossexual, no final da década de 1960 (CARVALHO; CARRARA, 2013).

As travestis, enquanto sujeitos políticos, surgem incorporadas pelo movimento homossexual “quando a opção por uma política identitária começa a se consolidar e as categorias abarcadas pelo movimento passam a ser especificadas” (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 324). Ser travesti estava mais associado às transformações corporais sofisticadas, de acordo com o avanço da tecnologia, o que se distanciava de “estar em travesti”, ou seja, apenas utilizar as vestimentas femininas em determinadas ocasiões como em festas e concursos que eram realizados pelas bichas (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Nesse momento, as travestis, apesar de estarem no movimento homossexual, estavam em busca de construir uma militância própria, pois, além de possuírem demandas distintas daquelas de homens gays, mulheres lésbicas e bissexuais, as questões de vulnerabilidade também faziam parte da construção desse movimento (SILVA, 2016).

Em relação a sua organização propriamente dita, Carvalho e Carrara (2013) apontam que há dois modos de concebê-la, o primeiro refere-se a auto-organização das travestis para o enfrentamento da violência policial, em locais de prostituição. E o segundo, está relacionado ou à ONGs ou a projetos de prevenção à AIDS/HIV, juntamente ao movimento de homossexuais. Esse período em que, travestis e transexuais eram visadas enquanto grupo de risco pela epidemia da AIDS e participavam de projetos de prevenção à AIDS/HIV Miskolci & Pelúcio (2009), foi denominado de “SIDAdanização”, com base num discurso que pretendia prevenir tal doença e controlar corpos como os de travestis e de transexuais (SILVA, 2016).

Mas é apenas na década de 1990 que aparecem de fato organizações ativistas, dentre elas podemos citar a Associação das Travestis e Liberados no Rio de Janeiro (ASTRAL), o Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA) no Rio Grande do Sul e, anos mais tarde, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Esses grupos surgiram

principalmente de ações realizadas por ONGs para combater a violência policial e de projetos de prevenção à AIDS.

A organização dos grupos de Travestis deu origem ao Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra a AIDS (ENTLAIDS). Espaço fundamental de discussão sobre suas necessidades, que se diferenciavam dos espaços de discussões sobre gênero, entre gays e lésbicas nos ambientes de militância.

Para fins de localização histórica, importa saber que o ENTLAIDS nasceu em 1993 motivado pela insatisfação das Travestis e Transexuais que não se sentiam contempladas nas discussões de gênero e sentiam necessidade de aperfeiçoar a organização dos grupos que as representavam e como estratégia política de combate a AIDS entre as pessoas 'Trans' promovida pela Coordenação Nacional de Combate à AIDS do Ministério da Saúde a partir de 1993 (SILVA; BARBOZA, 2009, p. 259).

Nos primeiros encontros predominava a incorporação somente de Travestis nesses espaços como representação de um grupo na militância entre os homossexuais e mulheres lésbicas tendo seu início no Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL),

Foi em 1995 que, pela primeira vez, organizações de travestis participaram formalmente de um espaço do movimento, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Em seu âmbito criava-se a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). O termo "travesti" passou então a fazer parte oficialmente da sigla, e também do nome dos encontros nacionais, como o que aconteceu em 1997, chamado de EBGLT (Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis) (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 330).

Apesar da letra T, atualmente, representar tanto as Travestis quanto as Transexuais nas terminologias das entidades representativas destas categorias, há certa divergência quanto à inserção destas últimas nestes espaços. Conforme Carvalho e Carrara (2013) a identidade das transexuais é inserida no contexto da militância, em meio a controvérsias, ora referindo-se àquelas que haviam se adequado ao gênero escolhido, ora como diretriz a ser seguida internacionalmente. Ainda na tentativa de utilizar um termo que abrangesse tanto travestis como transexuais a opção do termo "transgênero" foi sugerida pelos movimentos internacionais, porém foi o termo "identidade de gênero" adotado no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000 que se configurou no ambiente de militância LGBT. A identidade de gênero se distingue de orientação sexual, sendo que o primeiro se refere à identificação da pessoa com o gênero feminino ou masculino, e este último, com qual gênero ela se relaciona afetivo-sexualmente.

Nesse contexto, notam-se dois elementos na proposição do uso do termo “transgênero”: a união política e ideológica entre travestis e transexuais que facilitaria o acesso a recursos e financiamentos, e a pressão por adequar os termos utilizados no Brasil àqueles usados internacionalmente. Porém, as consequências dessa união e da submissão das categorias identitárias brasileiras às categorias internacionais foram consideradas mais negativas que benéficas pelo movimento (CARVALHO; CARRARA, 2013, p.338).

De modo geral, não há um consenso entre as terminologias, mas em muitos estudos tem sido utilizado o termo “Trans” para referir-se às pessoas trans, às mulheres e aos homens trans. É a partir da I Conferência Nacional GLBT de 2008 que é aprovado o uso da sigla LGBT sob a perspectiva política na qual a letra T contempla tanto travestis como transexuais (CARVALHO; CARRARA, 2013).

A partir da organização de pessoas Trans, novas demandas surgem além do enfrentamento a AIDS, como o respeito e a cidadania. Esses dois termos são fundantes das ações por parte desses grupos, principalmente, nos encontros do ENTLAIDS. Conforme Carvalho (2015), o respeito compôs o material de campanha do movimento trans elaborado em parceria com o Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, lançada em 29 de janeiro de 2004: “Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida”, dando origem ao dia da Visibilidade¹³ Trans. A cidadania surge desde as primeiras campanhas, mas sua reivindicação pelo movimento, de fato, ocorre após as iniciativas entre o movimento e o poder público.

Desde então os materiais das campanhas de prevenção à AIDS/HIV e demais Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) tem sido elaborado com o foco voltado não somente para a própria população travesti como também para profissionais da saúde e da educação, de modo a tentar reduzir o preconceito, com destaque para a utilização do nome social e o respeito à identidade de gênero.

O processo do ativismo Trans, assim denominado por Carvalho (2015) – ao se referir ao deslocamento de ações do meio político tradicional, através de ONGs e suas redes, para o ativismo na internet – relata que por meio de páginas e fóruns de discussão, o ativismo na internet proporcionou também um contato com outras pessoas Trans que envolve um diálogo

¹³ Para um saber mais sobre visibilidade ver Carvalho (2015) e sobre o histórico do movimento de travestis e transexuais ver Carvalho (2011) e Carvalho & Carrara (2013).

com a academia, principalmente, nas ciências humanas. O que provocou uma tensão dentro do próprio movimento, dada a importância da internet como forma de atuação política.

Algumas ativistas mais antigas criticam o que consideram uma supervalorização da internet como espaço para o ativismo. Estas argumentam que as coisas e a vida acontecem no “mundo real” e não na internet. Por outro lado, as/os ativistas mais jovens reivindicam a importância deste espaço para interlocuções com outras/os atrizes/atores políticos/as, assim como uma ferramenta potente no diálogo com a sociedade englobante. Tais dicotomias refletem outro conflito geracional mais amplo. Ativistas mais antigas alegam que pouca coisa se conquista de fato pela internet, pensando em termos de legislações específicas ou proposições de políticas públicas; enquanto a nova geração parece se preocupar mais centralmente com a mudança de mentalidades (CARVALHO, 2015, p. 232).

Os diferentes arranjos dos movimentos Trans não se restringem a uma única pauta, por ser um movimento que aglutina em si mesmo a diversidade intergeracional, tem como aspecto diferentes pensamentos e práticas ativistas. O que não quer dizer que se possa hierarquizá-las e classificá-las em melhores ou piores, mas compreender que fazem parte da história do movimento. Apesar disso, a utilização da internet como meio de ativismo não é característica exclusiva do Brasil, visto que essa prática também é realizada em outros países da América Latina (CARVALHO, 2015).

Assim, o movimento de pessoas Trans, apesar de algumas divergências internas, surgiu do movimento homossexual brasileiro, porém com demandas diferentes das dos homens gays e mulheres lésbicas. A marginalização de travestis devido à prostituição e a violência policial que sofrida por essa população, implicou em demandas diferentes daquelas dos outros grupos representados pelas demais siglas do movimento LGBT. Este processo de constituição da identidade do movimento mesmo junto ao movimento LGBT e o trabalho de ONGs com financiamento de projetos para a prevenção de HIV/AIDS proporcionou o avanço em algumas políticas públicas de saúde para a população LGBT, mas ainda assim, o acesso à saúde, educação e emprego se tornaram pautas centrais nas lutas de pessoas trans.

3.1. Transfeminismo e ciberativismo

As raízes do transfeminismo surgem a partir de questionamentos das mulheres Trans ao movimento feminista na década de 1970 nos EUA, somadas às contribuições teóricas e práticas de feministas negras. Tais questionamentos expressavam as opressões sofridas por

elas e as críticas das pessoas Trans aos discursos sobre o corpo do sujeito feminino (JESUS, 2014; 2018).

De um lado, tentavam esclarecer a legitimidade do sujeito feminino, com a discussão que envolvia a representação e a participação nos movimentos feministas e, de outro, a desigualdade social entre as mulheres latinas, negras e brancas era questionada pelo movimento feminista de mulheres negras.

Os estudos surgidos nos EUA, a partir de movimentos sociais de mulheres, possibilitaram as discussões referidas ao sexo oposto. Até o início de 1970 estudava-se a mulher como o objeto central para tentar compreender a sua subordinação e opressão ao patriarcado durante a história. Com as contribuições da Sociologia, da História junto à Antropologia, os estudos passaram a considerar a realidade empírica, ou seja, abordavam histórias e registros das diferentes mulheres ao invés de considerar a mulher como objeto ideal (SARDENBERG, 2004).

De forma semelhante, Butler problematiza a utilização da categoria “mulheres” como representação de todas as mulheres, como sujeitos políticos, sendo que, esta categoria utilizada politicamente para a representação da mulher, pode excluir outros tipos de mulheres. Ao utilizar a categoria mulheres para dar conta de todas elas, como sujeito político e representacional, comete-se um equívoco, pois se pressupõe um determinado tipo de sujeito e, desta forma, exclui outros. Ela propõe que a categoria mulheres, enquanto representação, poderá ser utilizada quando não houver nenhum tipo presumido (BUTLER, 2003).

Os movimentos feministas retratavam suas bandeiras de luta baseadas ou no feminismo da diferença ou no feminismo da igualdade. Em relação a este último, acredita(va)-se que homens e mulheres eram todos iguais, o que havia eram diferenças biológicas e que as diferenças culturais, sendo eliminadas, resultaria no processo de igualdade. Já para as defensoras do pensamento do feminismo da diferença, as diferenças estavam baseadas nos traços difundidos na cultura apoiados no binarismo (homem/pênis, mulher/vagina) de base biológica (JESUS, 2012; 2014).

O conceito de gênero aplicado ao feminismo, possibilitou a desconstrução da crença de que há um modelo universal de mulher ou de homem, localizou-os como construtos históricos e abriu caminhos para a construção da identidade de gênero como conceituações viáveis fora do espectro biologicista (Bento, 2006):

desconstroem-se as oposições binárias (homem x mulher, igualdade x diferença, natureza x cultura) reconhecendo-as como categorias vazias e transbordantes (JESUS, 2014, p. 246).

Coacci (2014) aponta que os primeiros textos mais utilizados na literatura sobre os estudos transgêneros são os de Sandy Stone (1991), Emi Koyama (2003) e Leslie Feinberg (1992). Estes estudos foram alguns dos primeiros a tentar explicar o sujeito do feminismo, pensado diferentemente do que os movimentos feministas consideravam na época. Para essas autoras transgêneras, o sujeito do feminismo não deveria ser considerado somente aquele que possui o órgão genital feminino e que, portanto, falaria de um lugar legítimo.

Sandy Stone (1991) escreveu um manifesto pós-transexual, no qual demonstra por meio de autobiografias e pelo discurso médico e científico, como as pessoas transexuais são afetadas por estes discursos e como é legitimada uma verdadeira história da transexualidade através da qual, o sujeito transexual é diagnosticado e só dessa forma consegue passar pelos tratamentos hormonais e cirurgia. Em sua narrativa busca não ontologizar a sexualidade e a transexualidade, pelo contrário, defende um sujeito polífono e ambíguo, sem obrigá-lo a esquecer de seu passado, o que lhe é exigido para ser diluído na sociedade “normal”.

Leslie Feinberg (1992) publicou um panfleto no qual utiliza o termo transgênero no sentido de um sujeito político, termo abrangente de outros como transexuais, travestis, crossdressers, drag queens, gays, lésbicas e os demais que se sentem contemplados por esse termo. Através deste documento, busca lutar contra a opressão sofrida pelas pessoas transgêneras, tentando tornar essa luta compreensível para todos os trabalhadores. Demonstra que, na história, sempre existiram pessoas transgêneras ao longo das civilizações e que esses corpos aprenderam a passar despercebidos, de várias formas, no desenvolvimento da sociedade, por conta das opressões.

Emi Koyama (2003) escreveu o Manifesto Transfeminista e define que o transfeminismo:

[...] é, primeiramente, um movimento de e para mulheres Trans que veem a sua libertação como intrinsecamente ligada à libertação de todas as mulheres (e além). Está também aberto a queers, pessoas intersexo, homens trans, mulheres não-trans, homens não-trans, e outros/as que se reveem na luta destas mulheres e que consideram uma aliança com estas como essencial para a sua própria libertação. Historicamente, os homens trans têm tido um maior contributo para o feminismo que as mulheres trans. Acreditamos ser imperativo que mais mulheres trans participem no movimento feminista ao lado de outros/as para a nossa libertação (KOYAMA, 2003, p.1).

O documento destaca premissas básicas para pensar o transfeminismo sem aprisionar os sujeitos em uma rigidez de identidade de gênero. Para isso, a autora enfatiza que cada indivíduo tem o direito de adotar a identidade de gênero e de expressá-la como quiser e que cabe à sociedade respeitá-la. Pontua a necessidade de mulheres trans, muitas vezes, “passarem” por mulheres “normais” para a sua segurança, contrapondo os princípios feministas de pensar criticamente o modo heterossexista e patriarcal de ser mulher (KOYAMA, 2003).

Ao tomarmos qualquer decisão relativamente à nossa identidade ou expressão de gênero, não podemos escapar ao facto de que o fazemos no contexto do sistema dual de gênero patriarcal. Particularmente as mulheres trans são incentivadas e, por vezes, obrigadas a adotarem a definição tradicional do ‘ser feminino’ a fim de serem aceites e legitimadas pela comunidade médica, que se auto-nomeou como decisora de quem é genuinamente "mulher" e quem não o é. Assim, as mulheres trans, vêem-se muitas vezes obrigadas a "provar" o seu “ser feminino”, exibindo os estereótipos de gênero a fim de receberem as intervenções hormonais e cirúrgicas e de serem reconhecidas como mulheres. Esta prática é opressiva tanto para as mulheres trans como não-trans, uma vez que nega a singularidade de cada uma. (KOYAMA, 2003, p.2).

Da mesma forma que Koyama aponta para as opressões devido aos modos de serem aceitáveis como “mulheres de verdade”, Vergueiro (2015, p. 158) também enfatiza que muitas mulheres Trans adotam a estratégia de se passarem por mulher cisgênera – ou ter passabilidade cis – “como única ou principal estratégia de resistência a violências cissexistas”. Também aponta para a necessidade de considerar as dimensões raça, classe e gênero de modo a compreender tanto os critérios dos excluídos da passabilidade cisgênera, quanto os critérios que limitam os que são “passáveis”.

É neste sentido que o transfeminismo critica a subordinação de gênero ao sexo, o que tem servido como prática social para justificar as opressões sobre os corpos que não estão na lógica da norma binária. Ainda em construção, esse pensamento surge como uma resposta teórica e política contrapondo o feminismo de base essencialista e geralmente biológica, englobando tanto os saberes acadêmicos como militantes (JESUS, 2014).

Kaas (2015) pontua que o transfeminismo busca romper com a ideia binarista de comportamentos definidos como femininos e masculinos, assim como romper com o

essencialismo biológico do sexo em conformidade com o gênero. Tais premissas criam uma falsa régua social de validação dos corpos verdadeiros de homens e mulheres o que leva a discussão dos saberes médicos para essa validação e em contrapartida a luta pela despatologização das identidades trans. A essa negação da vida da pessoa trans, Kaas identifica como cissexismo, ou seja:

[...] o cissexismo é entendido como uma forma de sexismo que parte de um grupo identitário nomeado como cisgênero. Ou seja, cissexismo será uma forma de opressão que as pessoas cisgêneras exercem sobre as pessoas trans*. Será também uma forma de localizar institucionalmente uma estrutura que visa deixar as pessoas trans* à margem, e que desumaniza e reifica as identidades trans* como menos normais e abjetas em relação a quem não é trans*. Todo processo de deslegitimação de alguma vivência trans* será, então, cissexismo [...] (KAAS, 2015, p. 6).

Outros dois pontos importantes discutidos pelo transfeminismo é o entendimento de que pessoas transexuais, necessariamente, são heterossexuais, ou seja, a identidade de gênero de uma pessoa trans ainda é confundida com a sua orientação sexual, o que no transfeminismo é compreendido como heterossexualidade compulsória. Essa compreensão implica na luta pelo direito reprodutivo de pessoas transexuais, uma das pautas também defendidas por essa corrente. No caso de um homem trans que se relaciona afetivo-sexualmente com um homem cis e que gostaria de engravidar, isso se torna um desafio para as políticas públicas voltadas à saúde de pessoas trans. Portanto, o transfeminismo defende o direito reprodutivo de pessoas trans (KAAS, 2015).

As pautas do transfeminismo tem se difundido no Brasil, por autoras como Jaqueline Gomes de Jesus, Hailey Alves, Viviane V., que tem contribuições acerca dessa teoria não só na academia, como também na internet.

A internet tem sido o campo principal dos debates transfeministas, realizados não apenas em espaços virtuais frequentados por pessoas transgênero e criados para elas (pode-se citar, particularmente no contexto brasileiro, a comunidade Transfeminismo, no Facebook, e o blog Transfeminismo), mas também em outros de maior abrangência populacional que incluíram discussões intensas e consistentes sobre feminismo e transgeneridade, mas também sobre transfeminismo, tais como o blog Blogueiras Feministas e, mais recentemente, o Blogueiras Negras (JESUS, 2014, p. 248).

Desta forma, a internet como ferramenta de comunicação possibilitou a interação entre pessoas Trans sobre suas vivências e também propiciou um espaço de discussão teórica e prática sobre o transfeminismo. O uso de redes sociais como *facebook*, *youtube* e *twitter*

expandiram tanto o ativismo de pessoas trans como também as denúncias de violência e de mortes dessas pessoas.

Ao mesmo tempo em que esses recursos facilitaram a disseminação do ativismo trans e discussões sobre o transfeminismo, provocaram tensionamentos no que tange ao cenário político o que pode implicar tanto em avanços como em retrocessos. A depender da forma como essas ferramentas são utilizadas nos ambientes virtuais, podem tanto mobilizar para ações em outros espaços *off-line* como desmobilizar e esvaziar politicamente esse cenário (SILVA, 2016).

A militância via internet tem sido uma forma de resistência das pessoas trans já que não estão expostas às repressões policiais e violências cotidianas na rua, portanto não são identificadas como possíveis alvos de repressão (BUTLER & ATHANASIOU, 2013). É necessário saber de que forma utilizar essas ferramentas para que a mobilização não se torne um espaço somente de frequentadores *on-line*, individualizante e fragmentadora do movimento, mesmo que esse ambiente ainda seja mais seguro para essa população.

Um dos grandes desafios da teoria e da prática do transfeminismo está em não se limitar aos espaços virtuais ou acadêmicos, pensando em possibilidades de trazer para as discussões em outros espaços a participação de pessoas trans e, principalmente, mulheres travestis, que ainda não acessam esses ambientes, para ajudar a construir práticas que viabilizem a sua inserção nesses espaços. Já que, em grande parte, as mulheres travestis, muitas negras e pobres, não tiveram acesso à educação, os ambientes de militância trans virtual e acadêmico podem se tornar elitizados, desse ponto de vista.

Partilhamos na presente pesquisa da compreensão de Jaqueline Gomes de Jesus (2014), uma das pensadoras do transfeminismo no Brasil, de que o conceito de gênero é mais útil que o de sexo, pois entende que aquele é tanto político como social, reiterando seu caráter interacional das opressões, reconhecendo a história e o movimento de pessoas Trans e dialogando com as contribuições de pessoas que compreendem a sexualidade de forma mais ampla do que o modelo binarista.

4. BLUMENAU: DEBAIXO DA BANDEIRA PRETA, VERMELHA E AMARELA TEM UM ARCO-ÍRIS

Antes de adentrarmos no contexto Blumenauense, considera-se relevante apontar algumas informações acerca do movimento LGBT no estado de Santa Catarina.

Em Florianópolis, a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH) foi fundada em 1993, com ações de saúde relacionadas à HIV/AIDS para a população travesti e transexual em situação de prostituição. Outras ONGs surgiram no estado, conforme identificado por Taques (2007), em seu trabalho sobre a questão do empoderamento no movimento GLBT¹⁴ no estado de Santa Catarina.

Em sua dissertação o autor mapeou ONGs GLBT as quais trabalhavam com o empoderamento dessas pessoas. As ONGs localizadas foram: GATA – Grupo Associação das Transgêneros da Amurel (Tubarão); INSTITUTO ARCO-ÍRIS (Florianópolis); AGADH – Associação Grupo Amigos de Hoje (Florianópolis); AEGLBTS-SC – Associação dos Empreendedores GLBTS de Santa Catarina (Florianópolis); Deusas da Noite (Criciúma); Filhos da Noite (Joinville); ATBC - Associação de Transgêneros de Balneário Camboriú; APROSVI - Associação dos Profissionais do Sexo do Vale do Itajaí (Balneário Camboriú).

Taques (2007) destaca que havia dois grupos ainda em formação quando realizava a pesquisa, sendo eles: TRANSBLU (Blumenau); TRANSOESTE (Xanxerê), porém não há registros se as atividades dos grupos continuaram após a conclusão de sua pesquisa. Vale destacar que a ADEH foi considerada a ONG “madrinha” da maior parte das ONGs que foram criadas, sendo que continua realizando suas atividades atualmente.

Interessante notar no trabalho do autor que, apesar desses grupos e associações se identificarem na luta pelos direitos LGBTs, a maioria dessas ONGs realizaram ações referente às pessoas transgêneras, em geral com mulheres travestis em situação de prostituição no enfrentamento e prevenção à HIV/AIDS. Outro detalhe a ser destacado é a própria formação dos grupos feitos por pessoas trans, visto nos nomes dessas organizações.

No que tange à Blumenau, o grupo informal TRANSBLU, foi constituído por quatro pessoas ligadas à ONG Fazendo a Diferença, também dessa mesma cidade. O trabalho de

¹⁴ Sigla refere-se a Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais, conforme utilizada pelo autor em seu trabalho.

campo desse grupo envolveu a prevenção de doenças, a distribuição de preservativos e encaminhamentos médicos. A ONG Fazendo a Diferença foi responsável por três edições da Parada GLBT, apesar de que depois disso deixou de existir. O grupo mantinha suas atividades com recursos próprios, exceto a passagem de ônibus e os preservativos cedidos pela Prefeitura Municipal de Blumenau (PMB). Ainda em seu trabalho, o autor destaca que, se houvesse a consolidação de fato da TRANSBLU, a ADEH seria a ONG madrinha dessa organização, porém essa informação não pode ser confirmada (TAQUES, 2007).

Em Blumenau, o Coletivo LGBT Liberdade foi criado em 2008, com o nome provisório Grupo de Defesa dos Direitos LGBT em Blumenau e conseguiu, neste mesmo ano, aprovar a Lei municipal nº 7302 que instituiu no calendário do município a Semana de Luta Contra a Homofobia.

Mesmo com essa aprovação, foi somente em 2015, a partir da realização da I Semana de Luta Contra a Homofobia, que teve a participação do Coletivo Liberdade na Semana Acadêmica de Psicologia (SAP) realizada na FURB e por exigir da Prefeitura Municipal a realização da I Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT)¹⁵, que suas ações começaram a ter notoriedade na região.

Na I Semana de Luta Contra a Homofobia, com eventos durante quatro dias, o coletivo realizou um ato público na Praça do Teatro Carlos Gomes. Ainda no mesmo ano, lançaram o projeto fotográfico “Eu te ouvi dizer” realizado pela atriz e fotógrafa Sabrina Martendal, sendo que as imagens ilustravam integrantes do movimento LGBT e simpatizantes segurando cartazes com os discursos homofóbicos que estão acostumados a ouvir, com frases como “Isso é uma doença” e “Vocês são o lixo da sociedade”, entre outras.

Após a I Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, o relatório produzido¹⁶ apontou que havia a necessidade de implementação de políticas públicas já presentes em

¹⁵ Este foi um evento de etapa municipal como exigência da Comissão de Direitos Humanos. E teve como objetivo discutir os temas da saúde, educação e emprego a fim de verificar as demandas e as possibilidades de construção para uma nova política que contemple este público.

¹⁶Disponível em: <http://www.blumenau.sc.gov.br/governo/secretaria-de-desenvolvimento-social/pagina/conferencia-lgbt-semudes/relatorio-final-conferencialgbt&download=d998649a2bb07b0fbbb68062a999b16e>. Acesso em: 15 abril 2017.

alguns locais do país para a população LGBT de Blumenau, conforme as diretrizes da mesma.

Em julho de 2016, o coletivo ocupou o espaço da Câmara dos Vereadores cobrando o encaminhamento das propostas apresentadas na conferência, entre uma delas a implementação da discussão de gênero no Plano Municipal de Educação (PME), vetado em 2015 pela Câmara de Vereadores. Conforme Bolda e Souza (2018) o veto foi articulado em instâncias políticas com influência dos segmentos religiosos conservadores tanto em nível municipal, estadual como em nível nacional. Por conta do veto, o município foi acionado pelo Grupo de Trabalho Direitos Sexuais e Reprodutivos, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, por meio de uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) solicitando a invalidação do 5º parágrafo do artigo 10 da Lei nº 994 que explicita,

§ 5º É vedada a inclusão ou manutenção das expressões ‘identidade de gênero’, ‘ideologia de gênero’ e ‘orientação de gênero’ em qualquer documento complementar ao Plano Municipal de Educação, bem como nas diretrizes curriculares (PME, 2015).

E também de duas das metas do plano estratégico,

4.23 É vedada a manutenção ou a inclusão das expressões ‘ideologia de gênero’ e ‘orientação de gênero’ em quaisquer documentos da educação e, em especial, nas diretrizes curriculares (PME, 2015).

10.15 São vedadas a distribuição e a confecção de material, na rede pública municipal, que tenha como referência a orientação das ‘políticas de gênero, ideologia de gênero, orientação de gênero.’ (PME, 2015)

Como indicado por Peruzzo (2017), em seu trabalho desenvolvido com estudantes do ensino fundamental em uma escola municipal de Blumenau, há certa carência de conhecimento relacionada às questões de gênero e diversidade na escola, tanto por parte dos alunos como por parte dos professores. Essa característica não é única deste município, porém nota-se que a presença do conservadorismo nessa região não é algo recente.

O conservadorismo é característica presente na cidade desde o período do integralismo no Brasil (DOMINGUES, 2018). Na fundação dessa colônia alemã particular, os imigrantes trouxeram consigo práticas sociais, costumes, um modelo de família embuído por características religiosas, tanto católica como evangélica (RAMOS, 2011). Com a organização da sociedade bem fechada, o modelo patriarcal regeu a reprodução de costumes,

formas sociais e econômicas de organização dessas colônias que perduram até nos dias atuais (WILLEMS, 1980).

A vida privada das pessoas da elite e da classe média era observada por todos na região do Vale do Itajaí no período dos anos 1920-1960, o que implicava em uma cobrança de si mesmo para estar em conformidade com a religião e o modelo de família baseados nos ideais da antiga Alemanha do século XIX. Assuntos relacionados à sexualidade eram totalmente velados no interior familiar, principalmente com as filhas mulheres, considerando que as regras impostas por aquela sociedade eram bastantes conservadoras e permeadas por valores morais e religiosos muito rígidos (FELLER, 2002).

Os laços de germanidade não se perderam nas novas terras que os imigrantes habitavam. Eles mantinham-se através de cartas para os familiares que continuavam na Alemanha ou de visitas para compras de equipamentos para as fábricas têxteis implantadas no Vale do Itajaí. Esse contato permanente com a Alemanha ocasionou a importação dos padrões advindos da classe dominante da época, a burguesia. Tal se constata igualmente na fundação de dois jornais de Blumenau, o *Blumenauer Zeitung* e o *Der Urwaldsbote* (O Mensageiro das Selvas). (FELLER, 2002, p. 50).

Os elementos do conservadorismo em Blumenau também apareceram na pesquisa de Mueller e Probst (2017) que apontou para uma completa negação da presença de escravos, desde a época do processo de desenvolvimento dessa região. A negação da população negra presente no Vale do Itajaí é evidenciada pelos autores na contramão de privilegiar um discurso branco de colonização, algo que existe ainda hoje.

Diante disso, as lutas do coletivo LGBT Liberdade se tornaram centrais para o movimento de pessoas LGBTs, no Vale do Itajaí. Considerando que este coletivo já realizou atos contra a homofobia, paradas LGBTs, Saraus LGBTs e também o piquinique LGBT, ele estabeleceu uma relação de parceria com outros dois coletivos da cidade: o Coletivo Feminista Casa da Mãe Joana e o Coletivo Cisne Negro (Coletivo de representação da população negra da cidade).

Assim como apontado por Domingues (2018) a presença do ex-deputado federal Jair Bolsonaro no desfile da Oktoberfest em 2015, demonstrou a forte adesão da população ao conservadorismo. Ovacionado pelo povo, o ex-deputado participou do principal desfile da festa, no centro da cidade e foi amplamente solicitado para tirar fotos com seus eleitores, sendo esta a sua segunda visita ao município em menos de um ano.

Em momentos como esse, o coletivo Liberdade proporcionou encontros para unir as pessoas LGBTs da cidade de Blumenau e região para um diálogo aberto, foi então que realizou o piquenique LGBT realizado na Prainha¹⁷ – uma área aberta localizada na beira do rio Itajaí-Açú no centro da cidade – o evento ocorreu para fortalecer o grupo com rodas de conversas e oficinas. O local foi afetado pelas enchentes de 2008, a prefeitura interditou o espaço e impediu as pessoas de terem o acesso, para fazer reformas¹⁸.

Outro espaço de atração turística na cidade também foi fechado por ordem judicial, o Frohsinn, um dos restaurantes de atração turística de domínio do poder municipal localizado no Morro do Aipim. A estrutura abandonada começou a ser ocupada em meados de 2014 por alguns coletivos da cidade – incluindo algumas pessoas LGBTs, pois o coletivo Liberdade estava em formação nessa época – onde os mesmos iniciaram uma articulação de atividades, como por exemplo, limpeza do local e ocupação para eventos culturais. Porém, em uma noite de agosto desse mesmo ano ocorreu um incêndio criminoso¹⁹ e o local foi interditado pela prefeitura. Sendo proibida a circulação de pessoas, com o auxílio de vigilância privada fazendo a monitoração do espaço. No ano seguinte, a prefeitura lançou o edital de abertura para a reforma do prédio e desde 2016 foi colocado à venda, com a obra quase concluída.

Frente aos obstáculos do poder público, o coletivo Liberdade formou parceria com um espaço privado (*Greenplace* – fábrica abandonada) com o intuito de continuar suas ações – nesse local são promovidos eventos de cultura popular que contrastam com a cultura hegemônica (germânica) – e também com um albergue (Brazuka's Hostel Bar) que se tornou o espaço apropriado para realizar eventos (divulgados em sua página no *facebook*) sobre a temática do movimento LGBT.

Esse coletivo também criou o seu bloco de carnaval de rua em 2016, o Bloco Corpo Livre, que desfilou pela mesma rua em que ocorre o tradicional desfile da Oktoberfest. Ainda

¹⁷ Na década de 1980, a população ocupava o local por conta da faixa de areia ali existente e se banhavam nas águas do rio.

¹⁸ Em 2016, o espaço foi reaberto, mas a prefeitura estava cogitando a possibilidade de monitorar dias e horários para a circulação de pessoas no local, demonstrando formas sutis de impedimento das ações públicas dos movimentos e de ocupação da cidade.

¹⁹Matéria disponível em: <http://www.jornaldeblumenau.com.br/index.php?modulo=noticias&caderno=cidade¬icia=06537-incendio-atinge-antiga-sede-do-restaurante-frohsinn>. Acesso em: 15 abril 2017.

neste mesmo ano, organizou a 5ª Parada do Orgulho Gay e o 5º Sarau LGBT²⁰ que ocorreram no mesmo espaço da cidade, sendo que o primeiro reuniu cerca de 500 pessoas. Esses eventos públicos quebram a rotina do contexto da cidade, no caso, o desfile do Bloco Corpo Livre e a Parada do Orgulho Gay rompem com os papéis de gênero hegemônicos esperados pela sociedade de tradição germânica (JESUS, 2010). Essas atividades funcionam como formas de pressionar o Estado a discutir a implementação de políticas públicas referentes a esses grupos (SILVA, 2012).

Apesar de o coletivo ter realizado tais atividades na cidade, a censura sobre as manifestações de gênero ocorre de forma velada. Mesmo sendo exaltada a característica de povo acolhedor, a cidade loira (BUSARELLO, 2017) reforça os modos de ser e de se comportar ainda presentes nos valores conservadores. Desse modo, trabalhar a questão de corpo e sexualidade de forma pública não é algo possível “sem causar olhares e comentários preconceituosos” (KRAEMER; SILVA; LOPES, 2016, p.84).

Recentemente, em 2017, uma escola municipal foi vetada pela Câmara de Vereadores por tentar realizar um Festival de Cinema como parte de um projeto pedagógico que visava debater questões relacionadas à diversidade de gênero e étnica, além de outros temas por meio de filmes e vídeos. Mesmo com várias manifestações repudiando o festival, vindas em grande parte de setores religiosos conservadores da cidade, o mesmo ocorreu com a proteção da Guarda Militar, como forma de precaução (DOMINGUES, 2018).

Em seu trabalho sobre os territórios de lazer para a população LGBT de Blumenau, Domingues (2018) relata a importância das atividades realizadas pelo Coletivo Liberdade, dada a falta de espaços públicos e privados que proporcionem lazer para esse público.

Tal iniciativa do Coletivo deixa evidente que essa parte da população blumenauense – e de cidades pequenas próximas – está criando formas de vivenciar o lazer por conta da ausência de opções oferecidas, tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada (DOMINGUES, 2018, p. 88).

Em sua pesquisa, Domingues (2018) entrevistou pessoas que se identificavam com

²⁰ Evento realizado em conjunto com o Coletivo Laboral Multicultural de Experimentações e Intervenções Artísticas (COLMEIA) que surge em 2012 para promover dois dias de intervenções e experimentações artísticas e busca valorizar a produção de arte periférica, diferente da germânica, é totalmente gratuito, organizado por artistas voluntários de Blumenau e região.

uma das siglas do movimento e constatou que os mesmos relataram que a cidade não possui muitos espaços de lazer para essa população. Tanto que só há uma boate na cidade que se diz LGBT, os demais espaços, apesar de serem frequentados por essas pessoas, não são voltados para esse público exclusivamente. E, desse modo, os encontros promovidos pelo Liberdade são encontros de militância, mas também de lazer para essas pessoas tendo em vista que há poucos espaços privados para este público e, também, pelo coletivo ocupar espaços públicos para realizar seus eventos.

Em suma, dentro das condições que foram possíveis, o coletivo LGBT Liberdade criou formas de resistência e de enfrentamento às adversidades do poder público, como as manifestações públicas, reivindicações na Câmara Municipal de Vereadores e ações contra o preconceito da sociedade blumenauense. Além disso, o coletivo proporciona um espaço de acolhimento dessa população, mostrando por meio dos saraus, paradas e piqueniques outras possibilidades de existirem apesar dos costumes baseados em fortes valores morais e cristãos ainda presentes.

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1. As integrantes da pesquisa

Ághata: cirurgiã das palavras!

Meu nome é Ághata sou ativista LGBT trans e vivo como travesti há quase 11 anos. Eu sou uma conhecedora empírica e autodidata no assunto transgeneridade porque eu vivencio e provo todos os dias o que é ser uma pessoa transgênera na sociedade brasileira e eu tenho uma vertente ideológica bastante particular e até mesmo controversa em análise de pessoas que estudam o caso ao olhar acadêmico porque eu não vivo apenas experiências, e não analiso e não estudo apenas experiências acadêmicas, eu vivo num corpo de uma travesti. Então muitas colocações de transgeneridade, muitas colocações acadêmicas, pra mim são inválidas e muitas são válidas, mas geralmente geram desconforto quando eu coloco algumas verdades de um meio de uma pessoa trans e algumas pessoas do meio acadêmico deslegitimam ou até mesmo desconhecem essa questão por não constar em livros enfim e tal. E muitas vezes a vida de uma travesti é subjugada e analisada apenas por um livro e vai muito mais do que isso, então geralmente eu arrumo polêmicas com isso né, e no mais eu sou feminista, sou trans feminista né, não feminista, transfeminista. Basicamente é isso, sou suplente à deputada estadual em Santa Catarina, no momento eu estou trabalhando para ingressar no curso de Pedagogia, que vai ser babado também. (janeiro, 2019)

Ághata pode ser descrita como essa mulher cirúrgica nas palavras, em sua fala as palavras que ressoavam eram precisas, concisas, incisivas e, de certo modo, “cirúrgicas”, como ela mesma afirma. Ághata tem 31 anos e há 15 está na militância LGBT, sendo que há 10, se assumiu mulher Trans/travesti sapatão. Conforme relata, sua militância iniciou em sua cidade natal, Joaçaba, interior de Santa Catarina, quando conheceu algumas “beeshas” no “rolê” da noite, principalmente em uma boate onde trabalhavam algumas travestis. Teve alguns relacionamentos amorosos, mas atualmente está solteira. Já viajou para a Itália, ainda quando fazia o curso de turismo.

Filha única de pai militar (com o qual não mantém contato) mora em uma casa alugada num bairro periférico de Blumenau com a mãe e mais suas duas filhas felinas, há cerca de 10 anos. O bairro é conhecido pelo tráfico de drogas e também por estar localizado em um dos morros que, quando chove, ocorre deslizamentos de terra. A casa de Ághata é uma das últimas da rua, no topo do morro de estrada de chão batido. Não há acesso de transporte coletivo na sua rua e o ponto de ônibus mais próximo fica na parte plana, no início do morro.

Alta, de cabelos curtos tintos de loiro, pele branca e olhos castanhos, Ághata não realizou nenhum tipo de intervenção cirúrgica durante sua transição, apenas tratamento hormonal. Mulher forte, implica-se profundamente em tudo o que escolhe fazer. No momento em que toma uma decisão, não desiste e vai até o final de sua escolha. Durante a pesquisa estava sempre pronta para enfrentar qualquer pessoa, com todas as respostas na ponta da língua. Não tinha medo e nem vergonha de dizer o que pensava e ao mesmo tempo se preocupava com Rihanna e Ashley como se elas fossem suas irmãs. Esse carinho também ressoou em nossa amizade, nos momentos em que precisava pensar em seu discurso para um debate ou nas estratégias de campanha, algumas noites foram de longas conversas pelo *whatsapp* ou por ligações via *skype*.

Formada no curso de tecnólogo em turismo, Ághata não chegou a trabalhar na área. Em Blumenau, trabalhou como telefonista em uma pizzaria. Durante um ano trabalhou em seu empreendimento, o T-lanches, nas noites de sextas e sábados, junto à sua mãe, comercializando lanches em um *food truck* em uma boate, a única boate voltada para o público LGBT em Blumenau. Ela foi a primeira mulher Trans da região do Vale do Itajaí a concorrer às eleições de 2018, como deputada estadual, sendo que para ela lugar de travesti também pode ser na política.

Desde o início dessa pesquisa até meados de 2019 a vida de Ághata mudou em vários aspectos, mas principalmente no que se refere à renda familiar. Durante a pré-campanha eleitoral, a mãe de Ághata estava trabalhando no T-lanches e em um determinado momento a boate foi interditada e o empreendimento teve que ser fechado. O que atingiu diretamente em sua renda familiar, pois a mãe de Ághata, apesar de estar afastada de seu trabalho formal por conta de lesões nos braços, a ajudava no empreendimento para complementar a renda familiar, já que só o auxílio de afastamento por doença não era o suficiente para manter as despesas. Com as mudanças de governo e também na previdência social, teve que retornar ao seu posto de trabalho na pizzaria.

Seu objetivo transparece em todas suas ações: a luta pela inclusão das pessoas Trans na cidade de Blumenau e na região do Vale do Itajaí. Sua determinação e força não a desloca de seu foco, e se intensificam ao lado de Rihanna.

Rihanna: a artista!

Meu nome é Rihanna me considero mulher travesti já há 15 anos, eu tenho 27 anos, faço parte de muitos coletivos, quase todos com enfoque em Direitos Humanos e sustentabilidade. Faço parte de um coletivo - Cidadania T - que busca dar visibilidade e fomentar ações na educação, saúde, empregabilidade para as pessoas transgêneras e LGBTs. Atualmente ainda estou a primeira conselheira ainda a assumir uma cadeira no Conselho Municipal de Juventude de Blumenau. Faço parte de mais outros dois projetos como se fossem incubadoras para pessoas desfavorecidas socialmente né, mas têm mais pessoas LGBTs, isso demonstra o porquê da nossa sociedade. No meu dia-a-dia eu costumo sempre estar envolvida com praticamente a militância e o ativismo, gosto muito de moda, tenho uma relação bem forte com a moda, e sempre costumo estar sempre estudando e me informando sobre as ações e direitos das pessoas LGBTs. Eu moro com a minha mãe atualmente, não tenho emprego, e o que eu vislumbro para o futuro é uma sociedade que seja realmente igualitária para todos né, que sejamos diferentes apenas nas nossas personalidades, nas nossas expressões, mas que sejamos iguais em direitos, é isso que tá faltando. Vislumbro uma sociedade onde uma pessoa trans vá procurar emprego e realmente não seja rechaçada né, e dentro disso tudo ainda tem o preconceito de classe, cor e raça né, que se uma pessoa trans tem mais de um preconceito ela acaba somando o que dificulta mais ela entrar no mercado de trabalho ou permanecer na escola ou até mesmo fazer um curso profissionalizante. (janeiro, 2019)

Rihanna se identificou com o universo do feminino desde que “se entende por gente” como ela mesma diz. Vive com sua mãe a qual sempre lutou pelo respeito dos outros para com sua filha, desde quando Rihanna era criança. É artista, tem bolsa em um curso de teatro e por onde passa brilha com seu glamour. De cabelos longos e encaracolados, loiros claros e olhos castanhos, Rihanna tem um jeito peculiar, sempre muito bem produzida em seu visual, não abre mão de combinar vários tipos de saia em seus *looks*, pois diz se sentir mais confortável. Rihanna não chegou a fazer nenhum tipo de intervenção cirúrgica para transicionar e aguarda o resultado do exame de cariótipo, pois já possuía algumas características físicas femininas, desde a adolescência, entretanto utiliza hormônios femininos.

Rihanna é forte e intensa nas palavras, quando necessário, mas com ela surgem piadas e brincadeiras em qualquer tipo de situação. Ao lado de Ághata, se tornam imbatíveis com uma espécie de humor ácido que fazem uma com a outra e também com quem às vezes mal conhecem. Em vários momentos, me escolheram como protagonista das piadas, principalmente quando o assunto era sobre “amapô”, que na linguagem pajubá, significa mulher cis branca. As risadas de Rihanna sempre contagiavam os momentos mais inusitados, ainda mais quando acompanhadas de suas performances atuadas com tanto vigor, de fato uma artista.

Rihanna é filha caçula de sete filhos. Nascida em Corrêa Pinto, interior de Santa Catarina, vive em Blumenau desde pequena, quando sua mãe se mudou para esta cidade em busca de mudar de vida. Ao ser solicitada por uma de suas irmãs, Rihanna sempre auxilia no cuidado de seus sobrinhos. Desde muito nova já cuidava de filhos de vizinhas e também dos filhos de sua irmã. Relata que não mantém contato com seu pai até hoje.

No início do ano de 2019, Rihanna e sua mãe precisaram mudar de casa e foram morar com sua irmã e sobrinhos, pois sua mãe ficou desempregada, o que prejudicou a renda familiar, visto que Rihanna nunca conseguiu emprego formal. Antes de mudarem, as duas moravam em uma casa de madeira, alugada, nas proximidades do mesmo bairro no qual Ághata vive.

Tornou-se militante do movimento LGBT ao lado de Ághata há 5 anos, quando se conheceram, antes mesmo de formar o coletivo Damas D’Paus. Além de defender os direitos das pessoas LGBTs, Rihanna também luta contra a gordofobia²¹ – aversão a pessoas gordas, ou acima do peso – que sofreu desde muito jovem.

Em um dos momentos que estivemos juntas no Festival Internacional de Teatro Universitário (FITUB) que ocorreu no teatro localizado no centro da cidade, Rihanna me acompanhou até o banheiro e me contou que um de seus sonhos seria escrever uma autobiografia de sua vida. Ela disse que tem muitas histórias para contar e que registrá-las no papel seria deixar a sua marca no mundo. Rihanna é autora de uma poesia que está no decorrer desta dissertação.

É a primeira mulher travesti a conquistar um espaço no Conselho Municipal da Juventude (CMJ). Participou do Transcendental, marca de roupas e nome do coletivo de pessoas LGBTs que customizam roupas usadas para serem reutilizadas. Já realizou curso técnico em moda, porém abandonou-o por ter sofrido transfobia. No ano de 2018, Rihanna passou em um processo seletivo para fazer um curso técnico de modelagem no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), o qual concluiu em novembro do mesmo ano. Tem planos de trabalhar na área de moda e também em ser atriz. É maquiadora profissional e relatou que

²¹ “[...] a Gordofobia é muito mais do que isso. Ser gordofóbico é ter repulsa, inferiorizar e menosprezar a pessoa gorda. A gordofobia é quando julga-se a saúde do indivíduo pela circunferência da sua cintura ou quando há a imposição de corpos magros e sem celulites ou estrias como padrões de beleza a serem seguidos.” (CARDOSO; COUTO, 2017).

tentou pleitear uma vaga de emprego como maquiadora em um dos estabelecimentos da cidade, porém a vaga lhe foi negada ao verificarem que seu nome de registro divergia do nome como se apresentava. Rihanna voltou a estudar em 2019 para adquirir seu diploma de ensino médio e está em busca de um curso superior.

Nos conhecemos em 2015, mas a partir desta pesquisa, os laços de amizade e de confiança se ampliaram. A força vibra em seu tom de voz no que tange por lutar pelos seus direitos e não desistir de seus sonhos.

Ashley: gótica suave!

Meu nome é Ashley tenho 23 anos, sou uma mulher travesti, nasci no Rio Grande do Sul, mas há 10 anos moro em Blumenau, teve dois anos que eu saí de Blumenau para outras cidades. Atualmente, eu estudo modelagem de vestuário no Instituto Federal de Santa Catarina, estou desempregada, não por coincidência, desde que eu iniciei minha transição há cerca de 4, 3 anos, 4 ou 3 anos. E é bem complicado viver nessa cidade né!? Uma cidade bem conservadora, mas a gente tá aí resistindo. E enfim, trabalho com arte hoje em dia, com moda, fazendo projetos e produções. Participo de um coletivo aqui da cidade chamado Cidadania T, um coletivo voltado para ações para pessoas transgêneras, é onde eu posso ter a oportunidade de mostrar o meu trabalho. Atualmente é isso que eu tenho feito, moro com a minha mãe, dependo totalmente dela, pois (reformulou a frase), porque né! sou privilegiada, você sabe que a maioria das mulheres trans não vivem essa realidade né!? Elas são muitas vezes expulsas pela família, mas eu tenho esse privilégio e a graças a isso que eu tenho um lugar para morar e não precisei recorrer a prostituição, é muito triste, eu queria muito ver essa realidade mudar um dia né!? E eu acho que grande parte disso parte da gente em tentar fazer uma coisa ir lá e conscientizar as pessoas e, eu acho incrível trabalhos que tentam trazer esse tipo de visibilidade. Bom, é isso um pouco da minha história acho que não vou me alongar muito (risos) e bom que (reformulou a frase), fico muito feliz de estar participando desse projeto também. (janeiro, 2019)

Ashley encanta a todos com seu jeito suave de ser. Extremamente elegante, é muito cuidadosa com sua vestimenta, tem um olhar clínico para o visual, moda e arte. Criativa, com olhar penetrante e encantador, Ashley compõe seu visual com grande parte das peças feitas por ela mesma. Fez parte do coletivo Transcendental e junto com Rihanna participou do processo seletivo e conquistou uma vaga no curso de modelagem no IFSC e sonha em trabalhar com moda. Já conhecia Ághata e Rihanna e passou por um momento complicado de sua vida. Ashley não chegou a fazer parte do Damas D'Paus no início, mas com o desenvolvimento da pesquisa ela entrou para o coletivo no momento em que suas ações estavam sendo realizadas como projeto Cidadania T.

Natural de Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, Ashley tem um irmão mais velho, mas ele não mora junto com ela e sua mãe. A casa alugada em que morou em grande parte da pesquisa estava localizada em um distrito na periferia de Blumenau, à beira de uma rodovia. Viveu com sua mãe e sua gata, durante alguns anos por lá, e tinha dificuldades em permanecer nos eventos ou reuniões por não ter como voltar para casa, já que havia poucos horários de transporte coletivo para aquela região. Em muitos momentos de nossos encontros, Ashley dormia na casa de Rihanna e, quando era possível, eu a deixava no terminal de ônibus próximo em direção à sua casa. No ano de 2019, mudou-se com sua mãe e sua gata para uma casa alugada no centro de Blumenau, porém em um dos morros onde o acesso é mais difícil.

Com os cabelos tintos de loiro e olhos de cor castanho escuro, sempre marcados pelo delineado preto, Ashley tem várias tatuagens pelo corpo e geralmente usa salto alto para complementar seu visual em tons de preto. Tem desejo em realizar a cirurgia de transgenitalização, mas por enquanto, apenas utiliza hormônios.

Ashley relatou que desde que iniciou a transição, não conseguiu mais encontrar emprego e sua mãe ajuda a manter a renda familiar. Já trabalhou antes de transicionar, mas relata que gostaria de ajudar sua mãe nas contas de casa. Em 2019, ela iniciou seus estudos no curso de Tecnólogo em Design de Moda no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e está em busca de um emprego nessa área.

A pesquisa nos apresentou uma à outra e desde então, nos encontramos com frequência, física ou virtualmente. Ashley tem força para viver, sempre está fazendo seus “corres” (gíria para se referir à tarefa e ou trabalho a ser realizado no dia) da vida. Envolvida em vários projetos de arte, seu foco é determinado e para desistir de algo, é difícil. Logo quando nos conhecemos, comemoramos seu aniversário juntas e esperamos comemorar outros tantos.

6. ITINERÁRIOS DO COLETIVO TRANSFEMINISTA DAMAS D' PAUS

Inspirada pelo texto da ativista Lohana Berkins, “Un itinerário político del travestismo” no qual a autora descreve o momento histórico de participação social de travestis no movimento de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais – GLTTB²² na Argentina, o título deste capítulo remete ao movimento de luta pela vida das travestis do Coletivo Damas D’Paus na cidade de Blumenau. Trata-se do encontro com Ághata, Rihanna e Ashley e do movimento do grupo pela cidade.

Nos conhecemos em 2015, no evento da semana acadêmica do curso de psicologia no qual eu participava como secretária de organização do Centro Acadêmico de Psicologia Silvia Lane (CAPSI Silvia Lane) da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Tivemos um breve encontro nesse instante, momento este em que Ághata e Rihanna participavam do coletivo LGBT Liberdade. E no ano seguinte nos reencontramos em uma reunião entre o coletivo LGBT e o curso de psicologia da FURB, com o objetivo de firmar um acordo para a realização de atendimentos psicológicos na policlínica da universidade.

Naquele momento, estava Ágatha representando o coletivo, em busca por um atendimento psicológico direcionado para a população LGBT e, principalmente, para pessoas Trans, na cidade de Blumenau. Ela argumentou que as pessoas LGBTs, precisavam de um suporte psicológico considerando que algumas recentemente descobriram sua condição de soropositividade e outros foram expulsos de casa por revelarem para sua família seu desejo afetivo-sexual. Depois desse encontro inicial, passaram-se alguns anos até o reencontro na pesquisa, que ocorreu a meu convite, ao final de 2017, na cantina da FURB, junto com Rihanna, para conversarmos sobre a pesquisa.

Após uma longa conversa, nas quais Ághata e Rihanna relataram dificuldades e angústias em tornar concretas as demandas relacionadas à saúde das pessoas Trans da região de Blumenau, ambas demonstraram interesse em nos unirmos para pensarmos juntas estratégias e viabilidades de ação não somente no âmbito da saúde²³.

²² Sigla utilizada no original da autora.

²³ Em Blumenau, em termos de saúde, não há serviços de atendimento especializados para a população Trans, já os atendimentos para pessoas com infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) são feitos pelo Centro Especializado em Diagnóstico e Prevenção - CEDAP. O estado de Santa Catarina não realiza a cirurgia de redesignação sexual pelo SUS e a hormonoterapia só é feita pelo Ambulatório Trans, localizado na capital. As

Ironicamente, a cidade dispõe de uma clínica particular que segundo os sócios, pretende tornar a cidade na capital da mudança de sexo no Brasil. Os sócios são dois médicos especializados em cirurgia de transgenitalização nos Estados Unidos. A clínica oferece serviços de transgenitalização e demais cirurgias estéticas para pessoas Trans, as cirurgias são realizadas nos hospitais, da rede pública ou privada da cidade, a depender da complexidade dos procedimentos. Os pacientes recebem todo o suporte desde a chegada ao aeroporto em Navegantes até a hospedagem em uma casa, onde são acomodados e acompanhados no período pré-operatório e na recuperação. Além disso, a clínica tem dois escritórios, sendo um na Itália e outro em São Paulo.

Apesar das integrantes da pesquisa não terem feito nenhum tipo de intervenção cirúrgica no que se refere às mudanças corporais de acordo com o gênero que se identificam, a utilização de hormônios por conta própria provocou efeitos colaterais. Ághata relatou ter problema em absorver o estrógeno, o que por sua vez provocou um aumento de peso e acúmulo de gordura abdominal (no fígado e vesícula), em 2019 precisou fazer uma cirurgia de emergência para a retirada de pedras na vesícula. Ashley relatou durante a pesquisa que devido aos hormônios sentia picos alternados de humor, entre tristeza e raiva e um pouco de náuseas.

Conforme visto anteriormente, a demanda pela saúde é uma das primeiras a surgirem quando se trata de iniciar a transição ou no que se refere às ações da militância Trans. Ághata e Rihanna tiveram a iniciativa de apoiar outras mulheres Travestis na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), apesar de que a saúde de pessoas Trans não se restringe somente a isso. A partir do primeiro encontro com Ághata e Rihanna, novas demandas, como por exemplo, o uso do nome social pelos equipamentos públicos e inserção no mercado de trabalho, foram surgindo e no decorrer dos encontros, alguns impasses e avanços foram acontecendo.

Ainda no ano de 2017, fui ao evento de lançamento do grupo com a marca de roupas customizadas, Transcendental, do qual Rihanna e Ashley fazem parte. Rihanna me apresentou o espaço onde o coletivo trabalhava, na *Greenplace* e também contou sobre o trabalho. O local é próximo à casa de Rihanna e Ághata, e fica em uma rua sem saída no

participantes da pesquisa fazem o uso de hormônios por conta própria, e tem o acompanhamento médico básico realizado nas unidades básicas de saúde do município.

mesmo bairro. A iniciativa do local é mostrar outras manifestações culturais e de esportes, além da cultura germânica, tradicionalmente conhecida pelos blumenauenses.

Com o apoio de uma das integrantes do *Greenplace*, o Transcendental se tornou um meio de dar visibilidade às pessoas LGBTs e, principalmente às pessoas transgêneras, a buscarem pelo trabalho com a moda, um recurso financeiro e possibilidades de trabalho fora do trabalho sexual, além de enfrentar os estigmas e preconceitos relacionados a elas. O grupo é composto por cerca de seis participantes, dentre eles pessoas trans e pessoas cis LGBs envolvidas com arte e moda. No decorrer da pesquisa, participei de outros eventos e conheci os outros integrantes do coletivo, conforme será detalhado mais adiante.

Ainda nos primeiros encontros, no começo do ano, combinei com Ághata em ir à boate, onde trabalhava com sua mãe no T-lanches – única boate da cidade que é dirigida ao público LGBT – para ver como era seu trabalho por lá e também para conversarmos. Em um dos momentos ocorreu uma chuva muito forte em Blumenau onde acabou alagando toda a boate, impedindo Ághata e sua mãe de fazerem suas vendas, o que acabou prejudicando nas contas da casa. A boate é localizada no centro da cidade, ao lado de um hotel tradicional e fica no subsolo de um prédio de dois andares, sem qualquer tipo de identificação do local para quem passa na rua. É um espaço praticamente escondido e, só sabe da existência, o público LGBT quem já frequentou o lugar.

Ao chegar ao local, fui em direção à parte externa, no pátio onde fica o T-lanches. Encontrei Ághata e sua mãe conversando com um rapaz, um conhecido de Ághata que frequentava toda a semana a boate. O rapaz estava falando sobre esse mundo que ele não conhecia – referindo-se ao mundo das pessoas Trans e Travestis – e o quanto essas pessoas são diferentes. Ághata contou que ele, o rapaz, já deu muito “close errado” (atitudes ruins/erradas em pajubá) ao se referir a tentativa dele em pegar no peito de uma travesti. Segundo Ághata, o ocorrido foi com uma amiga dela que ficou muito constrangida. Ághata explicou que já havia acontecido um “perimbolo” (confusão) com esse rapaz outras vezes, mas nesse dia ela lhe disse que não se deve fazer isso com nenhuma pessoa independente de ser cisgênera ou transgênera.

A cada pessoa que apareceu no T-lanches naquela noite, Ághata conversava sobre a possibilidade de sua candidatura e como seria importante ter o apoio das pessoas LGBTs.

Em um determinado momento, duas mulheres Trans apareceram e Ághata conversou com elas também, ofereceu auxílio para que pudessem fazer o título de eleitoral.

Em janeiro de 2018, voltei para Blumenau para continuarmos a conversa e perguntar se elas poderiam me conceder entrevistas. Ághata sugeriu que nos encontrássemos em sua casa, então combinamos um horário e nos encontramos por lá. A casa de Ághata se tornou o nosso ponto oficial de todos os encontros que se seguiram. Cada vez que combinávamos de nos encontrar, eu saía de casa, passava no mercado para comprar o lanche da tarde, em seguida, dirigia-me à casa de Rihanna para busca-la junto com Ashley e, por último, o ponto final, a casa de Ághata.

Nesse dia, havia combinado somente com Rihanna e Ághata. Ao chegar por lá, a mãe de Ághata nos recepcionou com um saboroso café da tarde e, como de costume, havia levado uma cuca e um pão fatiado. Enquanto Rihanna e eu nos acomodávamos nas cadeiras, Ághata sugeriu iniciar a entrevista com Rihanna e depois com ela. Rihanna me perguntou o que ela teria que falar e expliquei a ela para que me contasse sobre sua trajetória de vida e sua entrada no movimento LGBT local. Em seguida, Ághata e Rihanna começaram a gargalhar e Ághata disse que a entrevista iria durar a noite toda até Rihanna contar tudo. Respondi a ela que não teria problema, caso Ághata nos permitisse ficar ali. As risadas e as brincadeiras foram marcas de nossos encontros. Ao encontra-las, eu esperava alguma piada acontecer, qualquer situação era motivo para algo, como por exemplo, quando alguma de nós iniciava uma conversa e gaguejava ou se atropelava nas palavras, outra já soltava “*Aloka! A senhora perdeu a chapa*” ou “*caiu a chapa da senhora*”. A chapa a qual se referiam era a dentadura, apesar de que nenhuma delas possuía alguma.

Ághata parecia querer que o tempo passasse rápido, então me pediu para entrevistá-la primeiro. De seu modo “cirúrgico” nas palavras, a entrevista durou em torno de 10 minutos. Senti que Ághata parecia não estar muito confortável com relação ao modelo de entrevista com o apoio do gravador. Assim, percebi que seria melhor encerrarmos naquele instante, caso fosse necessário, continuaríamos em outro momento.

Em seguida, direcionei minha posição de frente para Rihanna que estava com a fala na ponta da língua ou empolgada com o momento, tanto quanto eu. Nesse instante, ligo o gravador e Rihanna vai desenvolvendo todo seu repertório. Durante a entrevista Ághata pareceu inquieta e começou a falar, a entrevista ocorreu simultaneamente com Ághata e

Rihanna, e durou em torno de uma hora, o que acabou se tornando uma boa conversa. Entre uma fala e outra, as brincadeiras entre elas eram constantes, sempre realçando características de cada uma em tons de humor ácido. Por exemplo, uma das frases que Ághata falava “*estou pronta para mais um dia em defesa da moral e dos bons costumes. Aloka!*” ou quando se referiam a si mesmas nos eventos do projeto Cidadania T, supondo o que os outros iriam dizer sobre elas “*Tudo um bando de homem vestido de mulher!*”.

Desde os primeiros encontros, as piadas/brincadeiras foram entre um assunto e outro e também entre meus questionamentos. Palavras como “aloka” e “uó” são repetidas a todo o momento, a primeira para indicar situações supostamente fora da realidade, ou consideradas loucas e a segunda ao referir-se a algo ruim, mas sempre em tons jocosos. Esses termos são frequentemente utilizados na linguagem pajubá, típica forma das travestis, como já dito, se expressarem umas com as outras, uma forma de comunicação que também as protege de algumas situações perigosas ao terem que lidar no trabalho com o sexo.

Durante a entrevista, Rihanna comentou que não teve “axé” para fazer programa, “axé” significa sorte, ou estrela, na linguagem pajubá. E que para ser uma travesti com “axé”, de respeito entre elas próprias, quanto maior a quantidade de silicone, mais respeito entre elas. O que não é seu caso. Para ela, colocar silicone é para o bem-estar, seja de uma pessoa trans ou cis.

Para encerrar a noite, nos deslocamos até a cozinha, onde o café já estava posto sobre a mesa. Nesse mesmo momento, havia comentado com elas sobre a viabilidade do coletivo Damas D’Paus participar de um edital de projetos, o qual beneficiaria alguns projetos com recurso financeiro, o edital abria a possibilidade para a participação de grupos informais também. E elas se animaram, então marcamos uma reunião para fazermos o alinhamento das ideias para elaborarmos o projeto.

6.1. Coletivo Transfeminista Damas D’Paus

Criado por Rihanna e Ágatha, o Damas d’Paus, iniciou suas atividades no ano de 2016, na tentativa de mudar o rumo da realidade vivida por muitas pessoas Trans na região do Vale do Itajaí e mais precisamente em Blumenau/SC. Rihanna e Ágatha perceberam a necessidade de, além de apoiarem e participarem do coletivo LGBT Liberdade, fazerem algo

por outras pessoas Trans que não estavam no movimento e também por aquelas que, assim como elas, sofrem de alguma forma, a violência cotidiana. Em um dos momentos Rihanna comentou sobre as diferenças e sobre a transfobia que sofrem por algumas pessoas que pertencem ao movimento LGBT, sendo que este tipo de preconceito dentro do próprio movimento é o mais cruel em sua opinião – a exemplo da cena que ocorreu na boate descrita por Ághata. Acrescentou ainda que essa discussão dentro do movimento não é novidade e que, inclusive, falaram sobre esse tema no dia da visibilidade Trans.

As atividades realizadas por elas, em geral, foram palestras em escolas e universidades. No início do coletivo, a intenção foi dar suporte às travestis que trabalham nas rodovias, como por exemplo, na BR-101, localizadas na periferia da cidade, distribuindo preservativos e lubrificantes para prevenção de ISTs, em especial a AIDS/HIV. Rihanna e Ághata conversaram com os servidores do Centro Especializado em Diagnóstico e Prevenção (CEDAP), formando uma parceria, na qual buscavam o material e distribuíam no local onde as travestis trabalhavam durante a noite. Esse tipo de ação é comumente feito ao iniciarem o ativismo no movimento Trans, geralmente, essas mulheres buscam apoio de serviços de saúde local para auxiliar na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis das travestis que trabalham como profissionais do sexo.

Esse tipo de ação militante foi realizado em Blumenau por um grupo de quatro pessoas que estavam em vias de formalizar uma ONG com o nome provisório de TRANSBLU, conforme descrito no capítulo de Blumenau. Taques (2007) relata que a atividade principal do grupo estava relacionada à prevenção e distribuição de preservativos e encaminhamentos médicos. O grupo também mantinha o trabalho voluntário com recursos próprios, sendo o vale transporte o único recurso fornecido pela prefeitura da cidade.

Além disso, as redes sociais como *youtube* e *facebook* tornaram-se ferramentas fundamentais para a divulgação do coletivo e também de suas ações. Por meio de uma página no *facebook*, postavam notícias e informações a respeito da vida de pessoas Trans, bem como divulgavam os eventos que organizavam. Um deles foi a I Macarronada do Damas D’Paus realizado no Brazuka’s Hostel Bar, uma casa com arquitetura germânica, localizada no centro da cidade, mas escondida em uma pequena viela. Ághata e Rihanna, por conhecerem os proprietários do local, os quais apoiaram as ações do Coletivo LGBT Liberdade, puderam fazer eventos e encontros ali. Esse evento foi uma estratégia que encontraram para poderem

sustentar financeiramente as ações do coletivo, tendo em vista o gasto com combustível ao se deslocarem para a periferia da cidade. Ághata junto com Rihanna, utilizava seu carro, antigo, para fazer os “corre” do coletivo pela cidade.

Pelo *youtube*, mantinham um canal no qual entrevistavam pessoas cis e Trans, sendo que as entrevistas, geralmente eram feitas na casa de Ághata, com a câmera do próprio celular e a edição também era realizada por elas. As entrevistas focavam em temas como o respeito à cidadania, educação e saúde da população Trans.

O coletivo Damas D’Paus também realizou palestras na FURB, geralmente quando convidadas por acadêmicos ou professores que as apoiavam e também em escolas municipais e estaduais, para dialogarem sobre as questões de gênero e de sexualidade. Apesar de existirem muitos eventos como esses e com frequência em grandes cidades como no Rio de Janeiro ou em São Paulo, esses momentos das ações em que o coletivo participou, marcaram a história do movimento LGBT na cidade de Blumenau. Tanto Ághata quanto Rihanna se destacaram em manifestações, como as passeatas em comemoração ao dia do Orgulho LGBT e também nos espaços de participação social, como Rihanna que assumiu o cargo de Conselheira da Juventude do município, representando o movimento LGBT.

No ano de 2018, com a entrada de Ashley e com a participação de todas elas na pesquisa, o coletivo Damas D’Paus tornou-se o Projeto Cidadania T, com outro formato na tentativa de ampliar a visibilidade de pessoas Trans na cidade de Blumenau e demais municípios da região, tendo em vista que havia pessoas Trans ou em processo de transição que moravam nas cidades vizinhas, mas que trabalhavam em Blumenau, sendo as duas, portanto únicas mulheres travestis a iniciarem o coletivo transfeminista. E, mais tarde Ashley se uniu a elas no coletivo.

A criação do projeto Cidadania T

A transição do Damas D’ Paus para Cidadania T se deu, na avaliação delas, a partir de nossas conversas e também porque a página do Damas D’Paus no *facebook* havia sido bloqueada sem conseguirem identificar por qual motivo. A diferença entre eles demonstra o amadurecimento político do coletivo, seu refinamento formal de modo a adquirir competitividade para participar de editais com auxílio financeiro. Sendo esse um dos

principais motivos pela mudança, já que Ághata e Rihanna faziam as atividades como palestrantes e ações de prevenção sem nenhum apoio financeiro. Ao passo que, essa mudança possibilitou vislumbrar novas alternativas de atividades para o grupo tornando-se mais que um coletivo ele se transformou em projeto.

Ághata elaborou a arte do logo do projeto e também fez a página no *facebook*. Deliberamos que seria importante termos um canal de comunicação e fizemos um grupo de *whatsapp*. As ações do projeto continuaram a ter como público preferencial as pessoas Trans, porém o grupo deliberou que pessoas cis, como mulheres lésbicas masculinizadas e homens gays afeminados também poderiam ser incluídos no projeto e as demais pessoas cis poderiam participar como apoiadoras nas atividades desenvolvidas.

A primeira ação foi a elaboração de um vídeo com informações sobre a mudança do nome social no título de eleitor, procedimentos e documentos necessários para essa mudança. Ághata e Rihanna também se prontificaram a acompanhar as pessoas transgêneras e travestis para fazerem a documentação e, para isso, organizaram um mutirão até o cartório eleitoral. Ághata se disponibilizou a buscar as pessoas em suas casas e acompanhar todo o processo no cartório, junto com Rihanna. Cerca de nove pessoas confirmaram que fariam o documento, porém, Ághata informou que nem todas compareceram.

Ainda no início da pesquisa, decidimos participar como ouvintes, em um evento na FURB, no qual o tema envolvia direitos humanos e questões de gênero, raciais e étnicas. O evento foi aberto à comunidade, teve a participação de representantes de alguns movimentos da cidade, inclusive do movimento LGBT, porém não havia representação de pessoas Trans. Nesse dia, Ághata e Rihanna foram de carona comigo para o evento e em determinado momento, Ághata solicitou fazer uma fala, na qual manifestou sua indignação com a organização por falta da representatividade Trans na composição da mesa de palestrantes. Em seguida, Ághata e Rihanna deixaram o local e eu as acompanhei até suas casas. No caminho, Ághata relatou que apesar da falha do evento, foi importante ter marcado presença. E acrescentou que, eu estar ao lado delas nesses momentos de posicionamento do coletivo, fortalecia mais a nossa relação e a sua credibilidade com a pesquisa.

Seminário de Inclusão Social Trans

O projeto organizou também o primeiro Seminário de Inclusão Social Trans, em Blumenau, realizado em parceria com a FURB em um dos seus auditórios. O evento contou com a colaboração de 9 (nove) convidados para a mesa de abertura, sendo que destes, 4 (quatro) eram mulheres travestis, 3 (três) homens cis gays, uma professora do curso de psicologia da FURB e uma profissional colaboradora do Transcendental.

A FURB como única universidade da região do Vale do Itajaí²⁴, dispõe de alguns espaços para discussões pertinentes no que se refere a movimentos sociais com diferentes pautas. O incentivo existe em grande parte por esforços de alguns professores – em geral, professores que conhecem ou tem vínculos com os movimentos sociais da cidade – em levar a discussão sobre o contexto que existe fora da universidade para dentro da sala de aula. Além da sala de aula, também são realizados eventos abertos para a comunidade em geral. Mesmo com essas iniciativas, por parte dos professores, a universidade não possui políticas de ação afirmativa em relação a cotas étnico raciais e de identidade de gênero.

Alguns dias antes do evento, ao chegar a Blumenau, combinei com Ághata para nos encontrarmos para rever a organização do evento e a ordem das apresentações dos participantes da mesa de abertura. O encontro foi não só para a preparação do evento, mas também para a preparação do nosso visual. Ághata havia me pedido para acompanhá-la até uma loja de roupas em seu bairro, para ajudá-la a escolher uma peça para o dia do evento, já que havia engordado e estava sem opções do que vestir. Nesse dia, eu estava sem carro então Ághata disse para encontrá-la em frente ao mercado, perto de sua casa para irmos juntas até a loja com a sua mãe de carro.

Ao chegarmos à loja, Ághata me pede opinião a respeito do modelo que deveria usar para o evento. Olhamos as roupas por toda a loja, poucas lhe serviram, pois como ela mesma disse, “as roupas femininas não são feitas para mulheres com manequim acima de 40”. Mesmo ao solicitar minha opinião nas suas escolhas, entre uma prova de roupa e outra, Ághata não mostrou as peças vestidas no corpo e saiu do provador com a única peça que lhe serviu, o vestido. Apesar de não ter gostado muito do vestido, levou-o para dar um “truque” (enganada, disfarçada em pajubá) no visual sem repetir outra peça, já que não encontrou

²⁴ Em 2013 foi instalado o campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Blumenau, mas apenas com cursos na área tecnológica de engenharias.

nenhuma calça que lhe serviu. Ághata disse estar em uma fase que preferia usar calça a saias e vestidos.

Nesse mesmo dia, eu havia comprado algumas coisas no mercado para tomarmos um lanche na casa de Ághata, sua mãe preparou o café e colocou a cuca e mais outras coisas na mesa. Nos momentos em que saíamos tanto no mercado como em lojas, era perceptível os olhares das pessoas, momentos que também foi possível perceber com Rihanna e Ashley. Nos momentos em que havia comida, havia também muita conversa e entre tantos assuntos, Ághata me contou que estava pensando em participar do pleito eleitoral e que havia conversado com Rihanna para apoiá-la. Um pouco antes de começarmos a organizar o evento, Ághata preparou a tinta para tingir meu cabelo, havíamos combinado o meu “dia de princesa”, já que uma de suas habilidades também é ser cabeleireira, para ganhar um “acué” ou “akwere”(dinheiro em pajubá) para ajudar a pagar as contas. Nesse instante, Ághata me pediu para também apoiá-la na sua candidatura, caso fosse confirmada pelo partido. Nos eventos organizados pelo projeto, foi solicitado às pessoas que contribuíssem financeiramente de forma espontânea, para arcar com as despesas e também para ajudá-las de alguma forma, já que o projeto ainda não havia sido contemplado por nenhum edital de financiamento.

No dia do evento, com início às dezenove horas, já estava em contato com Ághata logo pela manhã, falando sobre a sua organização. E logo depois do almoço, fui sozinha para a FURB para começar a organização do espaço, que foi finalizada a tempo. Ághata e sua mãe foram as primeiras a chegar junto com dois rapazes participantes da mesa de abertura, um deles é confeitiro e havia levado duas caixas com brigadeiros para a mesa do café. Organizamos som e microfones, a mesa com o café e docinhos e a apresentação das fotos no *data show*. Logo em seguida, Rihanna e Ashley chegaram com algumas peças de roupa do Transcendental para serem colocadas à venda. Enfim, tudo estava organizado, só faltavam os convidados que começaram a chegar no horário do evento.

O momento foi histórico, em termos de militância LGBT na cidade, como um dos próprios convidados mencionou. Ághata, Rihanna e Ashley estavam “firmes e fortes” e suas falas foram em torno do reconhecimento do lugar em que as pessoas Trans ocupam na sociedade com reivindicações que consistiam em direito à saúde, à educação e principalmente ao trabalho. Ághata relatou a importância de ter a presença de mulheres

travestis dentro da universidade para falarem sobre suas vidas, visto que é difícil elas frequentarem esse espaço, ainda mais em Blumenau. Com uma voz forte e palavras “cirúrgicas”, Ághata continuou sua fala e parecia sentir-se à vontade na coordenação da mesa de abertura.

Durante o evento, foi aberto espaço para o público falar e algumas mulheres travestis usaram bem essa oportunidade. Rihanna comentou em nosso grupo de *whatsapp* que recebeu críticas sobre a participação de travestis no evento – trabalhadoras do sexo e moradoras de um pensionato – vindas de pessoas do movimento LGBT, alguns dias antes do evento ocorrer e levantou o questionamento “*Como seria possível falar de inclusão social excluindo elas?*”

No que se refere à prostituição e à cafetinagem, há divergências entre algumas representantes do movimento de transexuais e travestis a nível estadual e nacional, de um lado, há quem apoie a inclusão de cafetinas no movimento, pois a grande maioria – como mulher travesti – também já foi trabalhadora sexual. Por outro lado, há grupos que não concordam com esse tipo de exploração e, portanto, não permitem a participação dessas mulheres nos movimentos. Outra justificativa é a de que com a atuação de ONGs e a conquista de empregos formais por poucas travestis, muitas cafetinas “perdem” mão-de-obra e deixam de ganhar seu “acué”, o que prejudica seus negócios. Apesar disso, Ághata e Rihanna não pensam que essas pessoas devem ser excluídas desses espaços, pelo contrário, acreditam que elas devem estar juntas para compreender as complexidades e divergências e buscar alternativas.

Retornando ao evento, uma das travestis falou sobre a recusa de se utilizar o nome social por parte de professores em instituições de ensino técnico e superior e, acrescentou que não adianta elas quererem mudar a sua realidade se não recebem apoio por parte das instituições. Outra travesti relatou sua experiência em ter saído de casa aproximadamente aos 15 (quinze) anos ao ser humilhada pela família por ser Trans e, disse ainda que sua história é muito parecida com a maioria de suas amigas travestis que também trabalham na prostituição. Uma das falas mais marcantes foi de uma terceira travesti que iniciou dizendo que seus pais haviam morrido quando ela era adolescente e que a prostituição era o trabalho que sustentava ela e seus irmãos. Disse ainda que muitas famílias de mulheres Trans que se prostituem dependem da renda delas para sobreviver, há uma estrutura por trás desse trabalho. A última fala foi de uma travesti que havia sido assaltada e baleada, em outra

cidade, ao chegar ao hospital disse que o médico que lhe havia atendido, um homem gay, perguntou a ela o que havia feito para receber o tiro.

Ao ver essas mulheres tomando o microfone, ainda que um pouco receosas, para exporem suas histórias para todos ali presentes, sentimos, Ághata, Ashley e Rihanna e eu, que elas revelavam algo de extrema importância para o projeto Cidadania T e a pertinência de convidarmos essas mulheres para participarem de ações do projeto. As falas indicavam a importância de espaço no qual essas pessoas precisam falar de suas experiências e que é preciso ouvi-las também para que possamos juntas construir propostas efetivas de ações com o caráter de reduzir o preconceito e, por consequência seus sofrimentos.

Ao final do evento fizemos algumas fotos junto com as travestis presentes e Ághata e eu conversamos com elas no intuito de fazermos uma visita e conhecermos o pensionato onde elas vivem. O pensionato está localizado em um bairro, não muito distante do centro, porém mais residencial. Administrado por uma delas, na casa onde se acomodam vivem cerca de dez mulheres travestis, todas de fora da cidade. Nesse local elas pagam por moradia e refeições, mas o trabalho como profissionais do sexo é realizado fora do pensionato. A dona do local também auxilia em algumas emergências de saúde, acompanha elas em consultas médicas e em hospitais, pois em muitos casos elas não tem a quem recorrer.

De forma geral, algumas pessoas se aproximaram e fizeram elogios sobre o evento comentando a necessidade de expor essa demanda em outros espaços e de uma continuação sobre outros temas relacionados às pessoas Trans. O evento teve uma boa recepção pelo público presente, pois recebemos alguns retornos positivos de estudantes e professores, tendo em vista que não há um registro de um evento como este na cidade.

A entrada de Ashley no projeto Cidadania T

No intuito de fortalecer as ações do coletivo, convidamos Ashley para participar do projeto e ela aceitou na mesma hora, logo a incluímos no nosso grupo de *whatsapp*. As reuniões que, logo em seguida começaram a acontecer na casa de Ághata, tiveram também a participação de Ashley que demonstrou empolgação em participar dos momentos tanto de planejamento como de realização das ações. E em poucas semanas, outros dois eventos

tiveram a participação das integrantes do projeto Cidadania T, um evento sobre saúde das pessoas Trans, realizado pelos acadêmicos do curso de medicina, e o outro, foi um evento sobre violência de gênero realizado pela FURB.

FITUB: dias de rua e dias de glória

Em julho, retornei à Blumenau e passei o mês inteiro na cidade. Nesse período, ocorre o Festival Internacional de Teatro de Blumenau (FITUB) no espaço do teatro Carlos Gomes, principal da cidade, localizado na região central. A universidade em parceria com o teatro realiza esse evento há mais de trinta anos, o qual recebe grupos de teatro universitário de várias regiões do Brasil e também da América Latina. É uma semana de entretenimento cultural com várias peças teatrais a baixo custo para a população em geral.

Com o movimento na cidade, Ághata planejou vender algumas bebidas na praça em frente ao Teatro para complementar sua renda e pediu minha ajuda para fazermos esse “rolê” durante os dias em que eu estivesse por lá. Mesmo trabalhando na boate com sua mãe, nas sextas-feiras e aos sábados, no T-lanches, Ághata precisava do dinheiro para pagar algumas contas que estavam atrasadas e também ajudar Rihanna e Ashley. Deste modo, elas também auxiliaram nas vendas de bebida.

Como o local dos encontros era na casa de Ághata, combinei de buscar Rihanna e Ashley, nos dias em que iríamos ao teatro. Geralmente, comprava as bebidas e ao chegarmos na casa de Ághata, ela separava o que levaria para vender. Tradicionalmente, tomávamos um café com pão e cuca, junto a algumas risadas. Carregávamos o carro com as cadeiras, com o isopor cheio de bebidas e saíamos em direção ao teatro. Por volta das dez horas da noite, as pessoas saíam das peças e a festa começava no salão principal do teatro com o som de uma banda da região.

Por sorte nossa, nenhum dos dias choveu, mas o frio esteve presente durante todo o festival. Ficamos na calçada ao lado da praça. A praça em frente ao teatro é grande, tem um chafariz com esculturas do artista Pedro Dantas Riso, bailarino e escultor natural da Bahia que viveu grande parte de sua vida em Blumenau, foi professor de dança no teatro. Suas esculturas são inspiradas em bailarinos que conheceu pelo mundo e estão espalhadas pela

praça. Este local também foi escolhido pelo coletivo Liberdade para fazer alguns protestos durante o dia.

Entre o preconceito e a militância

À noite, durante o festival, as pessoas ocupam o salão principal e as escadarias em frente ao salão que dão acesso à praça. Ali perto, montamos um espaço na calçada, ao lado de um canteiro de flores e ficamos ali em todas as noites, conversando e observando o movimento. Em um determinado momento da noite um “cafuçu” ou “ocó” (homem) que passava pelo teatro, pediu um drink a Ághata, ele não tinha o valor total de cinco reais para pagar e Ághata aceitou os quatro reais proposto por ele. Mais tarde, esse mesmo rapaz retornou e pediu para Ághata fazer mais um copo do mesmo drink, pelo mesmo valor que pagou o anterior. Ao solicitar a bebida para Ághata, ele se referiu a ela, como “ele” e, ainda usou expressões como “cara” e “mano”, já visivelmente embriagado, ele continuou a utilizar esses termos, sendo que já havia falado que era pra se referir a ela como “ela”. Ághata também havia se apresentado ao rapaz, porém ele seguiu falando “mano”, então Ághata pegou o drink que estava preparando para o rapaz e jogou nos pés dele. Além disso, disse a ele como ele deveria tratá-la e pediu para que ele pagasse o que iria beber e que depois iria servir a bebida. Ele insistiu no desconto e pediu desculpas a ela. Ághata terminou de montar o drink e entregou a ele.

Em outro dia ainda no FITUB, uma “beesha” (homem homossexual em pajubá) conhecida de Ághata e Rihanna por frequentar o T-lanches na boate começou a lamentar por não ter conseguido passar em uma posição favorável num concurso de uma empresa de serviço público na cidade. Ághata e Rihanna escutaram o rapaz com atenção e Ághata comentou que de qualquer forma ele tem possibilidades de fazer o concurso e pode trabalhar, o que é diferente de uma pessoa Trans. Alguns minutos antes disso, ele trocou alguns olhares com uns caras que não conhecíamos e que nenhuma de nós sabia se eram ou não do “babado” (do meio LGBT), ou seja, homossexuais. Depois de um determinado tempo, começou a discutir com Ághata argumentando que ela e Rihanna se vitimizam e que são uma vergonha, pois não sabem o que é respeitar a diversidade e que deveriam ir para a Europa ver como é respeitar a diversidade. Ághata e Rihanna, contra argumentaram cada vírgula, deixando ele sem palavras. No final da noite, ele foi embora e nós fomos também. Alguns dias após o episódio, Ághata disse que o rapaz ainda falou coisas para ela via redes sociais no intuito de

expor a situação. E Ághata disse que não se importava se ele fizesse isso, pelo contrário, acreditava que isso poderia fortalecê-la.

As entrevistas: de Ashley (para a pesquisa) e de emprego (para a vida)

No dia seguinte havia combinado com Ashley e Rihanna de fazer uma entrevista com Ashley na casa de Rihanna, já que Ashley estava dormindo por lá durante o FITUB. Fui à padaria comprei bolo e doces para o nosso café na casa de Rihanna. Ao chegar lá no horário combinado, Ághata imediatamente enviou uma mensagem nos pedindo para tomarmos café em sua casa, mas logo quando eu cheguei, Rihanna tinha acabado de passar o café. Conversei com elas e combinamos de fazer a entrevista na casa de Rihanna e depois subirmos o morro para a casa de Ághata.

Conversamos, foi uma entrevista densa, mas muito bonita. No final da entrevista, Ashley e eu nos abraçamos! Ashley ficou visivelmente emocionada ao contar sua história e eu também.

Em seguida, as meninas vão ao quarto da Rihanna se maquiarem, e o ex-namorado de Ashley estava por lá. Conversamos um pouco e seu ex-namorado contou como foi sua experiência em uma entrevista de emprego no supermercado que existe ao lado da casa de Rihanna, disse ele que foi muito maltratado. Ashley relembrou das vezes em que tentou algumas vagas de emprego e que nunca foi chamada, disse que antes de transicionar chegou a trabalhar em outra cidade, mas depois de sua transição, não conseguiu fazer nenhuma entrevista de emprego. Rihanna também falou de sua dificuldade de conseguir emprego, que persiste até hoje. E comentou quando foi a uma entrevista para a vaga de maquiadora profissional e foi questionada sobre o seu nome, já que em seus documentos ainda estava o nome de registro. Disse que acreditava que foi por conta disso que não havia sido chamada para a vaga.

Tanto Ashley como Rihanna, não estavam trabalhando e em muitos momentos era visível a dificuldade financeira com a qual tinham que lidar, em alguns momentos precisavam escolher se gastariam o dinheiro que tinham recebido com comida ou com passagem de ônibus.

Desse modo o Transcendental foi uma forma que encontraram, junto com outros parceiros, de trabalhar com algo que gostam e de conseguirem um auxílio financeiro, ao menos para pagarem passagem de ônibus e gastos com alimentação. Ashley, Rihanna e o ex-namorado de Ashley fazem parte do Transcendental e nessa conversa Rihanna me convidou para conhecer o espaço onde trabalham.

Os desafios da militância Trans e a quebra do comum no coletivo LGBT: desafios e sofrimentos

No dia combinado, fui com Ághata até a *Greenplace* e chegando por lá, estavam presentes Ashley, Rihanna e o ex namorado de Ashley e mais dois integrantes do Transcendental. Rihanna me mostrou o local onde ficam as roupas do brechó, o que recebem de doação e também as roupas que são feitas por eles. Ela me mostrou ainda a sala com a máquina de costura e umas fantasias que estavam construindo para uma marca da região que fez o pedido para um desfile. Logo em seguida, a dona do local e parceira do projeto nos convidou para um café e nesse momento começamos a trocar uma ideia.

Dentre os assuntos, Rihanna, Ashley e Ághata relataram um pouco do “close errado” das “manas” da militância e como muitas vezes esse “close” acaba prejudicando o movimento da luta LGBT num todo. Como foi o que aconteceu no festival de teatro com aquela bicha que “deu bafão” (causou) e ofendeu Ághata e Rihanna. Segundo elas, a militância no movimento LGBT é muito difícil, pois nem a própria base compreende as demandas e as necessidades dos grupos referentes a cada sigla do movimento.

Nesse momento Ághata e Rihanna falaram um pouco do que já passaram na cidade e dentro do próprio movimento, sobre o preconceito e as risadas que ouviram, ainda mais quando decidiram formar um coletivo, mesmo com duas pessoas. Mais tarde, eu e Ághata fomos até o mercado para comprar as bebidas e levar ao festival no dia seguinte e Ághata comprou uma pizza para nós duas.

Ao chegarmos a sua casa, esquentamos a pizza e conversamos sobre política. Ághata disse saber que o meio político tem suas contradições e jogos de poder, mas que se comprometeu a fazer o que estiver ao seu alcance de forma justa. Acrescentou ainda que a

militância cansa e que estava cansada, pois, por muitas vezes, já foi humilhada e agora estava pensando em sua estabilidade financeira, algo que pudesse fazê-la ficar mais tranquila e ter uma velhice melhor. Em outros momentos, Ághata relatou de seu esgotamento na militância, porém justificou que o apoio de Rihanna e Ashley fazia com que ela não desistisse de continuar.

Dias de glória

Além das peças teatrais, no FITUB, também ocorreram apresentações gratuitas, no próprio salão onde acontece a festa e, em um desses momentos, uma *drag queen* iria se apresentar, a Suzaninha Rischtofen que veio da capital. Ághata, Rihanna e Ashley admiram muito seu trabalho por ser diferente de outras *drags*, Suzaninha tem um humor ácido e foge do padrão corporal de uma *drag*. Além disso, com tons de preto e branco como fundo dos olhos, boca marcada de vermelho e um “picumã” (cabelo ou peruca em pajubá) loiro curto, Suzaninha é viúva e síndica de um condomínio em Florianópolis. A *drag* tem o nome inspirado na mulher que ficou conhecida pela mídia nacional por ter assassinado os próprios pais.

A convite de Suzaninha, Rihanna e Ashley, representando o Transcendental, foram convidadas para montar um vestido para a sua apresentação no festival. Elas ficaram muito felizes pelo convite e, ao mesmo tempo, ansiosas para suprir as expectativas de Suzaninha.

Ashley e Rihanna precisavam costurar o vestido e fazer um casquete (uma espécie de chapéu para cobrir uma parte da cabeça) para o visual de Suzaninha, então combinamos de ir até uma loja de aviamentos no outro dia para fazerem a compra do material. O recurso para a compra da matéria-prima era do caixa das vendas de roupas do Transcendental. Então as meninas compraram o que precisavam e em questão de dois dias o figurino de Suzaninha, que ficou “um tiro” (um arraso em pajubá) estava pronto.

No dia da apresentação de Suzaninha, ainda à tarde, fui com Rihanna e Ashley até o alojamento dos grupos teatrais que estavam no ginásio da universidade, para Suzaninha fazer a prova de seu figurino e também para elas divulgarem o trabalho do Transcendental para os demais atores ali presentes. As meninas venderam algumas peças e foi perceptível a alegria

delas naquele momento ao receberem os elogios pelas peças e também pelo figurino de Suzaninha.

À noite, um pouco antes da apresentação de Suzaninha, orgulhosas, Ashley e Rihanna estavam radiantes e, ansiosas para o momento da apresentação. Rihanna e Ashley não viam a hora de entrar no salão e participar daquele momento. Disse a elas que ficaria na parte de fora do teatro para fazer a venda das bebidas e cuidar das coisas que deixaram expostas do Transcendental.

Suzaninha chamou Ághata, Rihanna e Ashley e divulgou a venda de bebidas que estavam fazendo fora do teatro e, também a marca Transcendental que estava com algumas peças de seu brechó a venda.

A noite foi de muita alegria e comemoração, ao passar da meia noite, comemoramos também o aniversário de Ashley. Ao parabenizá-la, Ashley me disse que gostou muito de ter me conhecido e que estava muito feliz de estar ali naquele momento com aquelas pessoas.

Continuando o projeto Cidadania T: Visita à ADEH em Florianópolis e o lançamento da candidatura

Marcamos uma reunião, ainda em julho, para deliberar as demais atividades do projeto. Tendo em vista que ainda estava por concretizar a participação de Ághata como pré-candidata à deputada estadual, fizemos mais uma atividade. Uma delas foi a visita técnica na ADEH em Florianópolis/SC e, conforme mencionado anteriormente, essa associação atua na garantia de direitos e promoção de saúde relacionados às políticas e direitos humanos LGBTs e, principalmente de pessoas Trans e mulheres travestis.

Durante o caminho, na rodovia, conversamos sobre várias coisas e Ághata tirou uma *selfie* com seu celular. A foto ficou engraçada com meu rosto virado para frente, pois estava na direção do carro, e o olhar em direção da câmera. Ao chegarmos em Florianópolis procuramos um lugar para estacionar o carro, o mais próximo da ADEH, no centro da cidade. Saímos do estacionamento e seguimos em direção a ADEH. O dia estava bonito, com um sol ao fundo e muito vento, estava frio. E ao descermos as escadas, observamos o centro da cidade, nesse mesmo instante Ághata disse para tirarmos uma foto ali. Retirei prontamente

o meu celular da mochila e tiramos a foto, uma das mais bonitas, bem diferente daquela dentro do carro. Nesse momento, tive uma sensação boa, percebi que a relação que estávamos construindo não fazia parte somente da pesquisa, mas estava compondo e fortalecendo nós quatro enquanto singularidades. Aquela imagem representou um dos momentos mais marcantes dessa pesquisa, sendo que logo foi parar em nossas redes sociais.

Neste encontro na ADEH, conhecemos a presidente, ativista Trans e assistente social que nos disse um pouco da história da associação e que não recebem nenhum auxílio/apoio do governo municipal. Ela nos informou que a ADEH é mantida por doações e pela renda gerada a partir do trabalho com Economia Solidária. Produzem camisetas, bandeiras LGBTs e Trans, bottons e calcinhas. A equipe conta com assistente social, advogado, psicóloga e demais voluntários.

Ao retornamos para Blumenau, durante a viagem, conversamos um pouco sobre as dificuldades de se manter um projeto e uma instituição como no caso da ADEH que, apesar de fazer um trabalho reconhecido no estado e também pela própria prefeitura da cidade, não recebe a devida atenção e muito menos os recursos específicos para este trabalho. Elas também sinalizaram a importância de estudar e se apropriar do conhecimento para poderem ir atrás do que precisam e lutarem pelos seus direitos. Num instante da conversa Rihanna parece querer desabafar e solta **“Nós estamos num relacionamento abusivo o tempo todo!”** Referiu-se às dificuldades de ser uma pessoa Trans e de se ter ainda menos direitos do que uma pessoa cis. **E disse estar cansada de tanto lutar e não ter o devido apoio, ela estava visivelmente muito emocionada** com o que ouvimos na ADEH. Em seguida, um silêncio se instaurou no carro e seguimos assim durante o trajeto.

Fechando um ciclo para abrir outros: meu afastamento temporário

Marcamos um encerramento das atividades do projeto Cidadania T, no início do mês de agosto, antes do meu retorno a São Paulo, pois em seguida seriam iniciadas as atividades de campanha. Fui até o supermercado perto da casa de Ághata e comprei o que faltava para nosso jantar, em seguida aguardei Rihanna e Ashley para irmos até a casa de Ághata. O dia estava chuvoso e eu tentei subir o morro da rua de Ághata com o carro mas não consegui, desci de ré e estacionei o carro mais abaixo. O morro estava muito encharcado e tivemos que subir a pé, na lama, cuidando para não escorregar. Nos dias de chuva em Blumenau, há um

medo que paira no ar por conta das enchentes de 2008, momento em que houve muitos deslizamentos de terra.

Com os calçados cheios de lama, chegamos a casa de Ághata, mas ainda me questionava como Rihanna e Ashley conseguiam subir aquele morro com salto. Durante a subida as piadas iniciaram, Rihanna e Ashley estavam afiadas! Nossos encontros sempre tinham muitas piadas, quando estávamos nós quatro juntas ríamos do início até o final. Nesse dia não foi diferente, mas ao iniciar a conversa perguntei como foi para elas convivermos aquele tempo todo juntas, questionamento inesperado surgiu: Ághata, surpresa, questionou se eu havia passado tanto tempo com elas, pois para ela parecia que tínhamos começado as conversas sobre a pesquisa e a campanha há alguns dias atrás. Rihanna reforçou dizendo que havia passado muito tempo até o início de agosto. A percepção do tempo em que estivemos envolvidas em todas as atividades pareceu um curto período, pois passou rapidamente.

Rihanna me questionou, ironicamente, se elas teriam que falar “gradidão” por eu estar presente ao lado delas em quase todos os momentos – referindo-se sarcasticamente a algumas pessoas de esquerda que conhecemos na cidade e que falam essa palavra à quase todo instante – e todas nós caímos na gargalhada.

Ashley falou que nunca havia sido tratada tão bem por alguém e que estava se fortalecendo com as ações que estávamos fazendo enquanto coletivo, Rihanna relatou que foi ótimo e muito importante para ela essa convivência. Ághata disse que foi ótima a minha presença e primordial para todas as coisas que fizemos e que tem pessoas de confiança no seu lado. Logo em seguida, Ághata, na mesma linha de raciocínio que Rihanna, falou ironicamente “**Ai gata! Travesti não tem coração!**” E todas rimos.

A universidade

Como já destacado, no itinerário trans foi importante a aproximação delas com a Universidade. Essa proximidade possibilitou a realização do Seminário e também a criação de novos vínculos com professores e acadêmicos de vários cursos, ampliando a divulgação do projeto.

Retornei à Blumenau em meados de setembro para iniciar o trabalho da campanha de Ághata nas ruas e também para apresentar um painel sobre esta pesquisa na universidade. Convidei todas para irem à universidade e apresentarmos juntas, já que elas também são autoras desse trabalho. Ághata estava em função de atividades da campanha e não pode comparecer, então Ashley e Rihanna foram comigo até a universidade. A exposição de banners durou uma hora e meia, sendo que os autores deveriam estar presentes para explicar sobre o trabalho e tirar dúvidas, caso houvesse. Ashley chegou logo pela manhã, um pouco antes do horário previsto para a exposição e ficamos por ali conversando sobre a universidade e ela expôs seu desejo de fazer um curso de moda. Logo em seguida, chegou Rihanna e conversamos mais um pouco. Tiramos uma foto desse momento e postamos na página do projeto no *facebook*.

Rihanna e Ashley demonstraram em alguns momentos, como esse, a vontade de estar no espaço universitário e da possibilidade de trocar ideias e conhecer novas pessoas. Algo que se concretizou pouco tempo depois quando iniciaram um curso técnico na área de moda, no qual foram contempladas em um processo seletivo, no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Minha primeira formação foi nessa mesma área e, eu ainda tinha todos os materiais como apostilas, livros e réguas utilizadas para fazer os desenhos dos moldes das peças de roupa, então entreguei esses materiais para elas poderem utilizar durante o curso.

Candidatura Trans: uma alternativa?

Em 2018, um pouco antes de julho, Ághata me confirmou por *whatsapp* sua pré-candidatura e confirmei também minha participação em sua campanha, de acordo com seu convite. Com essa informação tínhamos que suspender temporariamente as atividades do projeto devido ao período pré-eleitoral.

Ao retornar à Blumenau, combinamos de fazer uma reunião para construirmos o planejamento da campanha. Fui até a casa da Ághata e como sempre, muito bem recebida. Conversamos e entreguei a bandeira LGBT para ela – não havia encontrado a bandeira trans

– que eu havia comprado na rua 25 de março, em São Paulo. Nosso planejamento de campanha iniciou no começo do mês de julho e perdurou até o final do primeiro turno.

A parte visual da campanha, imagem/tema que seria utilizada para perfil do *facebook*, logo da campanha, *slogan*, já havia sido desenvolvida por Ághata. Em alguns momentos Ághata e eu nos reunimos para fazermos as fotos para as redes sociais e para o material de campanha.

Em outro momento, marcamos uma reunião na casa de Ághata com uma professora do curso de medicina da FURB e também integrante do partido. Ághata conhece algumas pessoas que fazem parte dos partidos de esquerda da cidade, uma delas é essa professora, que apoiou sua entrada logo no início do ano de 2018.

Fui buscar Rihanna para participar da reunião que tinha o objetivo de solicitar o apoio da professora na candidatura de Ághata durante a campanha. Mesmo com uma crise de dor na vesícula, Ághata não desistiu de fazer a reunião. Disse a ela para irmos até o hospital, mas ela explicou que não adiantaria caso não estivesse com febre para daí então ser operada. Assim que a professora chegou à casa de Ághata logo lhe atendeu e deu uma medicação para dor. Ághata estava com crises de dor desde o início do ano e nesses períodos fazia uma limpeza em casa de vesícula e fígado com vinagre de maçã e azeite de oliva para eliminar as pedras, mas ainda havia outras.

Na conversa com a professora, demonstrou-se um pouco preocupada com relação a sua candidatura e também com relação à parte financeira que seria disponibilizada pelo partido. Mas ao mesmo tempo, disse que estava determinada em enfrentar todas as adversidades que poderiam ocorrer durante esse processo. Seu foco era fazer a campanha de forma honesta e com pessoas que realmente a apoiassem e construíssem coletivamente. Diante disso, ficou claro que seu objetivo não era o poder, mas a possibilidade da visibilidade de sua candidatura, o que seria importante ao movimento trans. E como ela mesma já havia dito algumas vezes, queria mostrar para as mulheres que uma mulher travesti também pode fazer política.

A parte da pré-campanha e campanha, foi elaborada e executada conjuntamente com Ághata, Rihanna e Ashley, desde o planejamento das atividades, propostas para o mandato, gravações de vídeos, fotografias das ações em campanha, entrega de material de campanha,

até outras ações. Ághata convidou outras pessoas LGBTQs para auxiliar nesse processo durante a campanha oficial, mas o suporte de Rihanna e Ashley foi fundamental para a construção coletiva dessa candidatura.

Entre algumas das atividades de pré-campanha, uma delas foi o evento realizado pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que convocou as pré-candidatas a diferentes cargos políticos, mas somente as que defendiam propostas feministas. Nesse dia viajamos para Florianópolis Ághata, Rihanna Ashley e eu, e lá encontramos mulheres cis já conhecidas do meio político partidário catarinense e outras três mulheres trans que assim como Ághata estavam tentando participar do pleito eleitoral pela primeira vez. Ao chegarmos ao estacionamento da universidade, corremos em direção ao auditório, pois estávamos atrasadas em relação ao horário de início do evento. Mas o auditório ainda estava vazio, o evento não havia começado, dessa forma, nos restou um tempo para retocar a maquiagem.

Retornamos ao auditório e Ághata foi ao encontro de outras pré-candidatas, enquanto Ashley, Rihanna e eu procuramos um lugar na platéia. Tão logo, Ághata se aproximou de nós e nos disse para tirarmos outra *selfie*, todos os registros foram para as redes sociais. Combinamos que eu tiraria fotos enquanto ela estivesse fazendo sua fala. Em seguida, a professora do curso de antropologia que coordenava o evento naquela noite, solicitou à todas as pré-candidatas a se dirigirem até os seus lugares para dar início ao o evento. Foram em torno de 18 mulheres, sendo duas delas mulheres Trans e haveria uma terceira, pré-candidata a deputada federal, porém fomos informadas na ADEH de que a mesma teria passado por transfobia no dia anterior, por conta da uma blitz, na qual a policial militar solicitou seu documento, que ainda estava com seu nome de registro e se recusou a chamá-la pelo seu nome social, tendo seu carro guinchado. A seguir o discurso de Ághata no evento:

Meu nome é Ághata, sou pré-candidata pelo partido (preferimos manter a sigla em sigilo) à deputada estadual, sou de Blumenau a cidade que tirou gênero alimentício da pauta, do escárnio do estado, Blumenau nesse aspecto. E eu não posso de deixar de fazer uma fala em solidariedade a nossa companheira do partido (mantemos a informação da sigla em sigilo), a candidata (mantemos em sigilo), uma mulher trans que sofreu uma transfobia fomentada pelo Estado ontem. Eu só tenho três minutos, mas como travesti, como sapatão, como bissexual e como representante de uma classe LGBTQ que ainda é tida como escárnio nessa sociedade, principalmente na política, porque nós somos sim consideradas muitas vezes como incapazes de ter uma voz ativa na política, voz ativa em movimentos sociais e até mesmo dentro do movimento feminista. O movimento feminista, muitas vezes, não nos reconhece como mulher quem dirá como ser humano, como travesti ou como ser empoderado da sociedade. Eu quero aproveitar essa oportunidade para

fazer uma fala bastante simples, mas concisa do que nós passamos nesse movimento e pra chegar até aqui no movimento feminista e eu gosto de dizer o movimento transfeminista porque as especificidades são muitas, das mulheres cisgêneras, do machismo, da misoginia e a mulher trans principalmente ela sofre todo esse machismo, toda essa misoginia e agregada também a transfobia. Corpos! homens vestidos de mulher! muitas vezes as pessoas gostam de usar esse termo e ontem a candidata trans (nome em sigilo), tenho certeza, que a candidata passou isso porque o senhor ali não era em termos de respeito, era para deslegitimar a imagem dela de uma mulher, porque o Estado ele diz – Não, você é um homem. Então o reconhecimento da nossa identidade trans pelo Estado, eu estou falando obviamente aqui em Santa Catarina, mas pelo Estado brasileiro é fundamental trocar de nome, fazer a retificação de registro foi um passo e eu comentava hoje na ADEH estamos indo para a segunda etapa que é a inclusão na sociedade. Quantas travestis, quantas mulheres trans vocês conhecem, estudaram e trabalharam com mulheres trans? O lugar de mulheres trans, o Estado está colocando - que é na rua vendendo o corpo. E muitas vezes o movimento feminista ele não entende isso, ele acha que agimos de forma de escárnio deslegitimando o corpo da mulher. A forma mais agressiva do preconceito e o principal com o corpo de uma mulher é ter que se submeter ao escroto e ao fetichismo do macho pra sobreviver e ter o que comer. Eu termino minha fala com isso e quero dizer que eu estou lutando por políticas públicas de inclusão de pessoas LGBTQs e sigo com força para ocupar o espaço e talvez ser a primeira travesti a ocupar um espaço no parlamento catarinense, muito obrigada (Discurso Ághata, 2018).

Meu nome é ... os documentos!

Ághata e eu combinamos de fazer sua documentação para a formalização de sua candidatura. Então cheguei a sua casa e aguardei para sairmos, sua mãe nos acompanhou até o cartório para verificarmos a procedência de sua nova certidão de nascimento. Ághata disse que já havia solicitado, através de um amigo advogado, uma nova certidão lá no cartório de sua cidade, porém ainda não havia recebido.

Aguardamos a chamada para sermos atendidas. Ághata fez o pedido de uma certidão atualizada e a moça, muito gentil, nos deu as informações e pediu para preencher os dados em uma ficha. A moça que nos atendeu no cartório foi muito solícita, porém depois de saber que Ághata estava solicitando a sua nova certidão, a moça viu em seus documentos de que se tratava da retificação do seu nome e então falou para Ághata **“Nossa! Você nem aparenta, parece uma mulher mesmo!”**. Nesse momento, Ághata estava com pressa e não teria como tentar desconstruir esse discurso da mulher. Ághata comentou mais tarde a caminho do Ambulatório Geral (AG) como as pessoas acham que quando falam dessa maneira, acreditam estarem elogiando uma pessoa Trans, quando na verdade só demonstram o preconceito naturalizado.

Ághata tinha marcado uma consulta com dentista para fazer uma limpeza dental no Ambulatório Geral do SUS. Essa unidade de saúde é de atenção secundária, onde tem algumas especialidades, dentre as quais a ortodontia, pois a unidade participa do Programa Brasil Mais Sorridente. Ela me contou como funcionava a unidade e disse que o atendimento e o tratamento que já fez ali na unidade foram muito bons. Mas nesse dia, o nome que estava marcado para a consulta era seu nome de registro e não seu nome social.

Esse tem sido um problema recorrente nos atendimentos das unidades básicas no município. Em outro dia quando Rihanna foi a uma consulta na unidade básica de referência, comentou que um dos médicos da unidade insistia em chamá-la pelo seu nome de registro, disse que chegou a fazer a reclamação na unidade e depois desse episódio uma médica da unidade começou a atendê-la, pois o médico se recusava a chamá-la pelo seu nome social.

Após a aprovação da alteração do nome e do gênero na certidão de nascimento em junho de 2018 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Rihanna iniciou o processo de alteração de seus documentos, o que segundo ela, sem o auxílio financeiro de sua mãe e de sua madrinha, não seria possível fazer já que é exigido do requerente uma lista de documentos que devem ser atualizados. Ashley fez a alteração de seus documentos somente no início do ano de 2019 após conseguir reunir o valor necessário com alguns trabalhos que realizou no final do ano anterior.

A Campanha

Durante o desenvolvimento do material de campanha, estive na casa de Ághata diariamente, eu só retornava para a casa à noite para dormir. Em um desses dias, Ághata me pediu para ir até a casa dela para fazermos outras coisas da campanha. Entre nossas conversas Ághata disse que precisava ser forte e estar à frente para que Rihanna e Ashley se fortalecessem com esse momento que, na sua opinião, seria difícil, considerando o preconceito das pessoas na cidade. Senti naquele momento que o apoio delas era fundamental para Ághata em sua candidatura. A partir daquele instante, sugeri a ela que deveríamos organizar as atividades que cada uma iria fazer durante a campanha. Então Ághata me pediu para que eu coordenasse as tarefas junto com as pessoas que participariam de todo o processo, desde panfletagem até as divulgações nas redes sociais pela internet.

No mesmo dia Ághata disse para sairmos em busca de blusas novas, passamos por algumas lojas no centro da cidade e nada foi do seu agrado. Encontramos uma loja ao lado do estacionamento e entramos. Ághata provou uma das blusas e resolveu levá-la. Ainda assim, precisávamos achar um casaco, sem desistir, Ághata disse para pararmos em uma loja perto de sua casa e lá achamos o casaco preto que ela queria para poder ir a um dos eventos de campanha.

Finalmente voltamos para sua casa e começamos com a produção, ela na maquiagem, roupas, luzes e eu na câmera. Tentamos vários cliques, nem todos com muito sucesso, mas depois que jantamos voltamos a fazer mais fotos da campanha. A partir daí as fotos começaram a melhorar e nós nos empolgamos com as artes para capa de *facebook*, e demais artes para enviar pelas redes sociais. Fizemos um bom trabalho e percebi o sorriso de Ághata por ter o material pronto. Arrasamos no material!

Nesse mesmo dia ficou claro que nós tínhamos criado um vínculo de muita intimidade, o que foi explicitado pela mãe de Ághata: “tanto tempo convivendo juntas que já virou uma amizade”. Ághata, atenta, disse que eu já estava bem *drag*, pois vivi muitas coisas com elas que talvez outras pessoas não passariam por isso.

É dada a largada: a campanha começa!

Retornei a São Paulo, mas pensando nas atividades de campanha que ainda teríamos pela frente. Percebi que meus retornos a essa cidade pareciam frustrá-las de certo modo, pois mal embarcava no ônibus e já recebia mensagens curiosas em saber a data do meu retorno à Blumenau. Mesmo assim, o meu contato com elas era constante pelo *whatsapp* ou em ligações por *skype* e minha tarefa era auxiliar em todos os processos de campanha, mas acredito ter ido muito além disso.

Ao iniciar o período de campanha eleitoral, em setembro, viajei para Blumenau novamente. Já havia marcado uma reunião com Ághata para elaborarmos a agenda de encontros e visitas da campanha.

Uma das primeiras atividades da campanha foi participar de um encontro de empresários do estado com os candidatos. Como em todas as outras vezes, nossos encontros

iniciavam na casa de Ághata e partíamos de lá para o destino. Ághata fez uma maquiagem suave, me pediu opinião sobre o que vestir, colocou uma blusa nova e saímos. Ao chegarmos ao local, encontramos algumas pessoas candidatas conhecidas, cumprimentamos e entramos no auditório. Outra vez, tivemos mais registros em fotografias para a campanha, e saímos de lá para a universidade, pois havíamos combinado um almoço com uma das professoras do curso de psicologia que também é amiga de Ághata. Nesse mesmo dia, no final da tarde, Ághata e eu viajamos para Florianópolis para buscarmos material de campanha na sede do partido e durante o trajeto também fizemos mais alguns registros, algumas fotos ficaram nas redes sociais, mas muitas outras guardamos para nós. A viagem pareceu rápida, pois conversamos do início ao fim, eu dirigindo e nós duas pensando na agenda para os próximos dias.

O evento seguinte, que foi planejado durante a campanha, foi uma roda de conversa com pessoas LGBTs no parque municipal Ramiro Ruediguer. O espaço é de livre acesso e possui quadras de vôlei de areia, de tênis, pistas para caminhada, passeios de bicicleta e áreas arborizadas para piquenique. Por estar localizado na região central, é muito frequentado por grande parte da população que mora aos arredores, já que é o único espaço que oferece este tipo de lazer na cidade.

Rihanna e Ashley estenderam o convite à participação na roda de conversa a algumas pessoas LGBTs. Levamos bandeiras, toalhas e panfletos da campanha, escolhemos um local e estendemos as toalhas na grama, o parque estava cheio e iniciamos uma conversa. Ressaltasse a minha impressão de que a cada encontro nosso a força tanto de Ághata quanto de Ashley e Rihanna parecia aumentar.

Combinamos mais um encontro e dessa vez com as pessoas que estavam trabalhando diretamente na campanha de Ághata. Seguimos até a pizzaria na qual Ághata havia trabalhado durante alguns anos, para uma confraternização até aquele momento da campanha. Esses encontros pareciam fortalecer Ághata. Ao mesmo tempo em que Rihanna e Ashley também estavam vibrantes com tudo o que estava acontecendo.

Um dos momentos que acredito ter sido muito importante para a campanha de Ághata, foi o almoço realizado no Pensionato de travestis de Blumenau. Neste dia a mãe de Ághata, cozinheira “de mão cheia” e a dona da pensão prepararam um almoço para cerca de 30 (trinta) pessoas. Dentre elas, Ashley, Rihanna e eu, as travestis que moram na casa (em

torno de dez), mais alguns amigos LGBTs de Ághata e a candidata à deputada federal do partido. O apoio dessa candidata foi de extrema importância para Ághata, visto que não é comum políticos apoiarem a causa LGBT e muito menos comparecerem a um evento em um pensionato travesti.

Entre um evento e outro, também realizamos várias panfletagens nas principais ruas de Blumenau e na cidade vizinha, Indaial. Nesses momentos Ághata aproveitou para fazer outras coisas, enquanto eu, Rihanna, Ashley e mais alguns amigos que estavam trabalhando na campanha nos direcionamos para as ruas. Durante a panfletagem escutamos muitas provocações e ameaças por parte dos motoristas, em sua maioria homens cis. Um desses momentos foi quando Rihanna ouviu um motorista dizer **“Vou pegar esse pau e te quebrar toda!”** (o homem estava se referindo ao cabo de madeira das bandeiras da campanha, a qual Rihanna segurava). Rihanna me disse que isso é muito comum e que já estava acostumada a ouvir essas atrocidades.

Outro momento da campanha foi a participação de Ághata em uma roda de conversa aberta aos candidatos de Blumenau e região. Novamente, Ashley, Rihanna e eu acompanhamos Ághata no evento em que os candidatos responderam às perguntas dos que estavam presentes. Participaram ao todo 5 (cinco) candidatos, sendo 3 (três) à deputados estaduais e federais e 2 (duas) candidatas, dentre elas Ághata para deputada estadual e outra para deputada federal.

No último momento, antes do meu retorno a São Paulo, foi marcado o ato na praça Dr. Blumenau, o #Elenão. A praça está localizada no centro da cidade, na rua XV de Novembro, uma das três principais ruas do centro, onde ocorre o tradicional desfile da *Oktoberfest*. A rua é o centro comercial da cidade e dá acesso à prefeitura e à Igreja Matriz São Paulo Apóstolo, tradicionais pontos turísticos. Em sua extensão, tem prédios com a imitação da arquitetura enxaimel e a praça, onde bandas típicas alemãs tocam aos finais de semana. Além disso, aos domingos, a rua é totalmente fechada para o fluxo de trânsito e liberada para pedestres, onde geralmente famílias de classe alta circulam por ali.

Ághata participou de um ato na cidade vizinha com outros membros da equipe, sugerindo que a representássemos em Blumenau. O evento abriu falas para quem quisesse participar e em um dos momentos Rihanna e Ashley subiram no palco da praça e vigorosamente iniciaram suas falas. Rihanna emocionada disse que muitas travestis

morreram para que elas estivessem ali, naquele momento falando com todos. Ashley falou da luta das mulheres Trans e travestis que ainda estão tentando conquistar seu espaço em muitos lugares.

Paralelamente ao ato “Elenão”, houve uma passeata de um grupo a favor de Bolsonaro que passaram em frente à praça Dr. Blumenau e seguiram para a praça da Prefeitura Municipal. Para não ter conflito entre os dois grupos, a polícia militar fez um cordão de isolamento entre a praça e a rua onde o outro grupo passava.

Ághata conquistou 775 (setecentos e setenta e cinco) votos no estado, não conseguiu se eleger, ficou como vigésima terceira suplente, mas sua campanha teve muita visibilidade e muitas pessoas elogiaram sua coragem e determinação. Particularmente, Ághata ficou feliz com o resultado que conquistou, apesar de ter acreditado que faria mais votos em alguns municípios onde recebeu um forte apoio pelas redes sociais. Acredita que essa campanha fortaleceu sua decisão para continuar se candidatando na política e mostrar que pessoas Trans também podem ocupar lugares de poder.

Cidadania T: últimas atividades do ano

Ainda no ano de 2018, fizemos uma reunião pelo *whatsapp* e deliberamos que deveríamos fazer uma última atividade, para manter acesa a potência conquistada durante a campanha. Depois de uma conversa falando sobre o corpo – a relação delas com o próprio corpo, com suas transformações e com sua forma de vestir – surgiu a ideia de se fazer uma exposição de fotos no saguão de um dos blocos da universidade. Como nesse espaço há grande circulação de pessoas, pensamos que seria interessante divulgarmos o projeto.

Rihanna e Ashley tiveram a ideia de fazer fotos de pessoas Trans que conheciam na cidade como se fosse para um editorial de moda. Ághata e eu gostamos da ideia e Ashley e Rihanna convidaram algumas pessoas para participarem da sessão de fotos. Mesmo em São Paulo, auxiliei e acompanhei a organização da exposição que contou com a participação de cinco modelos, dentre os quais dois homens Trans, uma mulher lésbica, Ashley e Rihanna e um homem gay, porém todos considerados pela sociedade como fora dos padrões de beleza, por seus corpos serem distintos daqueles que estampam as capas de revistas.

O título da exposição, “Transgressão: padrões incomuns”, foi criado por Ashley e Rihanna, assim como a produção visual e maquiagem. As fotos foram tiradas por um projeto fotográfico de três amigos de Ashley. A ideia era fazer fotos para um editorial de moda, com poucos objetos de fundos e destacando a beleza dos corpos de cada um dos modelos, com fotos individuais e também em duplas ou com o grupo todo.

No dia da abertura da exposição, as fotos foram suspensas por fios de nylon, Ashley posicionou as imagens de modo que as pessoas pudessem circular por todo o saguão. Enquanto Ághata e eu colocávamos as comidas e bebidas na mesa, Ashley e Rihanna ajudavam a posicionar o cartaz com as informações da exposição. Com o auxílio do setor de cultura da universidade, posicionamos a caixa de som, microfone e deu-se o início da abertura. Ághata fez uma fala potente, agradecendo a todos pela participação e pelo belo trabalho dos envolvidos e disse que ter uma exposição como essa na universidade é muito importante já que esse espaço não é ocupado por essas pessoas enquanto estudantes universitários e, acrescentou ainda que tudo foi feito com o apoio de outras pessoas que colaboraram financeiramente para que as fotos pudessem ser impressas bem como o cartaz, folders e banner do projeto.

Rihanna ficou muito orgulhosa de ver sua imagem nas fotos junto a seus amigos e disse que nunca imaginou ver fotos suas expostas na universidade. Ashley agradeceu a todos que participaram dessa empreitada e pensou em estender esse projeto a outras pessoas. Disse que seria importante fazer fotos com pessoas que perderam sua autoestima, pois o fato de se verem nas fotografias, favoreceria se orgulhar de quem ela é, com o corpo que ela tem.

Ághata não participou da sessão de fotos, dizendo que não se identifica com esse mundo da estética e preferiu que as outras fizessem esse trabalho.

Mais de cem pessoas compareceram à exposição que durou 10 dias. No local passaram muitas pessoas que deixaram recados no livro de registros com elogios. Avaliamos que a recepção da exposição teve uma boa aceitação e algumas pessoas nos falaram para expor em outros ambientes. Desse modo, decidimos que nos reuniríamos em 2019 para ver os locais que poderiam receber a exposição, que se tornaria itinerante. Outra avaliação do coletivo foi a de fazer algumas propostas de ações para o ano de 2019 que envolvesse arte e performances.

Assim, encerramos o ano, o que também significou o encerramento da pesquisa em termos formais para iniciarmos a escrita e análise dos dados, isto não significa que as atividades pararam.

7. ANÁLISE DO SINGULAR OU AS VIVÊNCIAS DO COLETIVO

Após a apresentação dos itinerários, dos espaços e das participantes da pesquisa, chegou o momento de analisar os sentidos singulares, buscando nas falas apresentadas nas entrevistas e registradas no diário de campo, as unidades de sentido que mais se destacaram, para elucidar o objetivo dessa pesquisa de refletir sobre a formação do coletivo na interface com a história de vida de suas integrantes e com o território. Desse modo, resgatamos os objetivos: identificar e compreender os sofrimentos que emergem nesse processo, as transformações que ocorrem no coletivo; compreender o papel da candidatura de uma das integrantes às eleições estaduais para o grupo e subsidiar o aperfeiçoamento e a participação do coletivo em seu território.

Para tanto, como escreve Vigotski (2009), é preciso conhecer o sentido singular, que resulta da forma como experimento, as afetações que recebo no dia a dia, ligadas às condições materiais, às relações e significados. Dessa forma, para se entender melhor o sentido, foi necessário conhecer e apresentar a história do movimento trans no Brasil e também o transfeminismo, enquanto teoria e prática e, além disso, compreender as condições históricas de Blumenau para o surgimento do movimento LGBT e do coletivo Damas D’Paus.

Após várias leituras do material e da comparação entre os diferentes procedimentos da pesquisa constatou-se que a unidade de sentido mais forte que centraliza todas as outras é o sofrimento ético-político e da desigualdade econômica, política e jurídica, revestidas de moralismo. É mais um sofrimento carregado de estigma e não só provocado por preconceitos, que pode ser conceituado de transfobia. Ao inserir, epistemologicamente, a afetividade na análise da desigualdade, consegue-se dimensionar a centralidade da ideia de humanidade no centro das reflexões de forma a não perder de vista, o sujeito e suas relações.

[...] a tonalidade emocional que impregna a existência do ser humano e se apresenta como: 1) sentimento: reações moderadas de prazer e desprazer, que não se refere a objetos específicos. 2) Emoção, fenômeno afetivo intenso, breve e centrado em fenômenos que interrompem o fluxo normal da conduta. (SAWAIA, 2014, p.100)

A partir dessa compreensão de sujeito, em sua totalidade, com desejos e afetos, foram levantadas quatro unidades de sentido, sendo que duas são dimensões do sofrimento ético-

político, que “desmascara a obscenidade presente na deformação do indivíduo pelas condições sociais” (SAWAIA, 2016, p. 25): 1) Sofrimento Trans: espacialidade e temporalidade; 2) Sofrimento da Normatividade Trans e do machismo. As outras três unidades se concentram no reconhecimento da existência da identidade Trans como humana: 3) “A Suzana Vieira é Suzana Vieira em qualquer lugar” ou a ilusão jurídica do nome social; 4) Sofrimento ético-político e a busca da potencialização da vida: o coletivo e 5) Minha performance social. Seguido de: 6) **Três caminhos possíveis: universidade, a política e o trabalho.**

1) Sofrimento Trans: espacialidade e temporalidade

“Nós estamos num relacionamento abusivo o tempo todo”
(Rihanna, 2018)

A frase que remete a epígrafe desta análise foi dita por Rihanna, no retorno de um dos eventos que ocorreu em Florianópolis – conforme já visto no capítulo dos itinerários – expressa um momento de angústia, quando conversávamos a respeito das dificuldades das mulheres trans e travestis em enfrentar os empecilhos em relação a sua inclusão na sociedade. Ao comparar a violência que as pessoas trans e mulheres travestis sofrem com aquela sofrida por mulheres em relacionamentos amorosos abusivos, a transfobia não dá trégua e se reveste de várias formas.

Rihanna referiu-se à violência como a principal dimensão do sofrimento, mas que não se restringe a um momento ou a uma relação ele é constante, meta temporal, vivenciado na relação com a família, com a sociedade e com o estado: são humilhadas, violentadas, segregadas, ignoradas como cidadãs, mas alvo claro de violência, descaso e ódio. Sendo o ódio o motivador de crimes cometidos contra essas pessoas, geralmente executadas com determinado grau de crueldade por meio de mutilações de órgãos, de membros e desfiguração de rostos (ANTRA, 2018). Esse tipo de violência física cometida contra essas pessoas é legitimada pelo meio social, através da invalidação de seus corpos como humanos.

Com a compreensão de que a vivência travesti é atravessada por uma rede complexa de experiências de violência que se expressam, em diferentes modalidades ao serem

inseridas socialmente pela inclusão perversa²⁵, Ághata, Rihanna e Ashley sofrem a partir de fatores econômicos, jurídicos, afetivos e éticos. Estes se configuram como mediações que as cerceiam a todo instante, sem trégua, são eixos fundamentais da exclusão, vividos por elas como injustiça social (SAWAIA, 2014).

Impedidas por diversas mediações que se configuram desde a infância em seus ambientes de sociabilidade, destaca-se que a mãe é o único porto seguro e apoio, de maneira que a relação estabelecida tem por base o valor do afeto, essa relação torna-se mediação possível entre elas e a sociedade (SAWAIA, 2007). Foi possível perceber, durante a pesquisa, o envolvimento afetivo entre as participantes e suas mães. Houve momentos de preocupação de ambos os lados, tanto por parte de suas mães para com elas, como o cuidado por parte delas com suas mães. Um exemplo disso, foi quando Rihanna acompanhou sua mãe em alguns lugares para resolver problemas burocráticos referente ao trabalho de sua mãe e também em uma consulta médica, assim como Ághata, que em vários momentos – como já mencionado nos itinerários – recebeu o apoio de sua mãe, seja nos momentos da campanha, no acompanhamento ao cartório, ao médico e entre outros lugares. Ashley também dizia que sua mãe a apoiava em suas decisões, mas existia uma preocupação muito presente por parte de Ashley com a questão financeira, por não conseguir contribuir financeiramente nas contas da casa. Essa preocupação era constante não somente de Ashley, mas também de Ághata e Rihanna.

Apesar desse suporte familiar, as formas de exclusão das pessoas trans, geralmente iniciam na infância, na casa, quando ocorrem comportamentos considerados destoantes daqueles esperados para o sexo biológico e se estende à escola e às ruas. Conforme os relatos das participantes da pesquisa, a transfobia é a base de todos os sofrimentos relatados. A humilhação e a violência a ela associada já começa em casa, mas, ressalta-se que nunca pela mãe, que lhes dá apoio. Esse *bullying* se estende, principalmente à escola onde se transforma em violência física, e na rua, mas também na busca por emprego. A literatura também endossa esse processo, como apontado por vários trabalhos, a exemplos de Hartmann (2017); Pedra (2018) e Cardozo (2009) entre outros.

²⁵ Todos nós, de certo modo, somos inseridos na sociedade, mas as condições sócio-econômicas e para além delas são experimentadas individualmente de forma distinta. Daí o movimento da dialética exclusão/inclusão perversa, pois implica em diversos âmbitos da vida do sujeito em suas características relacionais, materiais, subjetivas e políticas. O mecanismo deste processo inclui para excluir e seu resultado faz parte do funcionamento próprio do sistema capitalista (SAWAIA, 2014).

Destaca-se que Ághata relatou não recordar dos momentos da infância, mas que presenciou brigas na família e na rua por seu jeito ser diferente do esperado para seu corpo. Já Rihanna nos conta as primeiras divergências vividas na infância em seu ambiente familiar:

E isso gerou uma briga enorme dentro de casa, porque meus irmãos, que moravam até então conosco, é... falaram que eu ia ser uma menininha e tal. E minha mãe ela, ela... uma mulher que veio do sítio, que tem até a quarta série, que criou sete filhos é...tipo...ela não tinha o entendimento, ela também não falava “Ai, seja menino!” ou “Seja menina!” Ela deixava eu ser quem eu era. E desde então foi assim. Tentei me readequar várias vezes, depois disso... é no formato né? Que “Ai! Você é um menino!” e tal, mas mesmo assim não dando.

Apesar do suporte da mãe, Rihanna estava sendo pressionada pelos seus irmãos a se adequar ao ouvir deles que era um menino. A continuação da pressão social ocorre também em outros ambientes de socialização como na escola. É na escola onde acontecem as formas mais primitivas de violência entre crianças e adolescentes que não se enquadram na heteronormatividade. Essas formas primitivas se manifestam desde agressões verbais até mesmo em violência corporal e em últimos casos podem resultar no suicídio. Rihanna nos conta sobre uma situação que sofreu na escola:

Sofri muito bullying na escola, só que o bullying eu não considerava como bullying porque era uma autoafirmação de quem eu era...a: Tipo eles me chamavam de Xuxa, de menininha e eu gostava porque realmente eu me, eu me via como uma menina. Sabe? Então isso não me atingia, então daí, como isso não me atingia, passaram as agressões e tal.

Importante destacar que Rihanna não sentia que estava sendo humilhada quando a chamavam de Xuxa e menininha. Para ela a identificação com Xuxa e menininha não era um problema, mesmo que os outros lhe apontassem de forma pejorativa, pelo contrário, era a forma como se sentia, era um reconhecimento do que sentia. Justamente por se identificar com o “ser menininha”, as violências sofridas passaram de verbais para as agressões físicas por parte dos colegas da escola, estas se tornaram estratégias para manter tais comportamentos alheios ao que é “considerado humanamente normal” (BENTO, 2006, p. 93).

Rihanna compreende que a descoberta da sua transexualidade se deu desde “*que eu me entendia por gente. Vamo colocar pra ser assim mais né... desde que eu consegui escolher as coisas que eu poderia vestir*”. Segundo ela, sua mãe nunca a impediu de escolher a própria roupa, apesar da forte pressão que sofreu por parte dos irmãos para se “adequar” ao gênero atribuído ao seu corpo, o que lhe causou sofrimento nessa tentativa de seguir os

padrões de comportamentos considerados normais. Independentemente do apoio da mãe, Rihanna relata que ela foi chamada na escola em que estudava:

E eu continuei nessa escola mesmo daí com as agressões físicas, diárias, mesmo essa escola tendo, tentando me expulsar 3 vezes...por eu não ser normal. Eu escutei isso da diretora, da diretora, da diretora ou coordenadora, eu não sei ao certo, mas eu fiquei do lado de fora, ela tirou a minha mãe do trabalho da minha mãe e a minha mãe foi na escola, eu fiquei do lado de fora e eu escutei ela fala isso pra minha mãe. A minha mãe também com sangue nos olhos (risos!) agrediu ela [a diretora] e enfim daí se instaurou um negócio, mas mesmo assim eu continuei mais um ano nessa escola.

É visível na fala que Rihanna tem o suporte da mãe desde sua infância, apesar de que não foi somente durante esse período da vida que sofreu agressões, mas também, por exemplo, quando foi fazer um curso técnico de moda no Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI); seu sofrimento continuou por meio da transfobia, *“e daí depois eu ingressei no SENAI, não conclui por causa também de que eu comecei a sofrer umas transfobias lá, quando eles descobriram que eu era uma...um... “Um Travesti” como eles falavam na época...”*.

Rihanna sofreu de um lado, agressões por parte dos colegas da escola e do curso e, de outro, a negligência por parte das duas instituições. O que demonstra que a escola não acolhe e nem oferece condições para a permanência dessas pessoas. Além disso, corrobora para um ambiente de violências por parte dos sujeitos que constituem o ambiente escolar. Esta forma de violência que as pessoas trans passam nos circuitos das relações, as impossibilita de frequentar os espaços de ensino regulares, o que resulta na evasão escolar e, por consequência da baixa escolaridade dificulta sua inserção no mercado de trabalho formal.

Percebe-se, com isso, que ao ser roubado da pessoa trans o direito de frequentar a escola, conseqüentemente, é roubada a expectativa de ascensão social, a possibilidade de exercer a profissão desejada, enfim, lhe é roubada a possibilidade de inserção social (SILVA; SOUZA, 2018, p. 5).

A exclusão ocorre nesses ambientes sociais, nas suas relações e também na convivência em sociedade de maneira geral, o que implica, na grande maioria dos casos (cerca de 90%), no trabalho com o sexo como sendo a única opção (ANTRA, 2018). No caso das participantes da pesquisa, apesar de serem apoiadas por suas mães quanto às suas identidades de gênero, Rihanna e Ashley também não haviam concluído seus estudos em

escolas regulares, devido ao sofrimento causado pelas violências do ambiente escolar. Somente alguns anos mais tarde, já na fase adulta é que puderam concluir o ensino médio (no caso de Rihanna retornou em 2019 para os estudos) em regime de supletivo. Apesar disso, relatam sentir falta de um convívio no ambiente escolar. Distintamente delas, Ághata chegou a concluir o ensino médio em escola regular, mesmo com o sofrimento deste ambiente, por ser diferente dos outros meninos.

Um pouco diferente de Rihanna, para Ashley, seu sofrimento iniciou a partir da não identificação com os comportamentos e estereótipos esperados para seu corpo ainda na infância,

Acho que toda história de pessoa Trans começa quando era criança né..., meu pai, meu vô, e eu nunca, achei que fosse igual a eles assim...E, tipo, nunca... eu, eu... desde muito cedo, muito cedo.... Eu não me via como um menino assim, eu não... eu não saía, fazer as coisas que eles faziam, eu realmente, da minha cabeça, eu não era um menino assim...

Sua percepção sobre si foi sendo alterada a partir da adolescência,

Só que eu não tinha essa percepção de que eu era uma mulher. Até porque não achava que fosse possível né?! Aí eu comecei...quando fui ficando mais velha, né. Na minha adolescência, eu fui descobrindo essa questão de pessoas que não tinham gênero...e...foi assim que, que... que eu comecei a...a me reconhecer, no começo...de... uma pessoa que não tinha gênero, que eu não era um menino, eu sabia desde sempre, desde criança eu sabia que eu não era um menino. Mas eu não achava que eu fosse uma menina porque... enfim... né?! tinha todo uma questão de cultura, de vim de uma família machista, de achar que travesti era só...prostituição, droga e...marginalidade né?

Ashley aponta que não havia um reconhecimento de si como menino desde muito cedo relacionando às coisas que eles (seu irmão, pai e tios) faziam e que ao mesmo tempo não tinha a percepção de que seria uma mulher, por não achar que fosse possível. Mas a partir da sua adolescência, conheceu pessoas sem gênero e percebeu que para ser mulher, só existiria a possibilidade de ser travesti aos moldes de prostituição e da marginalidade. Isso demonstra como a naturalização da imagem de travesti ainda é atravessada pela sua possibilidade de existir somente por estas vias.

Tanto para Rihanna, como para Ashley, as identificações com o gênero feminino ocorreram de modos distintos. Rihanna nunca teve dúvidas de que era mulher, pois suas identificações com os adereços e vestimentas considerados femininos ocorreram desde criança. Diferentemente de Ashley, que não teve identificação com as coisas que os homens

de sua família faziam, mas ao mesmo tempo, não sabia da possibilidade de ser uma mulher. É na adolescência que ocorre uma ampliação de horizontes e de expansão da compreensão dos significados sociais, ou seja, é nesse período que o adolescente irá formular as noções de feminino e masculino mediadas nas relações sociais (VIGOTSKI, 1996).

Apesar disso, Ashley relata que sentia um vazio que foi acompanhando ao longo de sua vida, mesmo dizendo que não tinha gênero algum. Ao se vestir diferente, com adereços como alargador e piercing sentia que precisava de alguma mudança, pois “*nunca chegava lá*”. Foi quando acreditou que sua mudança viria por conta de uma oportunidade de emprego que surgiu em outra cidade, onde trabalhavam algumas meninas trans (ela não revelou o local do trabalho). Ashley nos conta sobre esse encontro,

e aí eu conheci...uma delas e a gente começou a saí e tal...e eu comecei a ver outra realidade assim... elas não eram meninas que se prostituíam... elas não né... não tinha essa marginalidade que na minha cabeça então era só isso...E apesar de que eu já conhecia a Rihanna, já conhecia outras meninas trans aqui em Blumenau, eu nunca tive...eu nunca pensava assim que, que eu era...próxima aquilo sabe? E aí lá eu comecei a conhecer e daí eu, eu comecei a ver que era possível eu ter um emprego...sendo assim que...né? E essa questão foi me cutucando, me cutucando e explodiu assim...Foi aí que eu comecei a comprar ... mais maquiagens, porque eu já usava (risos) antes... mas aí comecei mais...**E eu comecei a fazer um negócio muito louco assim...que eu chegava em casa, eu me montava de menina, eu trabalhava num lugar que vendia roupas aí eu, só assim mais de vestidos, e claro que eu não ia trabalhar assim mas eu chegava em casa tipo...(pausa) era um momento de alegria do dia, chegar em casa e me vestir de menina né? ...e...ir pra frente do espelho e ficava me olhando e às vezes eu ficava horas assim só me olhando. E cara, era tão bom, tão bom, tão bom...e aí... nisso eu comecei e pensei “Ai! Quer saber? Foda-se!” Comecei a sair assim na rua!**

A identificação com o gênero feminino para Ashley foi ocorrendo de forma gradual, conforme sua convivência com outras mulheres trans em seu ambiente de trabalho, o que modificou sua visão sobre ser mulher trans que até então só existia na possibilidade de trabalhar com a prostituição. Apesar da satisfação diante de sua imagem frente ao espelho, Ashley comenta sobre o seu sofrimento,

E...foi bem difícil né?! Porque as pessoas te olham muito mais, até então eu não sofria assédio diretamente né? Eu comecei a sofrer assédio e isso foi me deixando mal assim, eu acho que... e eu tava muito sozinha lá! E eu fui...desenvolvendo...uma depressão mesmo assim porque, por tá confusa, por achar que o que eu tava fazendo era uma coisa que eu devia fazer só escondida no meu quarto, não achar que, que eu poderia sair assim na rua...Tanto quando eu comecei a sair era escondido das pessoas daqui de Blumenau, ninguém sabia que eu tava saindo assim na rua lá sabe...Aí, (risos)... enfim...é...é uma parte muito importante isso que eu vou falar, eu não gosto muito de falar, mas...foi graças a isso também que, que eu pude ter mais segurança de quem eu era sabe...Um desses dias que eu saí assim...de menina na rua, eu tava voltando pra casa...e...sofri uma

violência na rua né...e isso assim me deixou muito mal depois assim, eu fiquei pensando muito se realmente valia a pena, se era isso que eu queria, que eu ia passar por isso mais vezes, que... enfim, aquela confusão, aquela tristeza...triplicou sabe? Só que...ao invés...de pensar que eu tinha que fugir disso, que eu tinha que deixar de ser assim por causa disso que eu sofri, eu tomei o caminho contrário assim, pensei “não! agora assim eu tenho mais certeza!” sabe? De que é isso que eu sou...de que eu sou uma mulher...de me olhar no espelho e dizer assim “Eu sou uma mulher!” Eu não tenho que ter vergonha por isso sabe?!

O relato de Ashley mostra que, quando iniciou sua transição, os olhares na rua eram constantes, justamente por não estar conforme seu gênero. As diferenças entre o corpo biológico e vestimentas/adereços considerados inadequados para seu corpo, são incompreendidas pela sociedade, mas não por ela que se alegra com a imagem refletida no espelho. Ao mesmo tempo, soa estranho quando esses olhares assediadores a colocam em dúvida, o que é sentido por ela como tristeza implicando em um processo de vergonha por ter que esconder dos outros o que realmente é, e no medo em se lançar nesse corpo feminino pela possibilidade de sofrer outra violência novamente. Em contrapartida, ao ver sua imagem no espelho, sente satisfação de se perceber como mulher.

Ao abdicar do campo da masculinidade, as travestis são estigmatizadas e desvalorizadas no campo do feminino, sua existência passa a ser um desvio de caráter, daquilo que ultrapassa o vergonhoso “motivo de escárnio e objeto de reações violentas.” (DUQUE, 2009, p. 129).

O caso da agressão física sofrida por Ashley realça o medo dela de sair de casa vestida de mulher, por mais que sinta que essa seja a sua identidade de gênero. Essa exposição em público no início de sua transição pode se tornar um risco para sua própria vida, principalmente quando está na rua. A rua é o local onde muitas mulheres travestis trabalham, mas também estão expostas a diversas violências. Além disso, o medo se torna constante ao saber que o Brasil é o país que mais mata essa população. Até dezembro de 2017 o número chegou a 179 pessoas transexuais, entre homens e mulheres transexuais e mulheres travestis. É também o país que não tem dados oficiais sobre essas mortes. Esses dados são coletados e reunidos a partir das informações disponíveis em jornais e pelas páginas da internet (ANTRA, 2018).

Em muitos casos não há respeito ao nome social da vítima o que dificulta definir esse número com exatidão. A exclusão que ocorre na vida de pessoas transexuais e, principalmente, de mulheres travestis não é também contabilizada na morte de seus corpos.

Apesar da alegria em se contentar com o que viu diante do espelho, Ashley relata que ainda não havia contado para sua família sobre essa mudança e que preferiu contar a uma amiga sua que foi passar uns dias na casa onde morava ainda na outra cidade,

E foi nesse dia que eu contei pra ela assim, que fui... ela me encontrou já montada... já... foi pra balada comigo. Aparentemente aceitou, aparentemente foi de boa, mas... depois não foi assim né?! E aí nessa mesma época eu conheci um...até então um menino né?...que...também tava fazendo transição e a gente começou a namorar...

...que é a (nome da ex-namorada), a minha ex. E foi... assim que a gente foi se descobrindo juntos sabe? Experimentando as coisas, a questão de hormônio, tinha a questão de judicial, como que a gente ia ter que correr atrás...Foi muito bom esse apoio de assim...começar essa vida com alguém que tava passando as mesmas coisas que eu sabe?

Ashley não esperava sofrer preconceito por parte de sua amiga que, aparentemente teria a compreendido. Em compensação, conheceu sua ex-namorada que também iniciou o processo de transição junto com ela, o que facilitou passar por essa fase, tendo um apoio.

Porém, ao retornar para Blumenau, Ashley nos conta das outras dificuldades que enfrentou,

E...daí depois eu voltei pra Blumenau, junto com ela (a amiga), a aí...enfim, já não tinha mais o que esconder, já... Só que era uma confusão assim enorme porque essa minha amiga era muito minha amiga, e ela tentava fazer eu mudar de ideia o tempo todo sabe? E eu sofria uma pressão externa por não... daí eu saí do meu emprego lá de (cidade que estava morando) e vim pra cá sem emprego, e daí eu via que eu não ia conseguir emprego...chegava a sair, procurar emprego vestido de menino na rua, sendo que já não era mais como eu me identificava, eu já sabia...enfim, foi muito, muito, muito difícil fazer isso assim...Aí... no meio dessa história toda, teve a minha mãe também, que eu não... até então eu não tinha o contato com ela...mas não era por causa disso, era por causa de toda a nossa história de vida assim...que a gente nunca foi próxima e tal...Aí no meio disso tudo, eu desempregada, sofrendo pra arrumar emprego...

É possível verificar o sofrimento entre ter de se adequar ao gênero, tanto por parte de sua amiga como pela pressão em ter de conseguir emprego quando retornou à Blumenau. O que implicou em voltar a se vestir de menino, ou seja, de se submeter a um padrão que não lhe cabia mais naquele momento, para tentar um novo trabalho. É nesse contexto, atravessado pelo preconceito e desatendimento de direitos fundamentais, que essa exclusão estrutural vai se configurando na dialética exclusão/inclusão social. A naturalização das conformidades de gênero com o sexo biológico nas instituições valida práticas de exclusão das pessoas trans nesses ambientes impedindo-as de acessarem outros espaços de sociabilidade. Nessa relação heterogênea, as exigências sociais ultrapassam os valores

econômicos legitimando determinadas características como da identidade, da afetividade, da sociabilidade, da consciência e da inconsciência em detrimento de outras (SAWAIA, 2014).

Em síntese, o sofrimento trans tem, aparentemente, uma espacialidade que se constrói em torno da família, escola e rua, mas sua temporalidade extrapola tais territórios e os transforma em onipresente, cristalizado como fala Rihanna “**Nós estamos num relacionamento abusivo o tempo todo**”.

2) Sofrimento da Normatividade Trans e do machismo

As três integrantes do coletivo afirmam que há uma normatividade LGBT no que se refere às características de uma mulher travesti, a exemplo disso Ághata nos diz, “*...tem que ter aquela necessidade de tá feminina, e de parecer feminina e de forjar a persona dela nesse feminismo... **necessidade de ser todo momento reconhecido como mulher!***” E explica o que a normatização trans faz com as travestis que precisam se encaixar,

Porque quando a gente se monta, não sei se você se lembra (se referindo a Rihanna), você se monta tudo o que uma mulher pena pra usar...que é o salto, o vestido que toda hora você tem que tá assim (demonstração de puxar o vestido pra baixo), uma coisa que você se aperta, que você tem que tá quase tendo, né? E é assim, porque você usa tudo o que a mulher usa pra se oprimir, que é pra mostrar um corpo.

Essa necessidade de ser reconhecida a todo o momento como mulher é uma exigência observada por elas, principalmente no meio LGBT, o que implica em um sofrimento que em sua opinião,

As vezes você mata a pessoa que você é, pra ser reconhecida como uma mulher. E nem 100% ninguém é mulher e homem, ninguém é 100% feminino a todo momento, ninguém é 100% masculino a todo momento. Então aquela identidade(risos), né? Na foto, aquela coisa assim né?

Ághata e Rihanna explicam o exemplo de uma amiga travesti que tem dificuldades em aceitar seu corpo e seus aspectos considerados masculinizados, Ághata diz:

O que exige bastante demanda, exige bastante desconstrução, né?! Pra gente aceitar! Só que em nenhum momento, eu como uma, uma transfeminista, posso deixar isso passar batido... que a gente tem problema, as vezes, né? (ao se referir

em algumas partes do corpo) E acaba de ser reconhecida como a pessoa que é, entende (ao se referir ao padrão da normatividade trans, se perde quem se é)?

Enquanto discorrem sobre o que é ser trans apontam essa normatividade trans e os aspectos do machismo como geradores de sofrimento. Como exemplo disso, Rihanna relata a imposição de um modelo de corpo com muito silicone,

No meio trans usa assim...quanto mais ml você tiver no peito, mais bem vista perante as outras travestis você vai ser, mais respeitada! Você não vai ser, um viadinho de peito. É uma coisa muito ridícula sabe? Eu tava indo por esse mesmo caminho, sabe. Queria bota silicone, queri... queria bota silicone, queria fazer cirurgia... E tipo, de tá sempre colocando silicone enfim e tal, né?! E o que, o que as pessoas, muitas pessoas trans não entende, é que, colocar silicone, fazer alguma cirurgia plástica é pro bem-estar! Assim como uma pessoa cis coloca!

Esses aspectos da normatização trans passam pelos procedimentos estéticos, cirurgias e pelos adereços e cosméticos por elas utilizados. Rihanna aponta que é imprescindível para uma travesti sempre estar com muita maquiagem,

E tipo essa, essa necessidade, tô perdendo bastante... um pouco. Claro que eu amo maquiagem... Amo... Porque eu era, eu tava caminhando pra uma normatização... no meio trans que talvez seja legítimo, porque realmente elas precisam dessa necessidade porque é a única coisa imposta para nós, né? Enfim porque eu quase já fiz programa, né? Realmente não consegui fazer porque não tive axé. Aloka! Como diz a Ághata!

Explica que só não conseguiu fazer programa, pois não teve “axé” (sorte, na linguagem pajubá). Fazer programa seria um meio para sua subsistência, porém como ela não se encaixa nessa normatividade de ter um corpo com muitos “ml” de silicone, isso não é uma possibilidade ou sorte. Rihanna destaca sobre essa normatização que aprisiona e exclui *“Porque é essa a normatização, entendeu? Tipo de ou você só tá sendo aceita por aquilo, se você sair fora daquilo, você já não é mais aceita! Sabe?”* O sofrimento, nesse sentido, é atravessado pela normatividade aprisionadora de ter um corpo perfeito, sendo que, pelo fato de elas estarem em condição de desigualdade social, ele é somado à pobreza e ao aprisionamento em determinadas profissões.

Com relação a essa normatividade, as três entrevistadas concordam que é da ordem do machismo que essa imposição do corpo se apresenta. O que está diretamente ligado com a competitividade entre elas, a ter a maior quantidade de “ml” tanto nos seios como no restante do corpo. A isso, Ághata acredita ser produção do machismo por meio da competição, como nos diz *“A competição entre as trans é muito fruto do machismo, porque*

o homem, ele é muito competitivo... A mulher também é, e quando a mulher é competitiva com uma outra mulher, ela tá sendo, machista. 'Porque você tá gorda ou você tem celulites'”

Ághata se refere a essa reprodução do machismo no meio trans como “androgênico”, ao utilizar esse termo, remete-se a androgenia que pode ser tanto a mistura das características femininas e masculinas em um único corpo, ou uma forma de dizer que este corpo não é nem feminino e nem masculino,

É a mesma coisa a reprodução desse machismo...ãh...digamos assim “androgênico” no meio trans, porque “Ai não! Mas é só um viadinho” (referindo-se ao que as mulheres trans e travestis dizem por observarem outras mulheres travestis que não aplicam silicone nos seios mas que fazem uso de hormônios) né? Eu sou viadão pra caralho! (risos)

Rihanna a respeito dessa normatização trans, diz que já tentou se adequar, mas que hoje em dia não se preocupa mais com isso e, relata uma situação em que encontrou uma amiga trans no mercado perto de sua casa,

Antigamente não eu saía, não ia no mercado comprar tipo assim, um leite.. Sem me maquiar, sem fazer toda a palhaçada, como dizia a minha amiga Aloka. Sim! É uma palhaçada! Que obrigação é essa cara? Tipo agora... Assim eu levanto, faço um coque no cabelo, as vezes coloco um óculos porque a cara tá muito amassada e vou. Daí esses dias eu encontrei uma amiga minha e ela disse “Ai bee (bicha), o que aconteceu contigo? Meu deus!” Respondi “Ai querida, então a minha vida tá ótima! Tô livre!” Aloka!!(risos) E aquela, aquele calor e ela com aquele cabelo solto e ela maquiada... E tipo, eu toda esfarrapada e enfim... Levantei da cama, fui compra alguma coisa no (mercado), porque eu não queria fazer almoço, e tipo, sem maquiagem, sem nada! Tô nem aí! Sabe?

Rihanna destaca que uma das motivações de estar sempre produzida é o medo de ser confundida com homem. Medo que foi perdendo,

Agora, tipo eu tô pouco me fudendo, se uma pessoa olha pra mim, antes eu tinha muito medo, eu tinha muito medo que uma pessoa olhasse pra minha cara e falasse bem assim “Ah! Meu deus mas é um homem!” Morria de medo! Morria! Hoje em dia eu até...Eu quero que pergunte mesmo, se tiver dúvida, pra mim falar, realmente eu sou, se você considera homem ter um pinto no meio das pernas, eu sou! Sabe?

Ághata concorda com Rihanna enfatizando que agora: *Eu gosto tá!* E comenta sobre sua mudança,

É que tem o lado de ser perigoso (refere-se ao perigo de falar que é travesti para um homem cis hétero, pois podem sofrer violência), mas que nem na boate (na

boate LGBT que Ághata trabalha), agora que eu tô na boate, eu fiz questão de ser mais, mais masculina o possível.

O sofrimento sentido por elas dentro do movimento LGBT é caracterizado por algumas dimensões principalmente no que se referem ao preconceito e às exigências de feminilidade que são impostas a elas. É nesse sentido que mesmo ao se auto identificarem como mulher, essa colocação, “não dá conta de resolver o caso, visto que o papel que a pessoa desempenha no mundo não é decidido de maneira unilateral, por decreto, mas sim através duma negociação tensa de sentidos entre o que é ser e o que é parecer.” (RODOVALHO, 2017).

Sawaia (2015) nos recorda que é necessário enfrentar a ideologização da subjetividade e dos afetos, considerando-os como unidades de análise psicossocial da desigualdade, pois não se deve esquecer que tais condições subjetivas se originam da materialidade e por ela tem a possibilidade de transformar. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que essas negociações passam pela via dos sentidos, estes são percebidos através da materialidade do corpo das travestis, sendo atravessados pelas desigualdades, tanto social como economicamente. É pela via material que as negociações da feminilidade são identificadas, portanto, o fator econômico subsidia as modificações corporais, procedimentos estéticos e cirurgias e a adoção da feminilidade na aparência com a aquisição de vestimentas, acessórios, maquiagens e entre outros. O que vai gerar conflitos nessa identificação tanto na sociedade como um todo, como também dentro do próprio movimento LGBT.

3) “A Suzana Vieira é Suzana Vieira em qualquer lugar” ou a ilusão jurídica do nome social

O nome social, do ponto de vista das participantes da pesquisa, contrasta com as reais necessidades que surgem em seu cotidiano. No momento desse relato, ainda não havia sido aprovado pelo CNJ a alteração do nome e sexo na certidão de nascimento. Sobre o nome social, Rihanna comenta,

A gente ainda tá lutando pra ser chamada como a gente se identifica, como a gente é realmente! Né? Isso é muito ridículo se parar pra pensar! Né? Claro que na hora

ali no dia a gente fez uma festa tudo (sobre algumas regulamentações aprovadas pelo governo quanto ao uso do nome social em algumas instâncias), mas a gente tava fazendo uma festa de uma pessoa que... sei lá, que completou 18 anos! (risos) Tipo, sabe? Uma coisa muito...que para algumas pessoas realmente pareça fútil e pras outras...Porque hoje o nome social, pra mim é uma porcaria gente porque... na mesma hora que você tem alguma coisa, não tem! É uma coisa tá voando toda hora.

Ághata mostra um exemplo de que o nome social não alcança a totalidade do problema, pois uma travesti não circula somente nos espaços públicos de saúde, existem outras demandas que exigem documentação e que não possuem regulamentações a respeito do nome social. Um exemplo dessa situação foi quando podia usufruir de um plano odontológico que possuía em seu último emprego, ela relata:

Que nem eu ia fazer o tratamento no dentista, também ela (a dentista) falava “Ághata, não vai esquecer do teu, do teu imposto!” Eu disse “Não, mas eu não tô declarando imposto agora né!” “Ah tá! Porque depois ia dar problema pra você, né? Na receita federal!” E realmente dá! Entende? Então o nome social, a toque de canetada, que nem foi feito através da Dilma, não criticando mas também criticando, ele por um lado ele ajudou, mas ele, é... o nome social, ele sempre vê a travesti a margem né?! Porque uma travesti fica apenas precisando do serviço público de saúde! Mas não é assim!

E dá exemplos de que o alcance do nome social é falho,

Tem a travesti que as vezes ela pode ser empresária, que ela vai ter que pagar os tributos, e aí? Como é que vai ser? Entendeu? Ela vai ficar ainda mendigando e ainda pagando o preço por ter utilizado uma lei que beneficiava ela? Não, é a medida provisória que beneficiava ela! Então a questão do nome social... eu já fui também questionada “Ai não! Cê tá falando isso porque foi um avanço!” Foi um avanço reconhecer! Que é uma obrigação deles reconhecer porque o artigo 5o cê lê é claro da constituição, que todos são iguais... mas aí entra a questão todas são iguais como? Porque a Suzana Vieira continua sendo a Suzana Vieira sendo que o nome dela não é Suzana Vieira e sim é o nome social.

Fica claro nessa fala de Ághata que a dialética exclusão/inclusão social, por meio da inclusão do nome social, tem seu caráter ilusório. Ao analisarmos do ponto de vista econômico, uma mulher trans poderia ter impostos para pagar, mas não seria possível utilizar seu nome social para isso, “já a Suzana Vieira”, como ela diz, “não precisaria comprovar por meio de documentos que é a Suzana Vieira.” A desigualdade social e econômica são as nuances que atravessam e impedem o acesso aos mesmos direitos.

Rihanna nos mostra por outro exemplo, sobre os jogadores de futebol, que conseguem se hospedar em hotéis com o nome social e exemplifica,

Teve uma, teve um caso no Instagram que eles tavam cobrando um jogador que tinha se hospedado com o nome fictício, né? Enfim, é como eles tavam falando na matéria mas que o jogador falou que não ia pagar porque...O nome dele não era aquele. Enfim, isso deslegitima o nome social, causa uma confusão e nos coloca mais uma vez marginalizando porque, né?

Ághata relembra que, no setor privado, as empresas precisam cumprir com o protocolo, solicitando o nome de registro, mas em sua opinião,

Se o estado reconhecesse a identidade Travesti como humana, a identidade Trans, como humana, aí não existiria esse problema! Porque quando a gente muda o documento, você é basicamente obrigada a mudar o teu gênero, masculino ou feminino.

O nome social é um grande desejo e também uma decepção, pois estabelece uma condição de subcidadania, ou seja, da inclusão de forma perversa onde são incluídas (SAWAIA, 2016) em determinado grau em alguns espaços como cidadãs – a exemplo das regulamentações do uso do nome social nos âmbitos federais, na saúde e educação –, mas excluídas de outros, como o exemplo citado por Ághata, das relações financeiras. Mesmo com o provimento de nº 73 aprovado pelo CNJ no ano de 2018, esse não é garantia de acessibilidade dos serviços e reconhecimento da identidade de pessoas transgêneras. Como é apontado por Ághata nesta última fala, se o projeto de Lei João W. Nery²⁶ fosse implementado no Brasil, a identidade Travesti seria reconhecida como humana e, mesmo com as mudanças de governo, não haveria o risco de ser anulado, o que poderia acontecer em governos conservadores, caso fosse retirada a aprovação do CNJ.

Apesar de terem clareza que a judicialização não resolve, mesmo com a permissão da lei para mudança, a sociedade ainda não reconhece sua identidade como humana. Como nos aponta Rihanna ao dizer “*Em tese as pessoas trans que tem passabilidade vão talvez conseguir ter mais chances de conseguir um emprego*” o que diferencia no caso das travestis que em geral são trabalhadoras do sexo, vivem em condições precárias, de baixa renda, implicando diretamente na dificuldade financeira em poder realizar mudanças corporais para passarem “despercebidas” como mulheres cis. Ou seja, a passabilidade cis, se configura como uma estrutura objetiva desse sofrimento, afinal, por mais que no papel o nome seja Maria, do sexo feminino, certas características físicas não são identificadas pela sociedade como as de uma mulher, logo, em resposta a uma entrevista de emprego, por exemplo,

²⁶ Projeto de Lei de identidade de gênero (PL 50002/2013) inspirada na Lei de identidade de gênero da Argentina, dispõe do direito e reconhecimento da identidade de gênero, visando a integralidade da pessoa.

podem receber um “*entraremos em contato*” como disse Rihanna ao se referir a essas pessoas.

Relatos de militantes e ativistas trans mostram como não ser reconhecida como uma pessoa trans faz diferença em pequenos atos do cotidiano, desde o frequentar ambientes públicos até a busca por uma ocupação. Isso tudo demonstra como não ser um sujeito abjeto, e estar dentro das expectativas que o gênero nos impõe seleciona quem tem o direito de existir e ter visibilidade dentro da sociedade (HARTMANN, 2017).

Portanto, a adoção do nome social torna-se uma “gambiarra legal” (BENTO, 2014) aos moldes adotados pelo Estado sendo introduzido como norma em determinados espaços do poder público. Inserido de forma precária, o nome social se reveste de reconhecimento da cidadania dessas pessoas, mas com determinados limites, o que por sua vez as impedem de acessarem outros espaços enquanto cidadãs.

No que tange a alteração do nome nos documentos, conforme já exposto nos itinerários, Rihanna, Ashley e Ághata conseguiram fazer a mudança de seus nomes, apesar das dificuldades financeiras em conseguir todos os documentos necessários para essa alteração, o que não significou *happy ending*, ou o último passo para a inclusão.

4) Sofrimento ético-político e a busca da potencialização da vida: o coletivo

O coletivo é um lugar de potência, conforme as participantes da pesquisa afirmam, mas pelo fato de serem trans, muitas vezes, o coletivo se torna outra fonte de sofrimento ético-político como relatado por elas na sua participação no movimento LGBT. Mesmo no movimento LGBT, a luta pela inclusão é diferente entre pessoas que representam cada uma das siglas. A respeito disso, Ághata deixa claro o motivo que a levou a criar o coletivo Damas D’Paus junto à Rihanna, usando a expressão “empatia de causa” para explicar a diferença da relação dela com o movimento trans e os demais movimentos:

É, eu não posso dizer que é um nome em específico, ou uma palavra que vai resumir, porque, o meu corpo é um corpo trans, o meu corpo ele exigia, ele exige de mim a necessidade de inclusão, porque eu sou uma trans. Como diz a, a Priscila, a Priscila né, que é a Mulher Pepita (cantora trans) “Eu não levanto bandeira, eu vivo debaixo dessa bandeira” Acontece muito quando algumas gays levantam bandeira e fazem discursos bonitos e depois continuam numa imagem cisnormativa. E quando eu falo isso as vezes eu sou atacada, dizendo que eu tô atacando as pessoas cis, que eu tô atacando aliadas. Não é atacando aliadas, é mostrando pra ela que existe um espaço legítimo. Um preto fala por um preto.

Uma travesti fala por uma travesti. Um gay jamais vai poder falar por uma travesti, porque ele não é uma travesti, ou seja, um cis não tem essa legitimidade. **O que existe é uma empatia de causa.** Eu posso, eu como Ághata, uma travesti branca, ser empática ao movimento negro, a uma travesti negra, mas eu não tenho legitimidade pra falar por ela. E quando a gente cobra isso hoje, gera um certo espanto de algumas pessoas no movimento LGBT, que falaram muito e gera uma certa “Ai a Ághata é agressiva e tal!” Sim, eu realmente eu sou, nesse aspecto e nunca deixarei de ser, porque eu paguei um preço bem caro pra ta onde eu estou e ser quem eu sou.

Ainda sobre a criação do coletivo, Ághata ressalta a necessidade de inclusão da letra T:

É a necessidade né, a necessidade do reconhecimento e da inclusão, da inclusão das pessoas LGBTs na sociedade, porque existe uma, uma inclusão parcial de sigla né? L, G e B, a letra T ela ainda é marginalizada, a letra T ainda tá na questão... Digamos assim, se vocês... Ah! A L, G e B estão no módulo 6, nós estamos no módulo 1 ainda, em termos de inclusão social. Então a necessidade é essa, o que a gente tá discutindo, a visibilidade é necessária, mas a inclusão, nem sempre a visibilidade ela gera... inclusão porque a visibilidade que tá estabelecida nossa é da prostituição do corpo e tal. Então quando a gente trabalha isso, a gente tá trazendo uma outra realidade que é mostrar as infinitas possibilidades.

A necessidade de seu corpo trans exige especificidades na luta pela inclusão. Viver embaixo da bandeira LGBT pode torna-se o fardo da invisibilidade, o que tem gerado a luta das pessoas trans dentro do movimento LGBT, principalmente, no que se refere ao espaço legítimo de fala que, muitas vezes, é ocupado por uma pessoa que representa outra sigla do movimento.

Ághata relata que apesar de estarem no movimento LGBT, os avanços em termos de inclusão não se deram por completo para todos os representantes dessa sigla, daí a necessidade da criação de outro espaço pela busca em atender as demandas de pessoas Trans. Ao mesmo tempo, lutam para desconstruir a imagem de que ser travesti é sinônimo de trabalhar na prostituição. A criação do coletivo Damas D’Paus passa a ser um modo de mostrar que o ativismo serve, para além da busca pelos direitos de pessoas trans e travestis, para construção de si enquanto sujeito político e desta forma combater as imagens estigmatizadas como são vistas pela sociedade (CARVALHO, 2015).

Já para Rihanna, os motivos são mais pessoais:

Daí depois eu e a Ághata, ... veio essa necessidade de ter um coletivo, diretamente, para as pessoas trans, que cuidassem, é... particularmente das necessidades das pessoas trans, né? Porque no (coletivo LGBT de Blumenau) é muito macro...Né? A ...geralmente era feito algo, lá de vez em quando, a muitos custos, por... Como era visibilidade trans, né? Alguma coisa assim, né?... Mas assim daí a gente sentia a necessidade, do Damas D’Paus, tem dado resultados bem bons, enfim...Claro que

a gente não tem verba né? Que poderia ajudar muito mais, mas a gente tem o melhor que é a força de vontade de tá continuando o trabalho né? De tá levando pras outras pessoas o que que é, o mínimo do que que é direito, porque eu também não sei de todos os direitos, eu tô aprendendo, eu não sei de nada, né?! Só sei que eu preciso e que minhas... outras pessoas trans que eu não conheço precisam de, de direitos e de ter um espaço de fala, de ter... é... de ter um espaço no mercado de trabalho. Eu sei que tudo isso que, que fala é muito utópico, é muito longe né?! Porque a gente tá vendo todo dia aí um... retirada de direitos enfim...é...Enfim, a gente tá lutando pra ver se, se muda esse quadro né?!

A fala de Rihanna sobre a luta do coletivo também demonstra que há a necessidade de mostrar para outras pessoas trans quais são os direitos que elas têm para poderem ter acesso a outros espaços. E a seu ver, conhecer quais são esses direitos é a possibilidade de tanto acessar ao mercado de trabalho, como de ter um espaço de fala, por mais que pareça difícil diante da retirada de direitos.

Ághata fala sobre a forma desgastada de ativismo no movimento LGBT,

Então talvez fica essa a dica pra todo o movimento LGBT, é conseguir romper um pouco esse padrão pré-estabelecido de ativismo né, de rede social. E pouca luta! Ainda estamos discutindo a situação das travestis na rua, mas não estamos discutindo de como tirar elas da rua, entende? Porque nós estamos proibindo de debater gênero, estamos proibindo essas pessoas de ter o acesso básico, estamos cobrando uma atitude, superior, sempre tiveram realmente uma situação inferiorizada. É como eu querer cobrar da Rihanna um porte acadêmico se ela mal e mal acabou o colegial, de uma maneira a trancos e barrancos e enfim e tal. Então a sociedade ela cobra sem dar um suporte igualitário.

Ághata aponta para uma luta dupla, tanto dentro do movimento LGBT, pelo reconhecimento das necessidades específicas de pessoas trans e pela falta desse movimento em fazer outro tipo de ativismo, como também pela discussão de gênero em outros espaços. Lutar pelo movimento trans é também trazer a discussão de gênero para o debate e, para ela, proibir esse diálogo é reduzir a possibilidade de pensar sobre pautas importantes, como retirar as travestis que estão na rua, ao mesmo tempo em que essa mesma sociedade exige dessas pessoas um grau de instrução do qual elas são impedidas de acessar como no caso da educação.

Para Ashley, o motivo de ela entrar na militância se destaca pelo apoio que teve de Ághata e Rihanna em um momento difícil de sua vida como nos diz no trecho seguinte:

Em todas as dificuldades que eu passei, eu só tinha essa certeza na minha vida sabe? Não tinha mais nada assim...Então, tipo, não tinha saúde, eu não tinha emprego, eu não tinha uma casa mas eu tinha...a mulher que eu sou sabe? E...e...aí hoje em dia... eu, eu luto muito por isso assim sabe? Pra... por isso que eu entrei

na militância e tal...Porque eu acho que tem muita menina que assim como eu, tá lá e cá sabe? Tá...assim..em cima do muro, tá pensando nessas questões, e...e não tá tendo coragem, não tá tendo forças, sabe? Pra enfrentar isso tudo. Assim como eu pude ter graças ao apoio que eu tive.

Para Ashley, entrar na militância foi possível pelo apoio que teve de Ághata e Rihanna, o que impulsionou sua coragem para ajudar outras meninas trans assim como ela, que recebeu o apoio das amigas. Os relatos de Ághata e Rihanna são destacados pelas divergências entre os representantes das siglas do próprio movimento LGBT. Neste sentido, o coletivo LGBT potencializa, mas não elimina o sofrimento; acolhe, mas não compreende a dimensão da exclusão a que se referem.

Isso fica evidente quanto às suas demandas, como por exemplo, o respeito e utilização do nome social nos serviços públicos, algo que não é uma necessidade para os demais representantes da sigla do movimento, questão que alimenta o sofrimento Trans.

Além disso, somado à imposição de uma padronização que há no meio Trans, o sofrimento também passa por uma exigência com relação à aparência, conforme demonstrado anteriormente. Porém, Ághata analisa que ela nunca se deixou influenciar por essa padronização e, tanto Rihanna quanto Ashley, estão se libertando dessas amarras sociais do meio trans. Ao se referir a essa normatização no meio LGBT, Ághata diz que existe

um clima assim pesadíssimo (referindo-se ao meio LGBT no geral)...E assim, é, é esse título de...digamos de nobreza queer, que elas querem ter. E acontece muito também no meio Trans né? Que você precisa tá feminina porque só no cabelo, ela gastou não sei quanto. Eu disse “Já no meu cabelo foi tesoura mesmo porque”... tinha cabelo comprido...

Rihanna interrompe Ághata:

Teve uma foto que a Ághata compartilhou, de alguns anos atrás que ela tava com o cabelo comprido... Daí, eu fui trabalhar com a Ághata lá no T-lanches (e as gays comentaram) “Ai mas eu gostava mais de você assim, não sei o quê!” Tipo, e a vontade da Ághata? De usar o cabelo assim?

Ágatha procura se libertar desses padrões ao cortar o cabelo no estilo “Joãozinho”(estilo de corte masculino curto),

Eu só era mais uma, porque tipo assim aquela necessidade de tá dentro daquele padrão assim...e é bem claro quando eu quiser o meu cabelo comprido, ou um pouco mais ajeitado e tal, mas daqui há um tempo, porque agora tá bem Maria-João, mas é o momento...e...ok! Mas tipo assim, precisa de alguém dá um passo, entendeu? Se ninguém der um passo, não, você vai poder fazer assim! Não que eu

queira ser exemplo, mas acaba sendo sabe gata? Acaba sempre mostrando um pouco de liberdade porque, as bicha, elas tão muito oprimidas por um modelo, né? Que vende! É por isso que eu não, não me encarno muito em Beyoncé, nem muito em divas! Que elas vendem sempre aquela coisa assim... Tu já viu uma diva baranga?

E justifica essa mudança por considerar que há um rechaço do meio LGBT em relação às travestis, Ághata explica,

É que assim, que eu percebo assim, as pessoas quando reparam que você é ou tem um trejeito masculinizado como eu, porque o que elas esperam de uma travesti, é que a todo o momento esteja, né? Experimentando e passando uma imagem, a personagem social de uma mulher! E quando uma travesti não faz questão, que eu descobri isso agora na boate, é extremamente desconstrangedor pra um viado! O viado, ele senta, ele fica incomodado “Mas você viu aquela travesti com jeito de machorra?” E eu já chego assim “Pois é bicho!

Com isso Ághata justifica

a travesti, na visão deles, quando eles falam isso, ela tem que ter aquela necessidade de tá feminina, e de parecer feminina e de forjar a persona dela nesse feminismo. Aí quando você rompe isso, que você tá lá tipo assim, elas (gays) descendo o pau e o mundo em celulite (falando do corpo das travestis), eu viro a minha raba... (duas palmadas na coxa) e sento (sem se preocupar). As bicha, começa a ficar um pouco, tipo assim, “Pera, tá, mas você tá querendo o quê?” Entendeu? “Ela tá querendo mostrar humanidade? Que ela é assim mesmo?” Não! Não é por aí! Entende? Então eu percebi esse começo desse desconforto... que daí eu adorei! (provocar esse desconforto) Obviamente!

Nesse sentido há uma quebra do comum em relação ao movimento LGBT, conforme Ághata revela

aí tipo eu fui vendo que a desconstrução, ela precisa começar no próprio meio LGBT... e principalmente, os gays, homens, eles são os mais que, que começam a perceber, porque...ã...a olhar com uma cara assim “Tá mas, porque que ela tá...ã... com aspecto lésbico, com aspecto de uma mulher que ela não faz questão nenhuma de ser? Porque que ela tá tão...ã... digamos assim livre?”.

Importante ressaltar que a quebra do sentimento do comum LGBT não significou a volta ao individualismo e à solidão. Ao contrário, mobilizou a criação de um coletivo que conjugasse pessoas em torno do “útil comum”. Referente à esse movimento de criação em torno do útil comum, Espinosa nos diz: “Se dois se põem de acordo e juntam forças, juntos podem mais, e conseqüentemente têm mais direito sobre a natureza do que cada um deles sozinho e quanto mais assim estreitarem relações, mais direitos terão todos juntos.” (Tratado Político, Cap. II, §13). É referente a esse sentimento mútuo, ao estreitarem seus laços que às

levou à criação de um outro coletivo, que por sua vez vai permitir a superação da normatividade e a criação de outras formas de resistir a ela como a adoção do que elas denominam de: “minha performance social”.

5) Minha performance social!

Rihanna conta sobre uma situação em que foi com sua família para a casa de uma de suas irmãs que mora na praia e relata a conversa que ouviu de duas meninas que estavam na casa ao lado da de sua irmã,

Lá fora... “Ai, porque eu não vou pra praia, porque eu tô gorda e não sei o que!” A louca malha igual um vara pau né? “Porque eu não vou usar biquíni, eu vou só com um shortzinho e a parte de cima!” Daqui a pouco saiu eu lá com o meu biquíni, parecia uma lutadora de sumo! Aloka!(risos). E a louca toda branca, entrei dentro do carro, botei toda a família e fui querida! E elas ficaram olhando e eu falei “E olhem mesmo querida, porque...”

Em seguida Ághata responde rapidamente “*Deveria ter feito a performance da hipopotama!*” E Rihanna fala “*E daí, daqui a pouco sai aquela coisa enoorme de biquíni né? E eles vão dizer “Que isso, né? Aloka!” E são LGBTs né? Pensa! São, eu sei que a, essa, essa menina que tava falando e a outra são lésbicas! Tavam falando isso... ai tipo eu tô cagando!*” Ághata fala sobre essa reação ao preconceito: “*Mas sempre vai existir né?(o preconceito) Eu acho que quando você tá incomodando, começa tipo, a tua performance começa a, que nem a Rihanna fala ‘Minha performance social!’. Quando é uma performance, porque você faz de caso pensado, isso né, é uma performance, né?!’*”

Rihanna, além do coletivo, explicita uma forma de reação ao preconceito, que também aparece em Ághata: “*Minha performance social!*” visando provocar incomodo, da qual Ashley também compartilha. A performance social a qual se referem se aproxima da performance de gênero de Butler (2003) que concebe como um efeito performático dos gêneros, estes os quais são produzidos em ato, a partir de repetições configuradas na binaridade de gênero. As participantes da pesquisa, ao utilizarem o termo “desconstrução”, referem-se não só aos padrões de comportamento de ser homem ou mulher, mas também ao padrão de corpo magro, do cabelo liso e comprido, de usar muita maquiagem o tempo todo e, principalmente, ao modelo de como ser gay, estabelecido na cidade. Este se configura como Ághata menciona “*bicha padrãozinho*”, ou seja, homens gays com vestimentas e

comportamentos que possuem passabilidade de homem cis e hétero, o que se distancia da “*bicha efeminada*” como ela define os gays que possuem características e comportamentos considerados do campo do feminino.

Se observarmos o relato de Rihanna apresentado anteriormente, quando menciona a “*performance de hipopótama*” e “*aquela coisa enooorme de biquíni*” refere-se ao seu corpo que não está no padrão estabelecido e, ao mesmo tempo, utiliza do humor de sua condição para afrontar os olhares de rejeição que recebeu das mulheres lésbicas.

Já a performance social de Ághata revela a rigorosidade estética e de comportamento esperada para uma travesti ao se obrigar a “*forjar a persona dela nesse feminismo*” e inverte a lógica da feminilidade esperada para seu gênero quando “*reparam que você é ou tem um trejeito masculinizado como eu*”, por mais que seu gênero e seu corpo não sejam percebidos em conformidade. O que se aproxima com a teoria *queer* (BUTLER, 2002) que questiona as essências da masculinidade e da feminilidade e também a heterossexualidade compulsória, através da desconstrução de gênero como o que é imposto como sendo normal.

Vale salientar que esse tipo de performance se distingue da performance *drag* – esta última tem um caráter imitativo dos gêneros (BUTLER, 2003) – apesar de se aproximarem por serem de “*caso pensado*”, a performance social das participantes da pesquisa, é uma estratégia que criaram para lidar tanto com o preconceito como também para “*provocar incomodo*” revertendo a lógica dos padrões tanto corporais como de comportamento esperados pela sociedade.

Apesar disso, elas demonstram ter conseguido avanços na superação da normatividade homogeneizante, mas ainda há um fosso quebrando o comum entre o LGBT. Conforme visto, o preconceito sofrido pelas pessoas do próprio movimento coloca-as diante de uma tentativa de escaparem desse lugar.

Quanto à outra motivação, de libertar-se da humilhação social, da inferioridade social e do não reconhecimento como cidadã de direito, está longe de ser alcançada. Elas usam recursos para sobreviver: performance social, rir e fazer piada de sua condição, a ajuda mútua e a construção de um grupo com o qual se identificam e por meio do qual praticam ações. Isso é percebido pela fala de Rihanna ao comentar sobre o coletivo Damas D’Paus: “*Se a gente não fizer por nós quem que vai fazer?*”

6) Caminhos possíveis:

6.1) A universidade

As participantes deixam claro que resistem e enfrentam o preconceito, construindo o coletivo transfeminista Damas D’Paus, separando-se do LGBT, libertando-se da normatividade, com o apoio que dão entre si e que recebem das mães. Mas também apontam caminhos para uma mudança ao se inserirem em outros espaços de sociabilidade enquanto coletivo, como no caso da universidade.

Durante a pesquisa com a criação do projeto Cidadania T, este coletivo buscou enfrentar os desafios que divergem no movimento LGBT, como por exemplo, do Seminário de Inclusão Social Trans realizado na universidade, espaço no qual é raro ver uma pessoa trans ou travesti. Para Ághata, levar as mulheres travestis que trabalham nas ruas dentro da universidade foi algo importante, visto que elas nunca falaram dentro de um espaço como esse. Ághata nos diz a respeito disso: *“Acredito que teríamos que integrar a inclusão na universidade, meio acadêmico em geral.”*

Desta forma, ocupar espaços como os da universidade e em escolas, possibilitou a visibilidade e, ao mesmo tempo, resistência para o coletivo Damas D’Paus, ainda que diante das proibições da Câmara de Vereadores, como ocorreu em uma das escolas da cidade. Ao debaterem as questões de gênero com vistas a reduzir o preconceito, mesmo sem recursos financeiros ou auxílio de órgãos governamentais, mas com *“a força de vontade”* suas ações se fortaleceram com o apoio de parceiros, como de professores da universidade. O movimento deste coletivo se diferencia do movimento da Associação das Travestis e Transexuais de Alagoas (ASTTAL) da cidade de Maceió que possui apoio e suporte financeiro, integra a rede nacional da ANTRA e participa de projetos de combate à AIDS/HIV provenientes do Ministério da Saúde ou das Secretarias Estaduais e/ou Municipais da Saúde (SILVA, 2016).

Apesar de suas ações iniciais no que tange à saúde de mulheres travestis que trabalham com o sexo, o coletivo apontou outras necessidades que surgiram além dessas, como o acesso à educação. Para elas, ficou claro que a universidade é um espaço tanto de debate como de desconstrução dos estigmas que enfrentam nos serviços de saúde e de

educação. Como exemplo disso, relataram sobre o evento que participaram como palestrantes no curso de medicina na universidade, no qual colocaram as dificuldades que encontram nos espaços de atendimento em saúde. Para elas *“os estudantes de medicina e das áreas da saúde deveriam ter uma disciplina em seus cursos para aprenderem a lidar com esse público”*, comentaram logo após a participação no evento. Além disso, conhecer seus direitos como Rihanna disse, é algo necessário para exigir os mesmos diante dos órgãos públicos e instituições privadas.

Ao fazerem o curso técnico no IFSC, Rihanna e Ashley foram convidadas para falarem sobre suas vivências em um dos cursos dessa instituição. E a partir desse momento, ambas relataram a importância de estarem nesses espaços e poderem mostrar as questões que atravessam o contexto social de suas vidas.

Ashley, ao ingressar em 2019 no curso de Tecnólogo em Design de Moda, nessa mesma instituição nos fala sobre esse espaço *“lá eles são muito foda e desconstruído e o curso é bem completo tô bem empolgada”*. Apesar disso, apontou dificuldades por ter concluído o ensino médio no regime supletivo, pois diz ter sentido falta de um aprendizado mais profundo para acompanhar as aulas e poder fazer os trabalhos das disciplinas.

Rihanna ao realizar o curso de técnico em modelagem, também no IFSC, relatou que este espaço possibilita a convivência com outras pessoas além de quebrar com muitos preconceitos de que pessoa trans e travestis não podem frequentar esses espaços.

Ambas relatam que entraram, primeiramente, no curso técnico por meio de um processo seletivo que a instituição abriu para pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade. Rihanna, apesar de não estar na universidade hoje, pois está concluindo o ensino médio, relatou em alguns momentos da pesquisa que gostaria de cursar Direito em uma universidade para poder defender as pessoas Trans.

Durante a pesquisa, Ághata também estava à procura de realizar uma graduação, porém voltada para a área de humanas. Em um desses momentos, ela foi até a FURB se informar do processo seletivo e também sobre a possibilidade de ingresso com bolsa no curso de Serviço Social, já que esta universidade é uma autarquia municipal – comunitária – mas de direito privado, ou seja, os cursos são pagos pelos estudantes. Apesar da universidade oferecer bolsas, elas não são de gratuidade, mas de descontos parciais mediante

comprovação de documentos em cada semestre. O que já não se tornou interessante para ela, pois não poderia pagar pelos seus estudos.

Podemos perceber aqui um dado interessante com relação a essa universidade em específico, pois mesmo com a possibilidade de diálogo por meio das aulas em alguns cursos, com a realização do evento organizado pelo próprio coletivo, essa mesma universidade não dispõe de políticas de afirmação como cotas étnico raciais e cotas para pessoas Trans. O que fez com que Ághata buscasse no Instituto Federal Catarinense IFC uma possibilidade para seus estudos, ingressando no curso de pedagogia, pois há um interesse de sua parte em se inserir na carreira acadêmica para discutir gênero nos espaços escolares por meio da educação. Ághata conquistou a vaga nesse curso através de processo seletivo via cotas de ação afirmativa e relatou que se não fosse essa possibilidade, não conseguira entrar na universidade.

De forma geral, a universidade se apresenta como uma possibilidade de inserção, apesar de algumas contradições em relação à forma de acesso a esse espaço. Conforme Hartmann (2017) já é possível ver mulheres trans em algumas universidades e aos poucos elas se projetam como mulheres trans desvinculadas da prostituição. Além disso, passam a circular por espaços públicos durante o dia, algo que dificilmente se percebia há poucos anos.

6.2) A participação na política

Como demonstrado no trabalho de Carvalho (2015), a luta pelas pautas identitárias mais precisamente, sobre gênero e sexualidade e sua inserção no campo político partidário de esquerda, é assunto polêmico desde meados dos anos 1970, quando a luta ainda era pela inclusão de pautas do movimento de homossexuais no país. Logo na década de 1980 começam a aparecer algumas alianças entre movimentos homossexuais organizados e partidos políticos, tendo alguns representantes assumidos como candidatos a cargos políticos.

Dois fatores foram fundamentais para a inserção de candidaturas representantes do movimento LGBT na última década: a) o fortalecimento e financiamento de projetos para ONGs LGBTs a nível nacional possibilitando a construção de uma frente parlamentar que

viabilizasse a defesa de direitos humanos dessa população e; b) a elaboração de planos nacionais de direitos humanos que foram aglutinando as questões LGBTs e fomentando conferências nacionais, além da criação de órgãos executivos voltados para essa população nos níveis municipais, estaduais e federais (CARVALHO, 2015).

No que se refere à participação política de pessoas Trans, no ano de 2018, dados divulgados pela ANTRA²⁷ mostram que houve um aumento significativo de candidatas Trans em todo o país. Entre os cargos disputados houve uma candidata ao senado federal; duas candidatas à deputada distrital; 17 (dezessete) à deputada federal e 33 (trinta e três) à deputada estadual, totalizando em 53 (cinquenta e três) candidaturas Trans, dentre elas, Ághata.

Durante o seu processo de campanha Ághata deixou bem claro que ela não estava no partido pela concepção do partido e sim por aceitarem a causa LGBT, porém ao mesmo tempo em que pensava em sua candidatura como pessoa LGBT para ajudar a causa, também fazia críticas. Como declarou:

que eu vejo também é falta de politização desse público (LGBT), é um público totalmente despolitizado, influenciados por uma, por uma centrodireita neoliberal, por uma esquerda arcaica, e apesar de eu tá num partido que se diz comunista, que...que eu faço críticas dentro do partido, porque eu, eu posso fazer isso, porque eu não dependo do partido pra porcaria nenhuma. E, eu vejo muito bem isso, eu vejo uma, uma, uma falta digamos assim de, de sensibilidade com o movimento. Muitas vezes o movimento, ele é utilizado como marketing político, pra politicagem. E muitas vezes ele não serve pra questões práticas né?

Essa compreensão de Ághata sobre o meio político e partidário em relação ao movimento LGBT, demonstra a dificuldade de um lado, por parte das pessoas que integram o movimento LGBT em compreender as nuances da política partidária e, de outro, a utilização do movimento pelo partido político como bandeira de inclusão, forma de ascensão política. Ághata é relutante quanto a essa forma de fazer política e demonstra isso em outros momentos ao dizer que na política,

o movimento de esquerda, ele diz que a luta é pra todos de inclusão social. Não, mas a luta não é pra todos, porque a letra T sempre foi marginalizada e me parece que agora que a gente tá querendo ocupar determinados espaços...ãn...então tá gerando um certo incômodo. “Ah não, mas não pode debater apenas isso!” Sim deve se debater apenas isso! Quando chegou um momento também, da história que teve que debater sim só racismo... porque é fato entende? E o racismo sempre

²⁷ ANTRA. **Candidaturas Trans 2018**. 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/candidaturas2018/https://antrabrasil.org/candidaturas2018/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

vai existir, assim como a transfobia sempre vai existir, a LGBTfobia sempre vai existir.

Desse modo, ficou muito claro que sua candidatura à deputada estadual visou trazer para o cenário político partidário a discussão do lugar das pessoas Trans e mostrar as “*inúmeras possibilidades*” que uma pessoa trans pode ter e que elas existem para além dos espaços delimitados da marginalização. “Candidatar-se construiria a possibilidade simbólica dessas pessoas ocuparem um espaço social de respeitabilidade.” (CARVALHO, 2015, p. 126).

Apesar de ter recebido um grande apoio por parte do movimento LGBT em Blumenau, Ághata também teve apoio de pessoas LGBTs em outras cidades próximas, destacando: Balneário Camboriú, Gaspar, Indaial, Joaçaba, Araranguá e também Florianópolis, mesmo com a participação de uma outra candidata Trans daquela região, Ághata recebeu votos dessa cidade. Para Ashley e Rihanna, sua candidatura representou uma estratégica forma de dar visibilidade para essas pessoas tanto no movimento Trans como no movimento LGBT.

Até o momento de finalização dessa pesquisa, Ághata está afastada de suas atividades político partidárias, pois está se dedicando aos estudos, porém relatou que vislumbra concorrer às eleições municipais de 2020 como candidata a vereadora sem revelar por qual partido. Suas atividades como militante não se encerraram, pois já recebeu convite para ministrar uma palestra sobre gênero em uma empresa na cidade. Além disso, continua trabalhando como caixa na boate LGBT e fazendo sua militância do cotidiano nesse ambiente.

6.3) Caminhos possíveis: o trabalho, a moda e a arte

A moda e a arte são elementos que constituem as vivências travestis, as roupas e acessórios femininos, assim como a maquiagem, passam a fazer parte de suas rotinas desde que iniciam a transição. Como demonstrado por Ashley, quando começou a se “*montar de menina*” sentia alegria, mesmo que momentânea, apesar do medo e da vergonha de sair nas ruas. Para Rihanna, as roupas femininas sempre foram suas escolhas desde que pode escolher

o que vestir, mesmo recebendo os olhares e violências na escola ao se identificar como “*menininha*”. E com o trabalho que desenvolveram no grupo Transcendental, outras possibilidades também foram aparecendo.

A identificação com a produção de moda se tornou central em seus estudos no curso de moda, o que ampliou as possibilidades de produzir a própria roupa, reutilizar peças antigas e reinventá-las, como pode ser visto no momento em que Ashley e Rihanna criaram o figurino de Suzaninha, a *drag* que se apresentou no FITUB – conforme já mencionado nos itinerários. Outro momento de contato com o campo da moda e da arte foi a criação e elaboração da exposição “Transgressões: padrões incomuns”, que teve como produção de moda e beleza feitas por Rihanna e Ashley. Ashley que ama “*trabalhar com moda e arte*”, assim como Rihanna que diz “*amar maquiagem*”, apontaram para o desafio de desmistificar a construção de seus corpos como o modelo ideal de ser travesti que exige certa quantidade de silicone.

A partir dessas ações, Rihanna e Ashley se destacaram por suas pequenas conquistas. Rihanna está participando de um projeto para repensar a forma como consumimos moda e o modelo estabelecido “*fast fashion*” nesse campo. Ashley foi convidada para fazer performance em uma boate de Blumenau, não no mesmo espaço no qual Ághata trabalha. Apesar de a boate ser frequentada pelo público LGBT, a divulgação do espaço não é destinada especificamente para esse público.

Assim, ao ingressarem nos cursos de moda, ampliam suas redes de sociabilidade, proporcionando novas possibilidades que permitem a elas acessar outros espaços onde podem surgir oportunidades de trabalho. Ser reconhecida pela sua atividade, pelo seu trabalho e não pelo lugar da prostituição, possibilita transformar a visão estigmatizante que as persegue. Além disso, esses espaços se tornam ferramentas de luta contra as forças que as impulsionam para a prostituição.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU “NOVOS BABADOS”

“A gente dia 29 (de janeiro, dia da visibilidade Trans), nós vamos comemorar o dia da visibilidade trans e quais foram os avanços? Eu continuo existindo...tá continuo sobrevivendo, mas é isso? Isso é um avanço? Fazer peso? Não! Talvez não seja!”
(Entrevista de Ághata, janeiro de 2018)

Esse trecho dito por Ághata foi o ponto de partida para essa dissertação e, agora, eu retorno para essa fala nesse momento, pois ela nos dá indícios para pensar a trajetória de pessoas trans e travestis no Brasil. A questão apontada por Ághata acompanhou toda a trajetória dessa pesquisa: Basta passar a expectativa de vida de 35 anos para considerar um avanço na vida de travestis? Durante a trajetória dos itinerários acompanhei a correria e a luta diária dessas mulheres por um lugar que não as reduzisse como meras sobreviventes. No encontro com Ághata, Ashley e Rihanna compartilhamos histórias, dividimos momentos tristes e alegres, desejos e sofrimentos. Apesar disso, a potencialidade se evidenciou no encontro dessas mulheres e, ao formarem o coletivo, conseguiram alguns avanços: libertar-se das forças que lhes coloca como destino a prostituição, dos padrões normativos de gênero e da morte prematura nas ruas.

Compreender as necessidades que emergiram de suas realidades para criar um coletivo transfeminista na cidade de Blumenau, foi uma das inquietações dessa pesquisa. O que levou a conhecer a história do movimento Trans no Brasil, a teoria e a prática do transfeminismo e também as relações e tensionamentos que surgem dentro do movimento LGBT como um todo e mais especificamente em Blumenau.

Apesar de fazerem parte da sigla LGBT, as pessoas Trans possuem demandas outras, as quais se distinguem em relação aos demais representantes das siglas do movimento. Foi percebido durante o movimento de travestis que, mesmo por este ter origem no movimento homossexual brasileiro, se distinguiu deste pela violência policial e pela necessidade de enfrentamento à HIV/AIDS. Apesar dessas demandas terem iniciado ainda na década de 1980, foi em meados dos anos 1990 que o movimento de pessoas transexuais e travestis se fortaleceu diante dos apoios em projetos vinculados à ONGs no combate a essa doença, esse acontecimento ocorreu em vários locais no Brasil, inclusive no estado de Santa Catarina.

A pesquisa permitiu compreender a dialética singular e coletiva em movimento. Para elas, a motivação em criar um coletivo trans tem como base frustrações com o movimento LGBT, vivido como emoções tristes, como foi dito no capítulo sobre a criação do coletivo e por meio das análises.

Em Blumenau, o movimento LGBT, apesar do conservadorismo das relações nessa cidade loira (BUSARELLO, 2017), tem se mostrado como resistência diante das proibições por parte da Câmara dos Vereadores no que tange às discussões de gênero nas escolas do município. Além disso, proporcionou espaços de acolhimento e trocas entre as pessoas LGBTs da cidade e dos municípios vizinhos, tendo em vista que não há espaços de circulação que sejam seguros para essas pessoas.

O movimento LGBT foi o local de resistência também para as vidas de Ághata, Rihanna e Ashley. Apesar do movimento ter proporcionado possibilidades de enfrentamento às demandas mais amplas ligadas às demais siglas, a necessidade de seus corpos realçava outras urgências que não cabiam nesse coletivo. Daí a criação de outro coletivo mais voltado para as demandas da letra T.

Vivemos em um contexto em que cada vez mais são exigidos padrões estéticos e comportamentais de homens e mulheres cis, bem delimitados para esses gêneros e quando encontrados em outros corpos, são estigmatizados, considerados desviantes da regra, o que é evidenciado pelas vivências travestis. Seus corpos se distanciam do modelo ideal de mulher, e, portanto, não sendo mulheres “naturais” precisam readequá-los a tais modelos.

Ao iniciarem sua transição, se deparam com uma série de dificuldades para atenderem a essas exigências estéticas, como disse Ághata “*você se monta o que uma mulher pena pra usar*” sendo que essa “*necessidade de a todo momento ser reconhecido como mulher*” as atinge de várias formas que perpassam a desigualdade social e econômica. Além das vestimentas e acessórios femininos, precisam alterar seus corpos com hormônios, procedimentos estéticos e cirúrgicos, como por exemplo, a colocação de prótese de silicone. O que por sua vez, entre as trans se cria uma forma de respeito e reconhecimento de acordo com a quantidade de silicone que colocam em seus corpos. Mudanças essas que não foram adotadas pelas integrantes do coletivo.

Ághata, Rihanna e Ashley nos mostraram o eixo central de todas as unidades analisadas, o sofrimento ético-político, destacado por elas a todo instante. Este sofrimento está intrinsecamente relacionado à condição de serem travestis, mas ressalta-se pelo seu atravessamento do contexto de desigualdade social. Os cerceamentos sofridos pelas mediações em casa, na escola ou na tentativa de conquistar um trabalho fora da prostituição, as impedem de desenvolverem sua autonomia e de participarem de outras redes de sociabilidade. É importante destacar que as integrantes dessa pesquisa têm o apoio das mães, o que se diferencia da grande maioria das travestis, que são expulsas desde muito jovem de seus lares. Porém em outros ambientes as humilhações e violências foram e continuam constituintes de suas vidas.

Dessa forma, a pesquisa também reafirma a pertinência da análise da desigualdade social, pelo sofrimento ético-político (SAWAIA, 2014) que possibilita a compreensão das nuances e especificidades dos diferentes modos de desigualdade social como: o sofrimento vivido na infância e na adolescência, nos espaços da escola e na rua, se configura no medo de ser quem são e na vergonha por serem reconhecidas pelo que não querem ser, sendo a violência operante desse sofrimento, tais aspectos se solidificam nessa vivência da relação abusiva denominada por Rihanna. Ao se inserirem no movimento LGBT buscam um modo de lutarem pelos seus direitos, sendo o nome social e a inserção no mercado de trabalho, suas principais necessidades, mas ao se depararem com as divergências de necessidades do movimento, também encontram o preconceito, o que faz com que busquem na coesão do coletivo trans, outra possibilidade para atenderem às suas demandas. Além disso, para o enfrentamento do preconceito utilizam da performance social como estratégia de resistência.

Elas apontam o sofrimento vivido pela condição trans de como ele se relaciona à desigualdade econômica e de gênero. Portanto, o sofrimento da ordem econômica, ligado à pobreza e da ordem social e jurídica como sinônimo da discriminação. Trata-se de:

[...] processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, e é produto do funcionamento do sistema. (SAWAIA, 2014, p.9)

O sofrimento ético-político nasce da desigualdade social e se configura no sujeito como dores sentidas por acreditar ser incapaz, fruto das formas de exclusão que mutilam a vida e, nesse sentido, a potência de ação do sujeito é refreada para a transformação de sua

realidade. Assim, no que se refere à dimensão trans desse sofrimento, as configurações que o constitui envolvem as diferentes formas de rejeição dessas pessoas em seus espaços de sociabilidade como já dito anteriormente, o que lhes coloca como destino, a prostituição como o seu único meio de sobrevivência.

Um sofrimento destacado é o da normatividade imposta pelo modelo que segue a linha coerente entre sexo biológico/gênero/desejo e práticas sexuais. As mulheres travestis rompem com essa normativa de modo que as dimensões subjetivas se instauram fora dos padrões esperados o que caracteriza um outro aspecto desse sofrimento. É nesse movimento das relações intersubjetivas que se configuram os modos de sentir, pensar e agir, pois,

Tal qual um indivíduo só existe como um ser social – como um membro de algum grupo social, em cujo contexto ele segue o percurso do desenvolvimento histórico -, a composição de sua personalidade e a estrutura de seu comportamento acaba por se constituir em uma variável dependente da evolução social, cujos principais aspectos são determinados pela última. (VIGOTSKI, 1930, p.2)

Os sofrimentos que aconteciam na infância e na escola eram muito comuns, como nos contou Rihanna, que apesar de se sentir menina desde quando se entendeu por gente, não compreendia as violências que passou durante o seu período escolar, assim como Ághata que diz recordar pouco desse período, apesar das brigas que presenciou. A dimensão do sofrimento na escola apontada por Rihanna quando sofreu bullying por parte de seus colegas, reafirma que as escolas não estão preparadas para discutir sexualidade e gênero, assunto que em sala de aula só é estudado do ponto de vista biológico, conforme visto no capítulo sobre Blumenau. Por mais que o fator biológico exista, a sexualidade não se restringe somente às questões da biologia, com o desenvolvimento social, as possibilidades humanas se ampliam em torno de sua capacidade de experimentar outras possibilidades com o corpo.

No início da transição de Ashley, ela experimentou a alegria de se perceber como mulher e, ao mesmo tempo, o medo e a vergonha, por ser reconhecida como homem vestido de mulher na rua e sofrer agressões físicas. O medo de circular nas ruas e em outros espaços e de ser apontada como homem, também foi relatado por Rihanna. E como elas mostraram, esse medo circula constantemente no meio Trans, o que torna a exigência emergente de *“forjar a persona do feminismo”* como disse Ághata.

O reconhecimento de suas próprias identidades também as afeta na forma jurídica de sua existência, pois o nome social como uma gambiarra legal, as impedem de acessar todo

o sistema burocrático e jurídico como outro cidadão qualquer. Daí a necessidade para a qual apontam, do reconhecimento da identidade Trans como humana.

As integrantes da pesquisa apontaram para a dimensão do sofrimento vivido ao iniciarem a sua jornada no movimento LGBT. Quando se deparam com as dificuldades de acesso que *“nunca funcionam para uma travesti”* buscam no movimento LGBT, lutar e conhecer seus direitos, como mencionado por Rihanna. Porém, ao entrarem para o movimento percebem as tensões existentes que se configuram de um lado pelas normatividades cis já expostas e, de outro pelo preconceito que vivenciam dentro do movimento. Isso gera uma quebra no comum dentro do próprio movimento, pois apesar de participarem deste grande coletivo, suas demandas ainda são da ordem da própria existência, algo que para elas não pode ser compreendido pelos demais integrantes da sigla. Como nos mostra Ashley,

Eu acho que com certeza assim quando... ninguém vai entender o que que uma mulher trans passa sabe? Porque a gente é muito rejeitada o tempo todo. A gente é sexualizada o tempo todo, sabe? A gente nunca é vista... por mais que a pessoa diga, por mais que a pessoa ache... nunca vai ser como uma mulher cis sabe? Por toda essa questão de corpo, por toda essa questão de sabe? De que a gente tem uma carga muito maior, de de coisas, a gente... se impõe pra ser reconhecida como uma mulher, uma mulher cis nunca vai passar por isso né?

Deste modo, sofrem devido à heteronormatividade, pelo não reconhecimento de seus sofrimentos, e principalmente pela falta de direitos e de dinheiro. Enfim, suas vidas são atravessadas pela dialética exclusão/inclusão social (SAWAIA, 2014), mediada por diferentes espaços, instituições e relações: ambientes de saúde, escolas, famílias e, principalmente pelo mercado de trabalho, gerando intenso sofrimento, isolamento e estigma, apesar das poucas conquistas jurídicas. Por serem mediados pelo modelo heteronormativo vigente, os espaços de sociabilidade vão constituindo e mediando as relações intersubjetivas que se configuram em modelos de relações e modos de ser homem e mulher. Essa condição é imposta pelo social e experimentada por meio dos modos como esses corpos são afetados, assim “os afetos não são pecados ou antagônicas à razão e à verdade, nem representações cognitivas desinteressadas ou experiência dispersas, eles indicam a forma como sou afetado pela sociedade, [...]” (SAWAIA, 2015, p. 20).

Ao formarem o coletivo transfeminista Damas D’Paus, encontram na convivência uma com a outra, diferentes maneiras de lidar com as exclusões por parte da sociedade como num todo, mas também com as diferenças existentes no movimento LGBT. Sawaia (2003)

nos lembra de que aos excluídos não existem somente necessidades biológicas que os mantêm vivos e que, portanto, há também a necessidade de sentir-se humano, mesmo sendo diferente, podendo sentir-se pertencentes a essa comunidade da diferença.

O filósofo Baruch de Espinosa (2013) faz uma afirmação muito importante na “Ética” cuja relevância foi ressaltada por Deleuze: “Até hoje não se sabe o que pode um corpo” (DELEUZE, 2009). As jovens trans mostram que este corpo pode muito mais do que podemos imaginar. Mostram que o corpo é “matéria biológica, emocional e social, tanto que sua morte não é só biológica, falência múltipla dos órgãos, mas social e ética” (SAWAIA, 2014, p. 103).

Apesar do sofrimento, elas não perderam a capacidade de afetar e de serem afetadas, o que as impulsiona para a vida, a força infinita em busca de perseverar na existência e expandir-se, o que Espinosa denomina de *conatus*. Buscam a vida e fazem o que for possível para continuarem nela existindo. Essa potência varia. Há momentos em que os maus encontros, como a agressão sofrida por Ashley, diminuíram sua potência fazendo com que sentisse medo e vergonha de sair na rua vestida de menina, mas ficou claro que o coletivo formado pelas três aumenta e sustenta essa potência de existir. Isso foi possível a partir de momentos bons que puderam ser percebidos nos itinerários como os eventos realizados pelo projeto Cidadania T e o enfrentamento às situações de preconceito.

Quanto mais bons encontros, mais aumentamos nossa capacidade de agir do corpo e da mente de pensar e, do contrário, quanto mais maus encontros, diminuimos ou bloqueamos nossa capacidade de agir do corpo e de pensar na mente, afirma Espinosa (SAWAIA, 2009).

A análise dos sentidos demonstrou que elas são bloqueadas a todo tempo e em todos os lugares, mas tiveram forças para encontrar e promover bons encontros, que aumentaram a potência de agir. Segundo Espinosa (Ética, III, Definições, 2013), o afeto correspondente a essa transição do corpo e da mente de um estado de menor potência para maior é sempre de alegria e suas derivações e quando há diminuição, é de tristeza.

Portanto a felicidade e a liberdade estão na capacidade de compor com outros corpos na medida em que o sujeito reconhece aquilo que aumenta ou diminui sua potência nos encontros. Então é necessário ao ser humano outro ser humano, pois “... na natureza das

coisas, nenhuma coisa singular que seja mais útil ao homem do que um homem que vive sob a condução da razão [...] o que é de máxima utilidade para o homem é aquilo que concorda, ao máximo, com sua natureza, o homem.” (Ética, IV, prop. 35, col.1). Desse modo, minha liberdade só é possível com o outro, no encontro com o outro.

No encontro com Ághata, Rihanna e Ashley, foi possível perceber a potência de seus corpos nas ações em que realizavam. Os momentos de reunião e realização dos eventos durante a execução do projeto Cidadania T e seus esforços em apoiar a campanha eleitoral de Ághata, foram momentos em que a união desses corpos se fortaleceram, apesar das dificuldades ainda encontradas durante esses processos. O que nos remete ao pensamento espinosano “esforçamo-nos, nesta vida, sobretudo, para que o corpo de nossa infância se transforme, tanto quanto o permite a sua natureza e tanto quanto lhe seja conveniente, em um outro corpo, que seja capaz de muitas coisas [...]” (Ética, IV, prop. 39, esc.)

Ao pensar na capacidade de expansão desses corpos, Espinosa (2013) nos dirá que é necessário conhecermos esse corpo e descobriremos o que compõe com ele e o que não compõe, portanto, nesse sentido, as formas de como somos afetados vai depender dos encontros. Apesar de se depararem com maus encontros durante grande parte de suas vidas, as integrantes da pesquisa encontram nesse comum, de corpos travestis, algo que as potencializa para a ação, pela vontade de agir. Esses momentos são percebidos, no exemplo em que Rihanna nos diz, que não só ela precisa conhecer seus direitos, mas também outras mulheres travestis que estão em outros espaços, principalmente na prostituição. A potência de agir, também é percebida na fala de Ashley quando recebeu o apoio de Ághata e Rihanna em um momento de sua vida, o que a levou a entrar na militância para ajudar outras meninas que podem estar numa situação muito parecida com a sua.

Ao trazer essa questão para os dias atuais, podemos perceber que o corpo humano, ao longo de sua história, produziu muitas formas para continuar perseverando na sua existência. Ashley, Rihanna e Ághata apesar dos afetos tristes sentidos nos maus encontros, encontraram no sentimento do comum o fortalecimento e as estratégias para o enfrentamento do preconceito e, encontraram também a resistência, como dito por Ághata ao se referir a performance social. Essa possibilitou se desprenderem do aprisionamento da cisnormatividade e ressignificar a compreensão de beleza e estética de seus corpos. Apesar disso, ressalta-se que as dificuldades financeiras são fundantes das desigualdades que

vivenciam, mesmo que tenham conquistado o espaço da universidade, elas ainda consideram estarem num lugar de privilégio, entre as demais mulheres travestis. Já que este não é um espaço de fácil acesso para a grande maioria, tendo em vista que não conseguem concluir nem o ensino fundamental.

Outro detalhe importante e que está intrinsecamente ligado à dimensão da desigualdade social e econômica é a **passabilidade cis**. Esta se configura como determinante para o acesso de pessoas trans que são percebidas como cis pela sociedade, para acessarem serviços e também ao mercado de trabalho. Como apontado por Rihanna, mesmo com a mudança do nome e do gênero em seus documentos, não é garantia de que todas as pessoas trans poderão conquistar uma vaga de emprego. Nesse sentido, a passabilidade cis se torna fundamental quando falamos de inserção social.

Apesar das risadas, das piadas e das brincadeiras com a auto depreciação de sua imagem por meio da linguagem pajubá, buscamos o subtexto do afeto na ação de formar o coletivo, de cursar a universidade, de entrar na política pela causa e defesa da identidade trans como humana, como disse Ághata, *“utilizar o termo pessoas trans é necessário, pois humaniza”*.

Neste ínterim, a psicologia social por meio da pesquisa ação-participante deve considerar a dimensão dos afetos na constituição das relações sociais, apesar das determinações que envolvem as diferentes dimensões do sofrimento de pessoas trans. Cabe ao psicólogo social ser o mediador, instrumentalizando os processos que constituem as relações que reforçam os modelos hegemônicos presentes em nossa sociedade nas cisheteronormatividades. “Potencializar pressupõe o desenvolvimento de valores éticos na forma de sentimentos, desejo e necessidades, para superar o sofrimento ético-político.” (SAWAIA, 2014, p. 115)

Assim, superar a essencialização do feminino e do masculino ainda constituintes das mediações institucionalizadas em escolas, espaços públicos e especialmente no trabalho se torna uma questão norteadora das ações em psicologia. Outro fator determinante é a contribuição para buscar caminhos possíveis junto com os movimentos tanto LGBTs como de pessoas Trans, sempre visando à horizontalidade e ao diálogo com essas pessoas, respeitando suas singularidades.

A pesquisa com pessoas trans e mais precisamente com travestis não deve ser feita para constituir um saber ou uma busca pela “verdade” sobre essas pessoas, aos moldes de uma ciência que naturaliza a binaridade de gênero a partir de seus corpos. Mas deve buscar junto a elas possíveis formas de desmistificar as essencializações de feminino e masculino, naturalizadas a partir do biologicismo e, ao mesmo tempo contribuir para a transformação social de suas vidas. Nesse sentido, se faz necessário contextualizar e historicizar a complexidade da constituição da sexualidade humana. Essa acontece ao longo do desenvolvimento do indivíduo, vai se singularizar de diferentes formas apesar das determinações culturais, é nas relações intersubjetivas que constituem as redes de sociabilidade, em seus grupos sociais, que as identificações de feminino e masculino serão negociadas pelo sujeito que vive.

Com inspiração na afetividade proposta por Sawaia (2014), esta dissertação não se encerra nessas linhas, os afetos que permearam os encontros com Ághata, Rihanna e Ashley constituíram o modo como eu e elas fomos afetadas nesses momentos, que marcaram nossos corpos. Estes proporcionaram a criação do projeto Cidadania T e também a minha participação na campanha eleitoral de Ághata, assim como as situações que não foram previstas, mas que puderam ser aglutinadas nos planejamentos e ações feitas pelo coletivo. Essas afetações colocam uma questão metodológica aos que fazem pesquisa ação-participante: a pesquisa não se encerra quando ela se transforma em dissertação, ao contrário, esta passa a fazer parte do processo de transformação provocado por ela. Esperamos que esta continue promovendo e orientando a criação de bons encontros para Rihanna, Ashley e Ághata.

Nosso encontro iniciou por meio dessa pesquisa, mas não se encerra nela, fomos afetadas umas pelas outras, o que resultou nessa escrita e novas possibilidades de vida, assim, diferente de Ághata, tenho certeza que Travesti tem coração!

MULHERIDADES

Não é uma competição
E nossa luta não é em vão
Somos várias múltiplas
Damas D’Paus, damas De Vagina
Uma pluralidade que
Muitos nem imagina
Cis, Trans, Travestis todas
Mulheres
Mais do que nos respeitar
Vamos nos amar
A Sororidade salva e nos une
O machismo mata e
Sempre fica impune
(Rihanna, Poerotizine, 2018)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNOLETI, Michelle Barbosa. **Travestis: percursos e percalços para a conquista da cidadania.** Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) UFPB João Pessoa, 2010. 128f.

AMARAL, Marília dos Santos. **Te desafio a me amar: desejo, afeto e a coragem da verdade na experiência dos homens que assumem relacionamentos com as travestis e mulheres trans.** 2017. 188 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180425/348090.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

ANTRA. Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Brasil. 2018

ARAÚJO, Gabriela Costa.(re)encontrando o diálogo de bonecas: o bajubá em uma perspectiva antropológica. dissertação. Uberlândia, 2018.

ARRUZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 23, p.36-58, jan. 2015. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/consideracoes-sobre-genero-reabrindo-o-debate-sobre-patriarcado-eou-capitalismo/>>. Acesso em: 05 maio 2019.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. TRANSEXUALIDADE E MOVIMENTO TRANSGÊNERO NA PERSPECTIVA DA DIÁSPORA QUEER. **V Congresso da Associação Brasileira de e Estudos da Homocultura: ABEH**, Natal, v. 2, n. 1, p.1-17, nov. 2010. Disponível em: <<http://nigs.paginas.ufsc.br/files/2012/01/TRANSEXUALIDADE-E-MOVIMENTO-TRANSG%8ANERO-NA-PERSPECTIVA-DA-DI%81SPORA-QUEER-Simone-%81vila-e-Miriam-Pillar-Grossi.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

BENJAMIN, Harry, Transexualismo e travestismo in CAPRIO, Frank. S. (org.), **Tudo sobre o sexo**, São Paulo, Ibrasa, 1966.

BENEDETTI, Marcos. *Toda Feita: corpo e o gênero das travestis.* Rio de Janeiro. Garamond, 2005. Benedetti (2005).

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

_____, Berenice. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____, Berenice. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal.** *Revista Contemporânea* v. 4, n. 1 p. 165-182 Jan.–Jun. 2014

BOLDA, Bruna dos Santos; SOUZA, Josué de. A atuação da bancada religiosa na controversia em torno das questões de gênero no plano municipal da educação (pme) em Blumenau de 2015. *Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, v. 28, n. 20, p.47-62, jul. 2018.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 42-62.

BUSARELLO, Flávia Roberta. “**Minha cor não é branca, minha cor não é negra, minha cor é canela**”: análise psicossocial da vivência urbana dos Xokleng/Laklãnõ na cidade loira de Blumenau/SC. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 237 p. Tradução Renato Aguiar.

BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. *Dispossession: The Performative in the Political*. Cambridge: Polity, 2013.

BUTLER, Judith. **Críticamente subversiva**. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer*. Barcelona: Icària editorial, 2002, p. 55 a 81.

CARDOSO, Bruna Clara Floriano; COUTO, Nádia Regia Almeida. **Gordofobia: o peso do preconceito**. 2017. Disponível em: <http://www.site.satc.edu.br/admin/arquivos/30070/Gordofobia_O_Peso_do_Preconceito.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2019.

CARDOZO, Fernanda. **Das dimensões da coragem: socialidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade no sul do Brasil**. 2009. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_e629f07c1abcc91d1f134196709b3e4b/Details>. Acesso em: 10 abr. 2019.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. 2011. **Que mulher é essa?** Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

_____, Mario Felipe de Lima. “**Muito prazer, eu existo!**” **Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil**. 2015. 263 f. Tese (Doutorado)

- Curso de Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Ciências Humanas e Saúde, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans?: Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, p.319-351, ago. 2013. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/6862>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

CECCARELLI, P. R. *Transexualidades*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

CIRIBELI, João Paulo, PAIVA, Victor Hugo Pereira. *Mediação*, Belo Horizonte, v. 13, n. 12, jan./jun. de 2011.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. *História Agora*, v. 1, p. 134-161, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Cursos sobre Spinoza**. Fortaleza: Eduece, 2009. 292 p. Tradução de: Angelo da Rocha Fragosos, Francisca Eveline Barbosa de Castro, Hélio Rebello Cardoso Júnior e Jefferson Alves de Aquino.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p.561-584, set. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v20n3/v20n3a03.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

DOMINGUES, Ana Carolina Carvalho de Souza. **Territórios de lazer LGBT em Blumenau**. 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2018.

DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFSCar. São Carlos: 2009.

ESPINOZA, Baruch de. *Tratado Político*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2009. 140p.

SPINOZA, Benedictus. *Ética*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

FALQUET, Jules. Por uma anatomia das classes de sexo: Nicole-Claude Mathieu ou a consciência das oprimidas. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 32, p.09-23, jan. 2014.

Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/jules_falquet.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

FÁVERO, Maria Helena. **Psicologia do Gênero: psicobiografia, sociocultura e transformações**. Curitiba: Ufpr, 2010. 435 p.

FEINBERG, Leslie. *Transgender Liberation: A Movement Whose Time Has Come*. 1992

FELLER, Nívia. **A influência da família e da escola na formação do comportamento das mulheres da elite e da classe média do Vale do Itajaí/SC entre 1920 e 1960**. 2002. 102f. Dissertação – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau/SC, 2002

FLORENTINO, Cristina de Oliveira. **“Bicha tu tens na barriga, eu sou mulher...”**: etnografia sobre travestis em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/PPGAS/UFSC. Florianópolis: 1998.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: FREITAS, Maria Teresa de Assunção; JOBIM E SOUZA, Solange; KRAMER, Sônia. (Org.). *Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2007. p.26-38.

FROTSCHER, Méri. **Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano**. 1998. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77817>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____, Méri. **Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: Ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)**. 2003. 279 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/85390/191344.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 1988

HARTMANN, Jennifer Morel. **Transições e resistências: empregabilidade de mulheres trans e travestis em Florianópolis**. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180448>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 26, n. 1, p.61-73, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

HIRSCHFELD, Magnus, Transvestites – the erotic drive to cross-dress, New York, Prometheus books, 1991

IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/blumenau/panorama>

JACEWICZ, Caprice Camargo. Identidade travesti e exclusão social sob a perspectiva da psicologia histórico - cultural. **II Simpósio Internacional de Educação Sexual**: gênero, direitos e diversidade sexual: trajetórias escolares, Maringá, abr. 2011.

JAYME, Juliana Gonzaga. **Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais**: personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa. Tese de Doutorado em Antropologia – Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2001.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. Revista Cronos, v. 11, n. 2, 28 nov. 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **O protesto na festa**: política e carnavalesco nas paradas do orgulho LGBT (Tese de doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

JESUS, J. G.. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. Universitas Humanistica, v. 78, p. 241-258, 2014b.

JESUS, J. G.. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: Uma Contextualização a partir do Pensamento Transfeminista. Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 1, p. 5-24, 2018.

KAAS, Hailey. **O que é Transfeminismo?**: Uma Breve Introdução. 2015. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-%20-%20C3%A9-Transfeminismo.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Novos Estudos: Cebrap, São Paulo, v. 29, n. 1, p.93-103, mar. 2010. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/produto/educacao-86/#58dda0c3748d8>>. Acesso em: 16 fev. 2019

KOVALESKI, N. V. J.; TORTATO, C. S. B.. Reflexões sobre as origens das desigualdades de gênero: a teoria da valência diferencial dos sexos de Françoise Héritier. Cad. Gên. Tecnol., Curitiba, v. 9, n. 34, p. 58-71, jul./dez. 2016.

KOYAMA, E. The Transfeminist Manifesto. In: DICKER, R.; PIEPMEIER, A. (Org.). *Catching A Wave: Reclaiming Feminism for the 21st Century*. Boston: Northeastern University Press, 2003.

KRAEMER, Celso; SILVA, Carla Fernanda da; LOPES, Cristiane Theiss. Outras Vozes: Homofobia e Afetos Políticos na Educação. In: BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton. *Futuro em construção: reflexões sobre a Aprendizagem Histórica*. Sobre Ontens Ebook: Rio de Janeiro, 2016.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro. Fiocruz, 2008.

LANE, Silvia. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S.T.M. & CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense; 2012.

LANE, Silvia. Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. In: LANE, S.T.M. & CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense; 2012.

LEITE JUNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam**: sexo, gênero e as invenções das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 230f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOSER, Magali. **Uma identidade em permanente (re)invenção: o caso da germanidade de Blumenau**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 13., 2015, Campo Grande. Anais... . Campo Grande, 2015. p. 1 - 12.

MOTT, Luiz e ASSUNÇÃO, Aroldo, **Gilete na carne**: etnografia das automutilações dos travestis da Bahia in Revista Temas IMESC, sociedade, direitos, saúde, São Paulo, 4 (1), julho de 1987.

MONEY, John e TUCKE, Patrícia, *Os papéis sexuais*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

MÜLLER, Geraldo; PROBST, Melissa. Invisibilidade da cultura afro-brasileira: um olhar para o Médio Vale do Itajaí – SC. *EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação*, v. 4, n° 8, p. 160-174, mai/ago, 2017

OLIVEIRA, J. M. **Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de “consolação”**. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 68-78, 2013

OLIVEIRA, Marcelo José. **O Lugar do Travesti em Desterro**. Dissertação (Mestrado) PPGAS/Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: dezembro, 1997.

OLIVEIRA, Neusa Maria de. **Damas de paus: O jogo aberto das travesti no espelho da mulher**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

OLIVEIRA, Betty. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira;. **Método Histórico-Social na Psicologia Social** – Vozes, 1-21, 2005.

PACHECO, Bárbara Guimarães Costa. **Psicologias e Transexualidades: o estado da arte da produção teórica brasileira**. Dissertação. 2017.

PERES, Wiliam Siqueira. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania**. Dissertação, Wiliam Siqueira Peres. – 2005. 201 f.

PATRÍCIO, Maria Cecília. **Travestismo: mobilidade e construção de identidades em Campina Grande**. Dissertação de Mestrado – PPGA/UFPE. Recife: 2002.

PEDRA, Caio Benevides. **Acesso a cidadania por travestis e transexuais no Brasil: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões**. 2018. 274 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2018.

PELÚCIO, Larissa Maués. **Nos nervos, na carne e na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2007. (Tese de Doutorado)

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. **A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes**. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n.1, pp.125-157, 2009.

PERUZZO, Leomar. **Gênero e diversidade: convivendo com o diferente na escola pública de Blumenau**. 2016. 20 f. TCC (Pós-Graduação) - Curso de Pós-graduação em Nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, Universidade Federal do Paraná, Blumenau, 2016.

PME (Município). Lei Complementar nº 994, de 16 de julho de 2015. Aprova O Plano Municipal de Educação de Blumenau: PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Blumenau, SC

RAMOS, Lucas Eduardo. Imigrantes teutos e suas relações interétnicas no século XIX aos olhos da intelectualidade brasileira. La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura, Canas.

V. 16, n. 2. Jul./dez. 2011

RIPARI, Angélica. Ladainha da destrava. In: MULHERES, Coletivo de et al. Poerotizine. Blumenau: Artérias Nômades Edições, 2018. p. 16-17.

ROCHA, Rita Martins Godoy. **Entre o estranho e o afeto**: construções de sentido sobre as relações de amizade entre travestis. Dissertação, 2011. 137 f.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo Trans. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 25(1): 365-373, janeiro-abril/2017.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the ‘political economy’ of sex. In: REITER R. (Ed.). Toward an Antropology of women. New York: Monthly Review Press, 1975, p. 157- 210. Traduzido para o português e publicado por SOS Corpo e Cidadania.

SARDENBERG, Cecília. Estudos feministas: um esboço crítico. In: AMARAL, C. C.G. (Org.) Teoria e práxis dos enfoques de gênero. Salvador: Redor/Fortaleza, NEGIF/UFC, 2004.

160p.

SAWAIA, B.B. “A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do sujeito” **Psicologia & Sociedade**; 10 (2): 117-136; jul./dez.1998.

SAWAIA, Bader Burihan. Fome de felicidade e liberdade. In: CENPEC et al. **Muitos Lugares para aprender**. São Paulo: Fundação Itaú Social/unicef, 2003. p. 53-63.

SAWAIA, Bader B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. (Org.) Ana Rojas Acosta, Maria Amália Faller Vitale. São Paulo: IEE/PUCSP, 2007.

SAWAIA, B. Simpósio 4 — cultura, individualismo e sociabilidade contemporânea. O irreduzível humano: uma antologia da liberdade. In GUARESCHI, N., org. **Estratégias de invenção do presente**: a psicologia social no contemporâneo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 143-154.

SAWAIA, Bader B. “**Psicologia e desigualdade social**: uma reflexão sobre liberdade e transformação social”. **Psicologia & Sociedade**; 21 (3): 364-372, 2009.

_____, Bader B. O Sofrimento Ético Político como Categoria de Análise da Dialética Exclusão/Inclusão. SAWAIA, Bader B. (Org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____, Bader B. Psicologia Sócio-Histórica: Interdisciplinaridade e transformação social uma relação teórica com Vigotski sem fidelidade opressiva. IN: MARTIN, Sueli T. F. (orgs), **Psicologia sócio-histórica e contexto brasileiro**. Goiania: Ed. Da PUC Goiás, 2015.

SAWAIA, Bader. Conferência de abertura In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Psicologia na Assistência Social e o enfrentamento da desigualdade social**. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP, 2016. 106p. (Cadernos Temáticos CRP SP)

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p.71-99, jul-dez, 1995.

SILVA, Alessandro Soares. **Memória, Consciência e Políticas Públicas**: as Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas públicas inclusivas. *Revista Electrónica de Psicología Política*, São Paulo, v. 7, n. 9, p.127-158, dez. 2012. Disponível em: <[http://www.psicopol.unsl.edu.ar/abril2012-nota09-Memoria, conciencia y polticas publicas-el papel de las marchas del orgullo LGBT.pdf](http://www.psicopol.unsl.edu.ar/abril2012-nota09-Memoria,_conciencia_y_polticas_publicas-el_papel_de_las_marchas_del_orgullo_LGBT.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2017.

SILVA, Hélio. *Travesti - A invenção do feminismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1993.

SILVA, A. S.; BARBOZA, R. Exclusão social e consciência política: luta e militância de transgêneros no entlaids. *CADERNOS CERU*. São Paulo. série 2, v. 20, n. 1, junho de 2009.

SILVA, Carolina Cavalcante Lins. **Da luta pela vida à busca pela cidadania**: o ativismo político de travestis e transexuais na cidade de Maceió- AL. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

SILVA, Victor Nathan Fontes; SOUZA, Antônio Vital Menezes de. Pessoas trans: processos de exclusão e inclusão social. In: *CONQUEER: Conferência Internacional de Estudos Queer*, 1., 2018, Aracaju. **Anais...** . Aracaju: Realize, 2018. v. 1, p. 1 - 2. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conqueer/resumo.php?idtrabalho=53>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

STOLLER, Robert. **Sex and Gender**: The Development of Masculinity and Femininity. London: Karnac, 1968. 385 p.

STONE, Sandy. The Empire Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto. In: STRYKER, S.; WHITTLE, S. The Transgender Studies Reader. New York: Routledge, 2006.

TAQUES, Fernando José. **Movimento GLBT em Santa Catarina**: a questão do empoderamento. 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1986.

TILIO, Rafael de. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. Gênero (Niterói), v. 14, p. 125-148, 201, 2014.

VELOSO, Aline Matheus. **“Apesar que o vida loka também ama”**: experiência afetiva de adolescentes inseridos no tráfico de drogas. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil. Ano de Obtenção: 2015.

VIGOTSKI, L. Semenovich. **A Transformação Socialista do Homem**. Tradução de Roberto Della Santa Barros, e Revisão de Marcelo Dalla Vecchia. 1930. Disponível em <<http://www.gaeppe.unir.br/uploads/57575757/A%20Transformacao%20Socialista%20do%20Homem%20-%20Lev%20Vigotski.pdf>> acessado em 18 de outubro de 2018.

VIGOTSKI, L. Semenovich. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2009. (Coleção Psicologia e Pedagogia).

VIGOTSKI, L. Semenovich. Obras Escogidas: Tomo IV, Madrid: Espanha Visor, 1996.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

APÊNDICE

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

NOME DO PESQUISADOR

Pesquisador Responsável: Juliana Berezoschi

Endereço: Rua Alameda Olga, 377

CEP: 01155-040 - Barra Funda– São Paulo - SP

Fone: (11) 97339 -0743

E-mail: julibere@gmail.com

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: “Movimento LGBT em uma cidade brasileira de tradição alemã: Análise psicossocial de experiências de participação social e formação de comum”, que se refere ao projeto de Mestrado vinculado ao programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. O objetivo do estudo é analisar o Coletivo LGBT Liberdade, sua trajetória enquanto movimento social, avanços e bloqueios, bem como a forma como seus membros experimentam a participação nele.

A pesquisa se justifica pela possibilidade de apresentar à comunidade científica reflexões sobre o registro da história de um movimento social em constituição, que contesta padrões de sexualidade e gênero em construção em uma cidade de tradição germânica e heteronormativa como Blumenau. A identidade pressuposta para a inclusão das pessoas é a que alimenta a identidade mercadológica da cidade, de forma a não permitir modos alternativos de acolhimento ou inclusão. Também a partir da pesquisa causar uma sensibilização e reflexão sobre o espaço ocupado pelas pessoas LGBTs e como elas são acolhidas na cidade. Visando o retorno social para os participantes e comunidade LGBT, a partir das entrevistas, garantindo o anonimato dos participantes, pretende-se planejar um projeto que vise a fortalecer o movimento e ampliar o diálogo nos diversos âmbitos municipais e para o aprimoramento das políticas em relação a esta população.

Os procedimentos de coleta de dados referem-se à realização de entrevista semi-estruturada, que permita investigar questões relacionadas com sua história de vida, migração para a cidade e projetos de futuro, e sobre as principais características da vida na cidade de

Blumenau. Estas entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas deverão acontecer em espaço reservado preservando o sigilo das informações do participante. Poderão acontecer em algum local da cidade de Blumenau ou na residência do participante, conforme acordo entre as partes, considerando o que for mais seguro e confortável para o participante.

Seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante seu anonimato, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários.

Estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, pela participação na pesquisa. A participação no estudo não acarretará custos para você, no entanto em caso de haver algum custo decorrente da participação na pesquisa o mesmo será ressarcido pelo pesquisador em dinheiro.

No que diz respeito à sua participação na pesquisa, os riscos são mínimos. Embora os assuntos evocados digam respeito a trajetória de vida, caso você se sinta constrangido em expor sua história ou que possam ser evocadas lembranças que lhe causem sofrimento, a pesquisadora compromete-se a estar atenta a estes efeitos, a esclarecer e apoiar qualquer forma de dúvida. É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas conseqüências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da participação. Também poderá manter contato telefônico a qualquer momento com a pesquisadora pelo telefone: (11) 97339 0743 ou email: julibere@gmail.com

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Este documento será assinado e rubricado em duas vias, sendo uma retida com o pesquisador responsável e outra com o participante de pesquisa, ambas assinadas e rubricadas pelo pesquisador e participante.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP criado para defender os interesses dos sujeitos em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP que se localiza no andar térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello, na sala 63-C,

na Rua Ministro Godói, 969 – Perdizes – São Paulo – SP – CEP: 05015-001 Tel./FAX: (11) 3670-8466 – e-mail: cometica@pucsp.br

Eu, _____ acredito ter sido suficientemente informado a respeito do que li ou do que foi lido para mim, descrevendo o estudo: “Movimento LGBT em uma cidade brasileira de tradição alemã: Análise psicossocial de experiências de participação social e formação de comum”,

Concordo voluntariamente em participar deste estudo, sabendo que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a realização do mesmo, sem penalidades ou prejuízos. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Também declaro que assinei duas vias deste termo de igual teor (conteúdo) e forma ficando uma em minha posse.

 Data / /
 Assinatura do sujeito 1 Local

Eu, _____ acredito ter sido suficientemente informado a respeito deste estudo, e autorizo a gravação desta entrevista através do uso de gravador.

 Data / /
 Assinatura do sujeito 1 Local

Eu, Juliana Berezoschi declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito para a participação neste estudo.

 Data / /
 Pesquisadora Local
 Juliana Berezoschi
 RG:

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP.

Andar térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello, na sala 63-C, na Rua Ministro Godói,
969 – Perdizes – São Paulo – SP – CEP: 05015-001

Tel./FAX: (11) 3670-8466 – e-mail: cometica@pucsp.br